

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

WALDEMAR DALENOGARE NETO

“HUMAN RIGHTS IS THE SOUL OF OUR FOREIGN POLICY”:

Jimmy Carter e a diplomacia estadunidense para o Chile

Porto Alegre

2016

WALDEMAR DALENOGARE NETO

“HUMAN RIGHTS IS THE SOUL OF OUR FOREIGN POLICY”:
Jimmy Carter e a diplomacia estadunidense para o Chile

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Helder Gordim da Silveira

Porto Alegre

2016

CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

D136

Dalenogare Neto, Waldemar

“Human Rights is the soul of our foreign policy”: Jimmy Carter e a diplomacia estadunidense para o Chile / Waldemar Dalenogare Neto. Porto Alegre, 2016.

124f.

Diss. (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Helder Volmar Gordim da Silveira

1. Diplomacia 2. Direitos Humanos 3. Política Externa dos Estados Unidos.

I. Siveira, Helder Gordim da. II. Título

CDD - 973.926

WALDEMAR DALENOGARE NETO

AGRADECIMENTOS

Ao governo federal, através da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pela bolsa que tornou esta pesquisa viável.

Ao meu orientador, Helder da Silveira, pelo apoio irrestrito desde o começo da minha graduação.

À toda a equipe do Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS.

À Deanna Congileo e a toda a equipe do Jimmy Carter Presidential Library and Museum por me ajudar a encontrar documentos de extrema importância para a realização desta dissertação e pela abertura que possibilitou a troca de correspondências com o presidente Carter.

Aos amigos que fiz durante minha pesquisa em Washington, especialmente a seção do Freedom of Information Act comandada por Shelly Williams, que me ajudaram a vencer todas as burocracias.

Aos meus pais, Júnior e Paula, por apostarem sempre na minha educação e pelo apoio ímpar.

Aos meus avós, Waldemar, Nilda e Izabel (*in memoriam*) pelo carinho de sempre. Pela minha criação e por dedicarem grande parte de suas vidas para mim.

À minha irmã, Izadora, por sempre estar do meu lado.

À Raíra Abi-Ramia, pela amizade e amor.

El objetivo de una política de derechos humanos es salvar vidas.

Jacobo Timerman

RESUMO

Esta dissertação busca analisar como a política externa dos direitos humanos, liderada pelo presidente Jimmy Carter, interferiu na ditadura chilena de Augusto Pinochet. Para tanto, proponho discutir as medidas tomadas pelo democrata americano e sua equipe de diplomatas a partir da análise da documentação liberada pelos Estados Unidos através do *Chile Declassification Project*, coleção pouco explorada pela historiografia latino-americana. Ao analisar o período de 1977 até 1981, pode-se notar um claro redirecionamento da política externa dos Estados Unidos, que deixa de contemplar apenas o anticomunismo para dar espaço as questões referentes aos direitos humanos. Diferentemente da Argentina e do Uruguai, Carter deu um voto de confiança à Augusto Pinochet após conseguir garantir o fechamento da polícia de repressão (DINA) e ouvir do ditador uma proposta para retorno pacífico à democracia. No entanto, na metade final do mandato do presidente americano, novos indícios de terrorismo de Estado orquestrados pela ditadura chilena foram descobertos e Carter optou pela aplicação de sanções econômicas ao governo chileno. Busca-se entender se estas duas diferentes etapas das relações Chile-Estados Unidos surtiram algum efeito na diminuição da violência por parte da ditadura chilena.

Palavras-chave: Diplomacia; Direitos Humanos; Política externa dos Estados Unidos.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze how the human rights foreign policy of President Jimmy Carter intervened in the Chilean dictatorship under Augusto Pinochet. Therefore, I propose to discuss the measures taken by the Democrat and his team of diplomats based on the analysis of the documentation released by the United States through the Chile Declassification Project, a collection poorly explored by the Latin American historiography. In examining the period from 1977 to 1981, there is a clear reorientation of American foreign policy, which leaves anticommunism to contemplate human rights. Unlike Argentina and Uruguay, Carter gave a vote of confidence to Augusto Pinochet after the closure of the Chilean secret police (DINA) and after heard the dictator's proposal for a peaceful return to democracy. However, in the final half of the U.S President tenure, new acts of state sponsored terrorism orchestrated by the Chilean dictatorship were discovered and Carter opted for application of harsh economic sanctions for the Chilean government. We seek to understand whether these two different stages of the Chile-US relations have had some effect on the Chilean dictatorship.

Keywords: Diplomacy; Human Rights; U.S Foreign Policy.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FBI	Federal Bureau of Investigation
CIA	Central Intelligence Agency
CNI	Central Nacional de Informaciones
CNM	Cuban Nationalist Movement
CNVR	Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación
DINA	Dirección de Inteligencia Nacional
EUA	Estados Unidos da América
EX-IM	Export-Import Bank of the United States
FBI	Federal Bureau of Investigation
FMI	Fundo Monetário Internacional
FRUS	Foreign Relations of the United States
FOIA	Freedom of Information Act
FOIA RR	Freedom of Information Act Electronic Reading Room
MIR	Movimiento de Izquierda Revolucionaria
NSA	National Security Agency
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
OPIC	Overseas Private Investment Corporation
SALT	Strategic Arms Limitations Talks
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Sumário

INTRODUÇÃO	10
1. DIREITOS HUMANOS: UM CONCEITO DIPLOMATICAMENTE MALEÁVEL	23
1.1 A ERA NIXON E OS DIREITOS HUMANOS.....	26
1.2 CARTER: O POLÍTICO DA RENOVAÇÃO	31
1.3 OS DIREITOS HUMANOS NO GOVERNO CARTER	33
1.4 DEFININDO DIREITOS HUMANOS.....	42
2. CHILE: DA DEMOCRACIA AO ESTADO TERRORISTA	49
2.1 A ELEIÇÃO DE 1970 E O GOVERNO ALLENDE: GOLPES E DESESTABILIZAÇÃO...53	
2.2 GOLPE DE ESTADO E APOIO ESTADUNIDENSE AO REGIME MILITAR LIDERADO POR PINOCHET	61
2.3 O CHILE COMO PATROCINADOR DO TERRORISMO DE ESTADO	62
3. NEGOCIANDO COM O DITADOR	70
3.1 O FECHAMENTO DA DINA.....	75
3.2 O DISCURSO DE CHACARILLAS.....	79
3.3 A TRANSIÇÃO DINA – CNI.....	80
4. CERCANDO O DITADOR	87
4.1 O CASO LETELLIER.....	87
4.2 A NOVA ONDA DE TERRORISMO DE ESTADO.....	93
4.3 DENUNCIANDO O DITADOR	95
A QUEDA DE UM CASTELO DE AREIA: CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
REFERÊNCIAS	110

INTRODUÇÃO

Because we are free, we can never be indifferent to the fate of freedom elsewhere. Our moral sense dictates a clear-cut preference for those societies which share with us an abiding respect for individual human rights. We do not seek to intimidate, but it is clear that a world which others can dominate with impunity would be inhospitable to decency and a threat to the well-being of all people.

Jimmy Carter.¹

Em 1977, Noam Chomsky proclamou que a história da relação dos Estados Unidos com a América Latina seria dividida entre o período anterior e posterior de Jimmy Carter.² Quando o democrata assumiu a presidência e citou em seu discurso de posse por três vezes que os direitos humanos seriam essenciais para sua administração, ele pegou de surpresa até mesmo seus aliados mais próximos. Meses depois, enquanto o presidente americano chamava a atenção para um diálogo necessário, citando que o sentimento de nacionalidade estadunidense estava diretamente ligado na defesa dos ideais assinados na Declaração Universal da ONU de 1948, ficava claro que esta posição entrava em choque direto com a política externa de seus dois antecessores, Richard Nixon e Gerald Ford, baseada na *realpolitik* de Henry Kissinger.³

Devido ao trauma da tomada de Cuba por Fidel Castro e o desfecho negativo da invasão da Baía dos Porcos, as administrações anteriores a Carter baseavam suas políticas para a América Latina na defesa de governos e regimes abertamente anticomunistas, com o objetivo final de evitar a instalação de um satélite soviético no que os diplomatas americanos consideravam “o continente da democracia”.⁴ Isto explica os aportes milionários liberados pela CIA para financiar projetos de propaganda para todas as ditaduras do Cone Sul a partir da década de 1960. Na prática, o alinhamento com os Estados Unidos era necessário para garantir todas as vantagens que só o lado capitalista poderia oferecer, seja com auxílio para o estabelecimento de parcerias comerciais ou com o suporte para financiamentos milionários junto ao Fundo Monetário Internacional.

Em se tratando de EUA e ditaduras do continente americano, talvez o caso mais discutido seja o chileno. A historiografia contemporânea mostra um consenso na participação

¹ SMITH, Joseph. *The United States and Latin America*. Londres: Routledge, 2005, p. 145.

² ASSMAN, Hugo. *Carter y la lógica del imperialismo*. San Jose: EDUCA, 1977.

³ Uma discussão sobre a formação da *realpolitik* na Casa Branca pode ser encontrada em Dallek (2009).

⁴ SMITH, Gordon. *Latin American Relations with the World*. Londres: London: Canning House, 1976, p.12.

de Richard Nixon do golpe que tirou Salvador Allende do poder no 11 de setembro de 1973.⁵ Ao analisar o Projeto Camelot ou o Projeto FUBELT, fica claro que o governo americano não permitiria, de maneira nenhuma, a instalação de outro regime simpático aos soviéticos nas Américas.⁶ A experiência pessoal de Nixon ainda como vice-presidente em sua excursão pela América do Sul⁷, criou uma cicatriz tão grande no republicano que uma geração de diplomatas estadunidenses foi formada tendo como aporte teórico a tese de Kissinger de formar estados simpáticos aos Estados Unidos a partir da promoção do *american way of life*.

No entanto, existe uma gigantesca lacuna na análise das relações entre Chile e Estados Unidos. Muito se discute sobre as políticas anticomunistas, mas a renovação da política externa proposta por Carter é deixada de lado, muito pelo fato de Ronald Reagan, eleito em 1980, ter retomado as políticas de Nixon logo após chegar à Casa Branca. Se os republicanos colocavam o anticomunismo como o alicerce fundamental para o estabelecimento de relações diplomáticas com a América Latina, Carter abertamente posicionou esta ideia em um nível secundário. Na visão do democrata, os Estados Unidos deveriam oferecer seus padrões morais e éticos para o mundo, tornando insustentável a ligação de um governo repressivo com a nação que Roosevelt dizia ser “o arsenal da democracia”. Com base na doutrina idealista que herdava valores de Woodrow Wilson, o surgimento da “nova” política externa colocada em prática a partir de 1977

⁵ Sobre tal assunto, ver Quereshi (2009). A autora trabalha com a espionagem estadunidense desde a chegada de Nixon ao poder. O estudo utiliza uma abordagem comparada entre os arquivos do departamento de Estado americano com fontes da era Allende para entender como os EUA bloquearam recursos, orquestraram greves gerais e se alinharam aos militares para remover Allende.

Gustafson (2007) trabalha como o Chile virou prioridade para a espionagem americana após o golpe de 1964 no Brasil ter êxito. Também trata sobre as operações para evitar a eleição de Allende em 1964 e mostra documentos sobre os mais variados projetos de Kissinger e Nixon para conter o avanço comunista nas Américas.

⁶ O projeto Camelot tinha como objetivo analisar as causas das manifestações nas ruas de países denominados de “terceiro mundo” e averiguar a capacidade de intervenção dos Estados Unidos nestas situações. Após o projeto ser desvendado por integrantes do Partido Socialista chileno, a ideia foi abandonada pelo próprio Congresso estadunidense. Já o projeto FUBELT (também conhecido na historiografia como Track I) envolvia operações de bandeira falsa para remover Allende do poder ainda em 1970. Para mais sobre, ver Horowitz (1967) e Kornbluh (2013).

⁷ Com o objetivo de ampliar a relação com a América do Sul, Richard Nixon aproveitou a viagem para a posse do presidente argentino Arturo Frondizi para as capitais do continente. Após discutir com estudantes em Montevidéu, o então vice-presidente dos Estados Unidos ouviu gritos de “yanqui go home” em Assunção e Quito. Em Bogotá, Nixon foi escoltado por um batalhão de policiais que tiveram que usar bombas de gás para acalmar uma multidão que levava cartazes dizendo “morte aos americanos”. A parada em Caracas – considerada por Nixon como um dos momentos de crise de sua vida – foi a mais violenta, com uma multidão atirando pedras e pedindo o linchamento da delegação estadunidense. Ao lembrar da experiência, o político registrou: “*U.S.-style democracy won't work here*”, frase utilizada por diplomatas para justificar o apoio aos ditadores da América Latina. NIXON, Richard. *Six Crises*. Nova York: Doubleday, 1962, pp. 201 – 220.

pressionava os Estados Unidos a dar o exemplo.⁸ No contexto da América Latina, em um território de ditaduras cultivadas pelas gestões anteriores à Carter, não bastava apenas apontar culpados. Era necessário fazer pressão por um melhor comportamento destes regimes através de todos os meios pacíficos possíveis.

Outro fator determinante para esta dissertação foi brevemente discutido por acadêmicos que trabalharam com as ditaduras do cone sul: a falta de estudos específicos sobre a relação dos Estados Unidos com governos autoritários a partir da perspectiva dos direitos humanos. Orellana (1988) aponta que, no caso chileno, estudos que visavam discutir sobre o papel do exército e do governo Pinochet nas torturas e atividades de repressão política foram feitos na clandestinidade até o final da década de 1980. Quando o governo de Patricio Aylwin abriu a porta para os pesquisadores estudarem os abusos da ditadura através da *Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación* (CNVR), uma grande questão surgiu: se os Estados Unidos estavam cientes desde o dia do golpe que derrubou Allende das violações e abusos por parte da junta de Pinochet, por qual motivo não se apresentaram na comunidade internacional para defender a Declaração dos Direitos Humanos da ONU de 1948? Se o apoio de Nixon e Ford à Pinochet poderia ser comprovado a partir de relatos políticos, a documentação da diplomacia americana referente a este período disponível ao grande público era extremamente escassa. Neste sentido, Ahumada (1990) nos mostra que a luta pela liberação de documentação referente a ditadura chilena se deu apenas no campo doméstico, deixando de lado as relações com as outras ditaduras – como no período da Operação Condor⁹ – e com os Estados Unidos. No período final da presidência de Eduardo Frei Ruiz-Tagle, um encontro entre o chileno com o presidente Bill Clinton abriu a possibilidade de liberação de toda documentação que os americanos possuíam sobre o país – que começou em 1999 e teve seus últimos arquivos lançados para consulta pública no dia 11 de setembro de 2013, quarenta anos depois do golpe.

A descoberta desta vasta e quase inexplorada base de documentação disponível graças ao programa *Freedom of Information Act* (FOIA), foi fundamental para levantar a questão

⁸ Segundo aponta Huber (2015, p.90), o conceito de ‘nova política externa’ – designado para caracterizar o período da Era Carter - foi adotado pelos acadêmicos estadunidenses no final da década de 1970, frente a ruptura com o eixo diplomático de Nixon e Kissinger.

⁹ A Operação Condor – também referida na documentação como ‘Plano Condor’ – reuniu as agências de inteligência da Argentina, Bólvia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai a partir de 1975, com o intuito de partilhar informações e coordenar ataques a oponentes políticos. A CIA reconheceu a existência de tal operação em um documento secreto de 8 de agosto de 1976, onde orienta as embaixadas de Brasília, Buenos Aires e Santiago a evitar ataques a oponentes políticos destes regimes, temendo uma possível reação negativa da comunidade internacional. CIA. Operation Condor: Letter to embassies. 8 de agosto de 1976. Para uma discussão sobre a organização estrutural da Operação Condor, ver McSherry (2012).

chave para esta dissertação. Aqui, busco analisar como Jimmy Carter orientou sua política externa para o Chile após a Casa Branca apoiar abertamente todas as práticas do regime do general Augusto Pinochet desde a chegada de seu poder, em 1973, com os governos de Richard Nixon e Gerald Ford. Ao me familiarizar com a coleção, me aproximei de Peter Kornbluh, diretor do National Security Archive, e descobri que boa parte do que já foi escrito sobre o governo Carter e o Chile não tem base documental, mas sim entrevistas e notícias de jornais, um problema também levantado por Sigmund no começo da década de 1990.¹⁰ Ainda que veja a história oral como uma preciosa fonte para a história das relações internacionais, não se pode negar a importância dos arquivos para o historiador. Para esta pesquisa, trabalhei seis meses catalogando documentos provenientes de dois programas federais americanos.

O primeiro deles é fruto da análise dos papéis da era Carter liberados em 2013 pelo Office of the Historian, agência responsável por compilar e liberar integralmente toda a documentação diplomática dos Estados Unidos, além de promover a distribuição junto a comunidade acadêmico através da publicação da série *Foreign Relations of the United States* (FRUS). Do período que cobre 1977 até 1981, usei os arquivos da coleção *Foundations of Foreign Policy*, que reúne desde discursos públicos de Carter até reuniões privadas entre membros chave do Departamento de Estado para moldar a base da ‘nova’ política externa americana. Já a coleção *Human Rights and Humanitarian Affairs* trata especificamente sobre os programas federais destinados a coibir as violações de direitos humanos, seja com sanções políticas (como restrições junto à ONU) ou econômicas (como corte de financiamentos junto ao Banco Mundial). Deve-se destacar que estas duas coleções não tratam de nenhum país de forma específica, mas sim de como o poder executivo americano observa e ajusta estes dois tópicos em sua agenda.

A base documental complementar, que trata especificamente da política externa de Carter para o Chile, foi analisada graças ao programa de abertura dos arquivos da relação Estados Unidos – Chile. Desde o final do governo Clinton, os pesquisadores têm à disposição mais de 20 mil documentos, divididos entre publicações da CIA e do Departamento de Estado americano.¹¹ Inicialmente restrito para consulta em um pequeno número de bibliotecas, no ano final do primeiro mandato de Barack Obama todos estes dados foram colocados na internet através das salas de leituras virtuais do FOIA RR (*Freedom of Information Act Electronic*

¹⁰ SIGMUND, Paul. *The United States and democracy in Chile*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1993, p. 5.

¹¹ O governo estadunidense também lançou um programa parecido para abrir os arquivos da ditadura argentina e deve fazer o mesmo em breve com os documentos referentes ao caso uruguaio.

Reading Room), o que facilitou a tarefa de catalogagem e separação de arquivos por conta da pesquisa por palavras-chave e por data, graças ao trabalho desenvolvido pelo National Security Archive, em Washington.

Forsythe afirma que a política externa dos Estados Unidos segue quatro tradições básicas: o excepcionalismo americano, o neoisolacionismo, o idealismo e o realismo. Tais tradições possuem definições independentes, mas elas podem se relacionar. O excepcionalismo americano é definido como a ideia que “*the americans constitute an exceptionally good and great people, who represent above all a commitment to personal freedom or liberty*”¹². Os neoisolacionismo seria “*a unilateral choice not to engage deeply on many international issues*”.¹³ A tradição idealista seguiria princípios “*of law and individual morality [...] international cooperation, human rights, and other basic liberal notions*”.¹⁴ Por fim, a tradição realista da política externa dos Estados Unidos “*emphasizes the exercise of coercive power by states-unconstrained if need be by conventional notions of law and individual morality*”.¹⁵ Ainda segundo Forsythe, tradicionalmente um presidente eleito poderia utilizar uma ou mais destas tradições para ditar suas políticas. No caso de Jimmy Carter, pode-se dizer que o democrata se promoveu como um político que trazia a renovação por conta de discursos que endossavam sua posição idealista, com o objetivo final de ter, em suas palavras, um “*government as good as its people*”.¹⁶ Para Stuckey (2008, p. 42), Carter tinha a visão de que os direitos humanos seriam uma extensão natural de tudo o que representaria o verdadeiro ideal americano, fazendo a ponte para ligação entre o liberalismo e o excepcionalismo – perdido durante os anos de Nixon com o apoio às ditaduras latino-americanas.

Ao definir política externa, Wittkopf (2008) considera que ela engloba os objetivos que os oficiais de uma nação pretendem conseguir, os valores que eles empregam para moldar tais objetivos, e os instrumentos que eles utilizam para conquistar os mesmos. Neste sentido, McCormick (2009) descreve o processo de construção de política externa dos EUA a partir da visão de um país que se considera criado a partir de valores diferentes de todas as demais potências mundiais. A sociedade livre e a equidade, ao mesmo tempo que refletem diretamente

¹² Os americanos são pessoas excepcionalmente boas que representam o comprometimento com as liberdades individuais ou liberdades. FORSYTHE, David P. *US Foreign Policy and Human Rights*. Journal of Human Rights, 1.ed, 2002, p.502.

¹³ Uma escolha unilateral de não entrar a fundo em muitos assuntos internacionais. Idem, p. 503

¹⁴ Da justiça e da moralidade individual [...] cooperação internacional, direitos humanos, e outras noções básicas liberais. Idem, p. 505

¹⁵ Enfatiza o exercício do poder coercivo pelos Estados – sem restrições, se necessário, sobre ideias convencionais de noções de justiça e moralidade individual. Idem, p. 507

¹⁶ Um governo tão bom quanto suas pessoas. Idem, p. 518

nas políticas domésticas, moldam o espírito de uma nação que pretende se mostrar como um exemplo a ser seguido. Ao contestar tal afirmativa a partir de um viés histórico, Carlsnaes (2010) ressalta o poder de coerção exercido pelo poder executivo no período pós-Segunda Guerra Mundial, quando o aparato diplomático passou a sustentar de forma explícita políticas de interferência. McCormick (2009) ainda lembra que todos os presidentes americanos pós-guerra moldaram sua agenda externa com base em elementos que combinam estas duas linhas, mas é justamente nos governos Nixon/Ford e Carter que se pode observar as grandes diferenças de direcionamento.

A criação e implementação de uma política externa envolve vários participantes - cada um deles com seus interesses, valores e perspectivas. Apodaca (2013) coloca quatro atores principais no caso estadunidense: o presidente e seus assessores, o Congresso, a burocracia (especialmente o Departamento de Estado) e organizações não governamentais. Para ela, os Pais Fundadores basearam sua política externa na divisão de “responsabilidades”. É por este motivo que, em teoria, nenhum chefe do executivo pode criar políticas que atinjam outros países sem a aprovação do legislativo, uma vez que o equilíbrio de poder é garantido na Constituição. Ainda assim, por conta da divisão do cenário político - com dois grandes partidos alternando o poder - Trimble (2002) coloca o presidente americano como o agente dominador na construção da política externa e relações internacionais, já que, como comandante-chefe, ele tem o poder de negociar tratados e vetar medidas do Congresso, que, por sua vez, deve revisar constantemente as ações do executivo.

No século XX, a burocracia americana expandiu-se a cada novo mandato. O principal reflexo, notável desde o governo de Teddy Roosevelt, foi o crescimento das responsabilidades e da notoriedade do Departamento de Estado, que, dentre outras tarefas, encarrega-se de implementar a política externa de uma administração. Segundo o Departamento de Estado, a tarefa do Secretário de Estado é:

*Lead U.S. foreign affairs agency, and the Secretary of State is the President's principal foreign policy adviser. The Department advances U.S. objectives and interests in shaping a freer, more secure, and more prosperous world through its primary role in developing and implementing the President's foreign policy.*¹⁷

¹⁷ Liderar a política externa, e o Secretário de Estado é o principal conselheiro do Presidente. O Departamento coloca os objetivos e interesses dos EUA na formação de um mundo livre, mais seguro e mais próspero, onde seu papel principal é desenvolver e implementar a política externa do Presidente. APODACA, Clair. *Understanding U.S. Human Rights Policy: A Paradoxical Legacy*. Londres: Routledge, 2013, p. 13.

Realistas como Morgenthau (1948, 1960) e Kissinger (1969) consideram que o Estado deve ser o protagonista na política mundial, sendo que suas motivações partem de seu interesse, sempre movido por poder. A distribuição e o equilíbrio de poder, neste sentido, seria papel para os Estados Unidos, considerando sua força política e militar. Por acreditarem que a natureza humana pode ser corrompida, os realistas não dão espaço para aspectos morais na tomada de decisão. Durante o governo de Richard Nixon, Henry Kissinger foi o teórico por trás do conceito de *power politics* – e sua *realpolitik*, base de todas as relações diplomáticas dos EUA de 1970 até 1977, esboçava a teoria de que a paz mundial poderia ser atingida sob mediação dos Estados Unidos (como no caso da *detenté* com a União Soviética e na aproximação com a China) – ao mesmo tempo em que os EUA deveriam garantir a manutenção de sua esfera de poder, investindo em relações com governos que garantam a promoção de ideais simpáticos aos Estados Unidos.

O idealismo, por outro lado, assume uma série de paradigmas diferentes do realismo. Ao estudar sobre a base do governo Carter, autores como Hargrove (1988), Hancock (2007) e Apodaca (2013) afirmam que o discurso do resgate dos padrões morais somente foi possível graças a reação de um país atingido por um grave escândalo doméstico (Watergate) e por caos externo (Guerra do Vietnã). O idealismo vê o Estado como apenas um participante dentro de uma grande mesa de negociações, buscando seus objetivos através da promoção de seus valores, ao invés de seus interesses. Por fim, ao contrário do realismo, a discussão dos direitos humanos na diplomacia é vista como fundamental para a composição da espinha dorsal da identidade americana.

O primeiro artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos das Organização das Nações Unidas afirma que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos”.¹⁸ Buscar a historicidade e um consenso para o conceito dos direitos humanos, no entanto, é mais difícil do que se possa imaginar. Hannah Arendt considera que os direitos humanos foram construídos a medida em que se tornou necessário reconhecer o direito a dignidade – que, por sua vez, independe da cidadania ou da vinculação a um determinado Estado nacional. Segundo a pensadora “nós não nascemos iguais; nós nos tornamos iguais como membros de uma coletividade em virtude de uma decisão conjunta que garanta a todos direitos iguais.”¹⁹ Norberto Bobbio pondera que os direitos humanos surgem como direitos naturais

¹⁸ BIBLIOTECA da Universidade Federal de São Paulo. Declaração Universal dos Direitos Humanos 1948. Disponível em: < goo.gl/Lclx3j >

¹⁹ ARENDT, Hannah. *As Origens do Totalitarismo*. Rio de Janeiro: Cia do Bolso, 2012, p.59.

universais, passando pelo processo de tornarem-se direitos positivos particulares (como os reconhecidos em uma Constituição), para então ganhar proteção no sistema internacional.²⁰

No mundo contemporâneo, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 apresenta o conceito de “direitos fundamentais” – o que Bobbio considera a etapa anterior para o reconhecimento universal. O avanço aconteceria apenas com a Declaração da ONU de 1948, que propõe analisar o conceito de direitos humanos como campo de interesse de toda a humanidade, já que clama pela extensão dos princípios assignados a qualquer pessoa, considerando que direitos culturais, econômicos e sociais só podem ser respeitados caso uma nação garanta também os direitos civis e políticos. Se um destes é violado, todos os demais também são. Por isso a visão de direitos humanos a partir da metade final do século XX abrange categorias interdependentes e inter-relacionadas.

A luta pela defesa dos direitos humanos na política externa é válida por quatro motivos: 1) torna a nação relevante perante a comunidade internacional; 2) defende interesses nacionais; 3) muda a percepção de mundo; e 4) valoriza o espírito da democracia.²¹ A promoção dos direitos humanos é geralmente vista como um meio de expressar as bases morais de uma política externa. Portanto, o que chamo neste trabalho de a “nova” política externa empregada pela administração Carter é justamente um contraponto a visão realista defendida por teóricos como Henry Kissinger, que argumenta que o principal papel da política externa é promover estabilidade através de um equilíbrio de poder que promoveria interesses de Estado em detrimento da moralidade.²²

Por conta deste grande contraste, a política de direitos humanos para o *Southern Cone* (mais especificamente no Chile) colocada em prática nos Estados Unidos a partir da gestão Carter foi uma grande novidade.²³ De Eisenhower até Ford, ficou claro que os homens que sentaram na cadeira presidencial da Casa Branca deixaram de lado o compromisso com a Declaração de 1948 para combater a União Soviética e qualquer tipo de ameaça comunista no continente. Antes mesmo de Fidel Castro tomar Cuba, os americanos demonstravam uma preocupação ímpar com o futuro da “democracia à americana” nos países da chamada *Latin America*. A apressada assinatura do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, em 1947,

²⁰ BOBBIO, Norberto. *Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1988, p.30.

²¹ SHESTACK, Jerome. *Human Rights, National Interest and Foreign Policy*. Annals of the American Academy of Political and Social Science, 1989.

²² Esta visão foi colocada em prática a partir do momento em que Kissinger assumiu o cargo de Assistente de Segurança Nacional no governo de Richard Nixon. Sobre o conceito de *realpolitik* aplicado na política externa das administrações republicanas da década de 1970, ver Woods (2005).

²³ A partir do governo Ford, o Departamento de Estado reuniu Argentina, Chile e Uruguai sob o termo *Southern Cone* (cone sul).

foi uma tentativa de mostrar aos soviéticos que o continente americano estava unido e não aceitaria qualquer tipo de pressão e/ou interferência. Tal posição seria reafirmada na criação da Organização dos Estados Americanos (OEA), no ano seguinte. Esta percepção forçada durou até o começo da década de 1950, quando o governo Eisenhower derrubou Jacobo Arbenz Guzmán na Guatemala, adotando uma Doutrina Monroe que respirava os ares do McCarthysmo.²⁴ Se Monroe se posicionava contra as monarquias europeias, os diplomatas americanos foram orientados a encarar o comunismo como um mal ainda pior, que poderia destruir todos os avanços da civilização ocidental. O compromisso de combate ao comunismo foi reafirmado pelos países latinos na Declaração de Solidariedade de Caracas, assinada em 1954 sob supervisão dos Estados Unidos:

*The American republics at the Ninth International Conference of American States declared that international communism, by its antidemocratic nature and its interventionist tendency, is incompatible with the concept of American freedom and resolved to adopt within their respective territories the measures necessary to eradicate and prevent subversive activities.*²⁵

Ainda na década de 1950, os americanos criaram fundos de financiamento e treinamento para os exércitos latinos, colocando o aparato militar junto de Washington. A perda de Cuba para Castro apenas acelerou o processo de interferência dos EUA e de seus diplomatas no campo político de países da América Latina que se aproximavam do comunismo. A formulação de uma Doutrina de Segurança Nacional no Chile começou após o socialista Salvador Allende conseguir altos índices nas eleições presidenciais de seu país antes de chegar ao poder, em 1970.²⁶ Após o golpe militar de 11 de setembro de 1973, a instalação de um regime de Segurança Nacional liderado por Augusto Pinochet perseguiria ferozmente a esquerda e legitimaria seu exército como o defensor da democracia dos padrões americanos, já que até

²⁴ WRIGHT, Thomas. *State Terrorism in Latin America: Chile, Argentina, and International Human Rights*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2007, p.24.

²⁵ As repúblicas americanas presentes na Nona Conferência Internacional de Estados Americanos declaram que o comunismo internacional, por sua natureza antodemocrática e de tendência intervencionista, é incompatível com o conceito americano de liberdade e resolveram adotar dentro de seus respectivos territórios as atitudes necessárias para erradicar e prevenir atividades subversivas. Departamento de Estado. Caracas Declaration of 1954. Inter-American Relations: A Collection of Documents, Legislation, Descriptions of Inter-American Organizations, and Other Material Pertaining to Inter-American Affairs. U.S. Government Printing Office, 1989, p.88.

²⁶ Para mais sobre o tema, ver Haslam (2005) e Harmer (2011).

mesmo Richard Nixon reconhecia que os padrões de democracia cultuados nos Estados Unidos não poderiam ser empregados de forma satisfatória no restante do continente.²⁷

Segundo Padrós:

Uma terceira abordagem que consideramos de maior pertinência explicativa é a que identificou as ditaduras latino-americanas dos anos 60 a 80 como regimes de Segurança Nacional, o que realçou, portanto, o papel que a Doutrina de Segurança Nacional assumiu no centro da estruturação desses regimes. As Forças Armadas, nessa perspectiva, receberam uma legitimidade política para desempenharem o papel de ordenadores do sistema social, diante da falência das instituições da democracia representativa e do sistema político em geral, e se apresentaram como garantia suprema da unidade nacional ameaçada pelos efeitos desagregadores do "perigo comunista". A Doutrina de Segurança Nacional foi incorporada como fundamento teórico justificador da proteção da sociedade nacional a partir da edificação de um Estado que precisava esconder sua essência antidemocrática. A doutrina de Segurança Nacional apontou, da mesma forma, a existência de um "estado de guerra permanente" contra um (suposto) "inimigo interno", que podia ser toda pessoa ou organização armada, política ou social de oposição aos interesses da ordem vigente. Embora a Doutrina de Segurança e seus defensores proclamassem agir em defesa dos valores democráticos, consideravam, no fundo, que a democracia era uma fonte geradora de desordens por permitir a atuação dos setores desconformes com a ordem vigente, a qual devia ser defendida através de todos os meios disponíveis.²⁸

Neste sentido, emprega-se o conceito de terrorismo de Estado para discutir e investigar violação dos direitos humanos por parte do governo chileno. Duhalde (1999) considera que o Estado militar constrói seu poder mediante a militarização da sociedade, enquanto o Estado que opta pelo terrorismo busca militarizar a sociedade para desarticular estruturas políticas e sociais mediante o medo para eliminar milhares de cidadãos, restringir a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa, com um único objetivo: acabar com a insurgência. Segundo Bauer:

Em relação às ditaduras civil-militares de segurança nacional do Cone Sul, pode-se afirmar que foram regimes onde o terrorismo foi aplicado de forma

²⁷ Nixon passou a ver o avanço comunista na América do Sul como uma questão de segurança nacional dos Estados Unidos a partir de 1958, quando seu carro apedrejado em várias capitais do continente sul-americano. Mais tarde, perguntado sobre o avanço comunista, reconheceu que a diplomacia americana deveria concentrar seus esforços em relações com pessoas e instituições que promovessem o combate do comunismo, citando “*U.S.-style democracy won’t work here*”. SCHMIDLI, William. *Human Rights and U.S Cold War Policy Toward Argentina*. Nova York: Cornell, 2013, p.3.

²⁸ PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional - Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar*. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005, p.25.

sistemática pelo Estado, com abrangência internacional [...] utilizando-se de métodos físicos e psicológicos para exercer essa violência frente a grupos previamente definidos, mas que careciam de especificidade.²⁹

Tal posição também é sustentada no trabalho de Wright:

*When the state employs terrorism as a mean of ruling, it recognizes no constraints on its power to deal with individuals and groups it considers the enemy or potential enemy and with other persons who may accidentally run afoul of the authority.*³⁰

Ao estudar as violações dos regimes da América Latina, Frühling et. al (1999) apresentam o modelo de análise GHRV (*gross human rights violations* ou graves violações de direitos humanos - categoria que abrange desaparecimentos, execuções, repressões políticas e torturas).³¹ Além do conceito de terrorismo de Estado, os autores também trabalham com o que chamam de *State Sponsored Actors* (agentes patrocinados pelo estado) - que refletem diretamente nos responsáveis diretos pelos atos terroristas. No caso chileno, além do exército, temos a *Dirección de Inteligencia Nacional* (DINA) e a *Central Nacional de Informaciones* (CNI), instituições criadas para disseminar a cultura do medo e da repressão.³² A gravidade das violações dos direitos humanos denuncia o nível de comprometimento do Estado, enfatizando o dano infligido as vítimas. Assim definida, a gravidade do abuso de direitos humanos é dividida em níveis, conforme Jabine. O nível mais baixo envolve humilhação simbólica da vítima ou privação de meio de subsistência. O mais elevado, agressão física deliberada seguida de óbito. Prisão arbitrária e tortura se situariam entre esses dois níveis da escala de gravidade.³³

²⁹ BAUER, Caroline S. *Um estudo comparativo da prática do desaparecimento nas ditaduras civil-militares argentina e brasileira e a instituição de políticas de memória na democracia*, Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011, p.26.

³⁰ Quando o Estado coloca em prática o terrorismo como um meio poder, ele não reconhece restrições em seu poder para lidar com indivíduos e grupos que considera seu inimigo ou inimigo potencial, e também com outras pessoas que possam acidentalmente entrar em conflito com a autoridade. WRIGHT, Thomas. *State Terrorism in Latin America: Chile, Argentina, and International Human Rights*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2007, p. 11. A posição de Menjívar também segue esta linha: *Any oponent to the established social order is considered an enemy of the state, which is the protector of society, and so must be eliminated because of the threat he or she poses to social stability. As enemies of the state, opponents are outside the bounds of state protection and thus vulnerable to arbitrary treatment, such as torture, and ultimately extermination*. MENJÍVAR, Cecília. *When States Kill: Latin America, the U.S., and Technologies of Terror*. Austin: University of Texas Press, 2009

³¹ Frühling, Hugo et al. *Determinants of Gross Human Rights Violations by State and State Sponsored Actors in Brazil, Uruguay, Chile and Argentina: 1960 – 1990*. Leiden: Martinus Nijhoff Publishers, 1999.

³² Para um estudo sobre a relação entre a cultura do medo e a repressão nas ditaduras da América Latina, ver Corradi et. al (1992).

³³ JABINE, Thomas. *Human Rights and Statistics: Getting the Record Straight*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1992, pp. 54-59.

Baseado nos estudos de *hard power* e *soft power* de Joseph Nye, Domínguez (1998) aponta dois tipos de uso da diplomacia dos Estados Unidos na América Latina: a primeira – chamada de diplomacia de prevenção – foi uma tentativa de dar suporte aos regimes democráticos sem a necessidade de orquestrar golpes militares. No Chile, a prevenção foi feita através da tentativa de barrar os avanços da esquerda através de mensagens anticomunistas e promoção dos Estados Unidos como o grande parceiro da história chilena. Quando a *realpolitik* foi implementada no governo Nixon, a diplomacia de intervenção passou a ser vista como a única alternativa possível para garantir a hegemonia americana no continente já ameaçado por Cuba. Neste caso, a intervenção surgiu no Chile a partir de bloqueios econômicos, suporte a grupos contrários aos socialistas de Allende e no completo e irrestrito apoio aos militares pró Pinochet.

Com o objetivo principal de analisar a política externa dos Estados Unidos para o Chile no período da presidência de Carter, alguns objetivos secundários foram estabelecidos: O primeiro deles analisar os diferentes conceitos de direitos humanos empregados na política externa dos Estados Unidos no período após a Segunda Guerra Mundial. Neste sentido, também procura-se entender a transição da *realpolitik* para “nova” política externa americana de Jimmy Carter. No contexto chileno, a abordagem da esquerda na década de 1960, a eleição de Allende e repressão a partir de 1973 tornam-se necessárias para compreender o estabelecimento das redes de influência dos Estados Unidos no país.

Em se tratando do governo Carter, especificamente, busca-se realizar a análise sobre como a diplomacia de Carter voltada para os direitos humanos influenciou no fechamento da DINA, principal agente de repressão chileno, além de verificar as sanções econômicas impostas por Carter, analisar os seus efeitos e também as atitudes tomadas pelo governo Reagan para preservar (ou não) as políticas impostas por Jimmy Carter.

Para oferecer uma resposta ao problema exposto, dividi esta dissertação em quatro capítulos.

Em “Direitos humanos: a construção de um conceito maleável”, proponho discutir como as administrações anteriores ao governo Carter articularam e adaptaram o conceito de direitos humanos de acordo com o andamento da Guerra Fria. Por mais de duas décadas, o termo “direitos humanos” não era empregado na construção da política externa estadunidense, que via o combate ao comunismo principal bandeira. A partir do governo Carter, os Estados Unidos reestruturaram o conceito e obrigaram todas as nações consideradas amigas a seguir à risca as recomendações do Departamento de Estado. Além da análise da literatura acadêmica, a base documental utilizada para pesquisa é intitulada *Human Rights and Humanitarian Affairs*,

coleção liberada pelo programa de acesso a informação (Office of Historian) do Departamento de Estado.

No segundo capítulo – Chile: da democracia ao Estado terrorista – busco mostrar como o contexto da Guerra Fria influenciou as políticas chilena a partir do final da Segunda Guerra Mundial, tratando desde as primeiras tensões econômicas até o apoio do governo Nixon a Pinochet e ao golpe de Estado de 1973. Além da revisão bibliográfica, utilizei documentos do Departamento de Estado e da CIA, disponíveis através do FOIA.

Ao estudar a documentação referente a base da política externa de Carter, fica claro que a análise de sua diplomacia para os Américas pode ser dividida em dois momentos: o primeiro é o do estabelecimento das bases para o direcionamento de políticas para os países que mantinham relações com os americanos. No caso do objeto de análise deste trabalho, pode-se observar que do período de 1977 e 1978 existe uma vontade política de discutir abertamente com os regimes que violavam direitos humanos para avisar das possíveis consequências no caso de descumprimento. Como veremos no capítulo “Negociando com o Ditador”, Carter direcionou seus esforços diplomáticos no Chile para garantir que a DINA não cometesse mais os atos terroristas de anos passados, além de exigir uma melhora nas condições dos direitos básicos para a população chilena.

O segundo período, iniciado na metade final do governo, quando Carter era criticado tanto pela condução da sua política doméstica quanto na externa, nota-se uma tolerância zero: os governos que descumprissem pactos firmados anteriormente na questão dos direitos humanos teriam incentivos, benefícios e programas humanitários cortados. No quarto capítulo – “Cercando o ditador” – busco analisar o período final do governo democrata e suas medidas para tratar isolar o governo chileno – com a aprovação de sanções econômicas e militares devido o desfecho negativo do Caso Orlando Letellier e a nova onda de terror empregada pela CNI, agência sucessora da DINA.

Optei por deixar o texto original das citações em inglês e fiz todas as traduções para o português. Tomei o cuidado de adaptar algumas frases para o melhor entendimento do leitor, já que a tradução literal algumas vezes perde o sentido pela repetição de jargões e pelo uso de algumas expressões idiomáticas.

1. DIREITOS HUMANOS: UM CONCEITO DIPLOMATICAMENTE MALEÁVEL

There is a worldwide growing abuse of human rights, with violations of international standards so widespread that we are, indeed, facing a global human rights crisis.
Donald Fraser³⁴

I believe it is dangerous for us to make the domestic policy of countries around the world a direct objective of American foreign policy. The protection of basic human rights is a very sensitive aspect of the domestic jurisdiction of governments.
Henry Kissinger³⁵

Quando Eleanor Roosevelt orgulhosamente ostentava um grande papel com a declaração dos direitos humanos confeccionada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, a delegação americana expressava a certeza de que jamais outro regime que praticasse atrocidades contra cidadãos livres como a Alemanha Nazista havia feito durante a Segunda Guerra Mundial ficaria impune no cenário internacional. Para eles os preceitos firmados em Paris seriam a base diplomática para qualquer nação do mundo.³⁶

Durante dois anos, a ONU trabalhou na declaração baseada nos quatro princípios defendidos pelos Aliados durante a Segunda Guerra Mundial: a liberdade de expressão, a liberdade de culto e religião, o direito a viver uma vida sem medos e o direito a ter um nível de vida adequado. Os trinta artigos ratificados em dezembro de 1949 foram adotados por quarenta e oito países. O bloco soviético preferiu se abster da votação e não assinou a declaração por não concordar com o artigo dezoito, que garantia o direito de um cidadão deixar livremente seu país de origem.

Se, a curto prazo, Eleanor imaginava que a humanidade enfrentaria um longo e duradouro período de paz e do código, a Guerra Fria tratou de afastar grande parte do corpo diplomático dos Estados Unidos da base da Declaração dos Direitos Humanos. A partir da administração do republicano Dwight D. Eisenhower, os diplomatas dos EUA foram orientados a seguir políticas anticomunistas e aceitaram a posição de usar sua influência para financiar

³⁴ APODACA, Clair. *Understanding U.S. Human Rights Policy: A Paradoxical Legacy*. Londres: Routledge, 2013, p. 29.

³⁵ HASS, Lawrence. *Sound the Trumpet: The United States and Human Rights Promotion*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2012, p.83.

³⁶ Roosevelt foi apontada por Harry Truman como Delegada dos Estados Unidos na ONU, ocupando a cadeira americana na recém-criada Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos. Junto de René Cassin e John Peters Humphrey, ela foi a responsável pelo primeiro rascunho da declaração dos Direitos Humanos. Para mais, ver Roosevelt (2010).

ditadores com o intuito de sustentar a permanência de governos simpáticos aos Estados Unidos. Em um exemplo clássico deste afastamento, o Congresso americano barrou a aprovação integral da Constituição porto-riquenha de 1952 – que baseava os direitos de seus cidadãos a partir da Declaração, utilizando a justificativa de que as propostas tinham caráter socialista e que nenhum regime democrático poderia cumprir.³⁷ A maioria republicana no Congresso também rejeitou a proposta da ratificação da Convenção do Genocídio após o senador de Ohio John W. Bricker citar que este tipo de acordo violaria a soberania do governo americano. Mais tarde, o mesmo senador propôs reduzir os poderes de decisão do executivo americano – o que prontamente seria rejeitado pela administração Eisenhower.³⁸

Logo ao chegar ao cargo de Secretário de Estado, John Foster Dulles manteve o espírito de Bricker e garantiu que os Estados Unidos não assinariam nenhum outro acordo referente a discussão de direitos humanos a nível internacional. Sempre que perguntado sobre a situação da Declaração, esquivava-se dizendo que preferia defender os direitos humanos através das garantias de acesso à educação.³⁹

No período de Eisenhower na Casa Branca, os americanos apoiaram a posse de François Duvalier no Haiti, ampliaram o apoio a Rafael Trujillo na República Dominicana, financiaram o programa de tolerância zero ao comunismo criado por Syngman Rhee na Coreia do Sul, levaram Efraín Ríos Montt e sua junta ao poder na Guatemala, fecharam os olhos para as torturas de Fulgencio Batista em Cuba e cooperaram com o Xá iraniano para fechamento das organizações comunistas no país.⁴⁰ No entanto, curiosamente Dulles e Eisenhower denunciaram os soviéticos na Assembleia da ONU por conta de possíveis violações à Declaração dos Direitos Humanos em episódios como a Revolta na Alemanha Oriental (1953) e a Revolução Húngara (1956). O diplomata George F. Kennan justificou o apoio aos ditadores – em especial aos *latin americans* - afirmando que “*it’s not entirely possible for us to know which institutions of government are morally commendable in a Latin American country*”.⁴¹ A

³⁷ GUPTA, Sunjay. *Dynamics of Human Rights in the US Foreign Policy*. Nova York: Northern Book Centre, 1998, p.65.

³⁸ Bricker expressou seu descontentamento a partir de propostas de emenda à Constituição. Para mais sobre a disputa no Congresso, ver Mayer (2007, p. 65-67).

³⁹ Para uma crítica sobre esta questão, ver Said (1978, p. 58-60).

⁴⁰ A historiografia americana aponta o apoio da Casa Branca ao governo Montt, na Guatemala, como marco final da doutrina não intervencionista da Boa Vizinhança criada pela administração Roosevelt. Jacobo Árbenz, presidente democraticamente eleito, foi deposto no golpe militar que durou dos dias 18 até 27 de junho de 1954. Para um estudo mais aprofundado sobre o caso e sobre como a CIA apoiou o golpe, ver Schlesinger (2006).

⁴¹ Não é perfeitamente claro para nós sabermos quais instituições do governo são moralmente condenáveis na América Latina. SIKKINK, Kathryn. *Mixed Signals: U.S. Human Rights Policy and Latin America*. Ithaca: Cornell University Press, 2007, p.40.

tomada de Cuba por Fidel Castro foi a gota d'água e deixou a base da política externa americana clara para o mundo inteiro: direitos humanos só entram em jogo na luta contra o comunismo, já a ameaça vermelha seria o maior atentado à liberdade de um homem. Em outras palavras, um ditador que utiliza o aparelho de Estado para matar e torturar com o objetivo final de combater o comunismo não poderia ser formalmente denunciado pelos seus crimes, já que seu objetivo final era implantar uma “democracia” alinhada aos americanos.

Nem mesmo as administrações democratas de Kennedy e Johnson fizeram forças para mudar a situação. Natalie Hevener foi a primeira acadêmica dos Estados Unidos que esboçou a teoria de que a criação da Aliança para o Progresso foi o primeiro exemplo de um programa pró-direitos humanos de um presidente estadunidense.⁴² No cenário da Guerra do Vietnã, ao mesmo tempo que a discussão sobre os direitos civis ganhava espaço no país, crescia a pressão da comunidade internacional pela adoção de termos de regulamentação nas negociações com os soviéticos – especialmente as que envolviam detalhes sobre campos de confinamento nas guerras e atitudes perante ditadores. O Congresso americano, no entanto, permaneceu calado. Apesar de propagar a Lei dos Direitos Civis de 1964 como maior legado de seu governo, Lyndon Johnson não conseguiu controlar pacificamente os protestos que tomaram conta de seu país em 1968, quando os abusos dos policiais americanos serviram de propaganda para a União Soviética.

Apesar de críticos da política externa de Eisenhower, os congressistas democratas assistiram seu presidente intervir na República Dominicana para tirar do poder Juan Bosch, que foi acusado de querer implantar uma nova Cuba ao propor o acesso universal a saúde, educação e terra de forma justa e igualitária. Em meio a disputas internas e com a Guerra Fria causando medo e tensão, Kennedy e Johnson viram que os termos da Declaração eram impossíveis de serem levados em conta.

A questão dos direitos humanos na mídia estadunidense começou a ter mais espaço após o jornalista Seymour Hersh denunciar o Massacre de May Li, com provas de que uma tropa do exército americano comandada pelo tenente William Calley havia assassinado mais de quinhentas pessoas, sendo que a maioria apresentava marcas de tortura ou vestígios de

⁴² Discordo fortemente deste posicionamento por compreender que tal programa visava o desenvolvimento econômico e social com a contrapartida de adotar uma visão de governo pró-EUA que geralmente não era bem aceita nas sociedades alvo. HEVENER, Natalie. *The Dynamics of Human Rights in United States Foreign Policy*. Nova York: Transaction Publishers, 1981, p.33.

estupro.⁴³ Aos poucos a Guerra do Vietnã, deixou de ser vista como um ato de proteção a um pequeno país democrático para se transformar na maior desgraça americana do século XX.

Enquanto as fotografias do massacre estampavam as capas dos principais jornais e revistas do país, finalmente as acusações feitas no tribunal de Bertrand Russell e Jean-Paul Sartre voltaram à tona. O Tribunal Internacional de Crimes de Guerra⁴⁴, organizado entre 1966 e 1967, concluiu que os Estados Unidos cometiam crimes de guerra e violavam as leis de direitos humanos internacionais vigentes ao bombardear cidades, hospitais e escolas, além da praticar tortura em seus prisioneiros de guerra para conseguir informações e provar que o exército fez experimento com armas biológicas na população civil.

1.1 A ERA NIXON E OS DIREITOS HUMANOS.

Quando tomou posse na Casa Branca, em 1968, Richard Nixon decidiu deixar de lado qualquer discussão envolvendo direitos humanos na construção de sua política externa. “*We are not involved in the world because we have commitments. We have commitments because we are involved. Our interests must shape our commitments rather than the other way round.*”⁴⁵ Se o anticomunismo de Eisenhower era contido, o de Nixon era escancarado. O presidente republicano sabia da fraqueza da ONU neste tópico e logo decidiu levar adiante seu projeto de fechar os olhos para os crimes das ditaduras aliadas aos Estados Unidos, com um substancial aumento no orçamento da CIA na luta contra os simpatizantes soviéticos. Apesar de ter prometido uma retirada do Vietnã de cabeça erguida, a *realpolitik* de Henry Kissinger teria de conviver com uma crescente pressão dos congressistas democratas por explicações e pedidos de providências.

Apesar dos milhares de protestos espalhados nos Estados Unidos contra a Guerra, somente em 1972 a discussão de direitos humanos entrou na pauta ativa do Congresso

⁴³ Richard Nixon sempre esteve ao lado de Calley. Dias após ser sentenciado à prisão perpétua, o presidente americano transformou a pena em prisão domiciliar. Antes de renunciar, Nixon deu um perdão presidencial limitado ao tenente, trocando o tempo de prisão por prestação de serviços comunitários.

⁴⁴ Também referenciado na literatura acadêmica como Tribunal Russell-Sartre. Junto de nomes como Ken Coates, Isaac Deutscher e Simone de Beauvoir, o tribunal investigou os crimes de guerra dos Estados Unidos no Vietnã. Além de provar que os Estados Unidos violaram as leis internacionais no Vietnã, o tribunal também culpou a Austrália, Coreia do Sul, Filipinas, Japão, Nova Zelândia e Tailândia pelo envolvimento nos crimes de guerra. Por fim, a participação americana foi considerada como 'genocida'. Para mais, ver Duffett (1968).

⁴⁵ Nós não estamos envolvidos no mundo porque temos compromissos. Temos compromissos porque estamos envolvidos. Os nossos interesses devem moldar os nossos compromissos ao invés do contrário. Departamento de Estado dos Estados Unidos. *Public Papers of the Presidents of the United States, Richard Nixon, 1971*. Washington: Government Printing Office, 1999, p. 75.

americano. A leitura da bibliografia que trata sobre o caso permite identificar quatro posições quanto o respeito pela Declaração ratificada em 1949:

1) Os republicanos de Nixon: base que não aceitava discutir direitos humanos por considerar que o mundo democrático deveria se preocupar com a contenção do comunismo. Mostravam-se a favor da retirada gradual do Vietnã, e considerava necessário o apoio do grupo de ditadores *latin americans* por considerar que eles defendiam, em última instância, um modelo de governo democrático que aproximaria seus cidadãos dos ideais defendidos pelos Estados Unidos perante a comunidade internacional. Tinham a visão de que a *détente* com a União Soviética e a abertura política com a China eram necessárias para evitar novas aventuras destes países.⁴⁶

2) Os republicanos anti-Nixon: apesar de minoria, defendiam que os direitos humanos deveriam ser discutidos no poder legislativo – e não através do executivo – como era costume desde Eisenhower. Defendiam a retirada imediata do Vietnã. A principal voz deste grupo era o congressista da Califórnia, Pete McCloskey.⁴⁷

3) A base partidária tradicional do Partido Democrata, que pretendia estabelecer claramente um conceito bem definido de direitos-humanos a partir do poder executivo para que a população pudesse acompanhar os avanços do governo. Era a favor da retirada estratégica do Vietnã, do fim imediato dos bombardeios e do fim de financiamento a ditadores adotassem tortura e outros métodos de terrorismo de Estado. Dentre essa base, destacavam-se o senador de Maine, Edmund Muskie, o senador de Minnessota, Walter Mondale e Jimmy Carter, na época governador da Geórgia.⁴⁸

4) A esquerda do Partido Democrata – reunida sobre o *motto* “*New Politics*”. Consideravam que os direitos humanos deviam ser respeitados seguindo a Declaração da ONU – já que ele teria validade internacional. Eram a favor da retirada imediata das tropas do Vietnã e acusavam os Estados Unidos de perder boa parte do prestígio internacional conquistado ao longo das décadas por conta do apoio aos ditadores – considerados terroristas – da América Latina e de ter sangue nas mãos por conta dos bombardeios no Vietnã. Tinha como principal voz o senador Dakota do Sul, George McGovern.⁴⁹

Na eleição presidencial americana de 1972, Nixon enfrentou McGovern naquela que seria uma das disputas mais desiguais da história dos Estados Unidos. Se o governo de Nixon

⁴⁶ Ver Schmitz (2006, p. 72 – 112).

⁴⁷ TIME Magazine. The Vietnam War is immoral. 7 de maio de 1971.

⁴⁸ Ver Bloodworth (2013).

⁴⁹ Idem.

era tão criticado, o que explicaria sua esmagadora vantagem na eleição daquele ano – onde o republicano perdeu em apenas um estado? Apesar do presidente ser o principal responsável pela estabilização da economia americana, curiosamente a maior parte de sua campanha foi direcionada para ataques que fazia contra o democrata justamente na política externa. Nixon se apresentava como o único homem capaz de evitar a criação de uma nova Cuba no continente americano. Isto explicaria o motivo do afastamento do Chile, na época governado por Salvador Allende (e alvo de discussão no próximo capítulo deste trabalho). Também se gabava de disfrutar de boas relações com a União Soviética e de ter aberto o mercado americano para a China, estabelecendo grandes acordos comerciais. Mostrava McGovern como um homem despreparado e que acabaria com o exército americano por seu histórico pacifista, além de ter dividido os democratas por conta de sua indicação à presidência.⁵⁰

O fato é que Nixon ganhou um cheque em branco para a política externa de seu segundo mandato, já que todos os protestos contra o presidente pareceram não surtir efeitos perante o que o republicano considerava “a grande maioria silenciosa” do eleitorado americano (*the great silent majority*), comprovado pelos dezoito milhões de votos a mais do que seu adversário.⁵¹

Com os momentos finais da Guerra do Vietnã e a grande exposição dos crimes de guerra cometidos pelos Estados Unidos, agravado pela renúncia de Nixon por conta do escândalo Watergate e pelos primeiros relatos de abusos das ditaduras de países da América Latina na grande mídia estadunidense, a maioria democrata no Congresso finalmente colocou em pauta uma votação referente ao rumo da política externa americana no campo dos direitos humanos. O senador Frank Church chegou a instalar uma comissão para investigar se as práticas de torturas cometidas pelo governo do Brasil tinham algum tipo de ligação com os Estados Unidos e a administração Nixon.

O senador James William Fullbright também aproveitou a renúncia de Nixon para levar para votação o Ato de Assistência de 1974, que tinha como objetivo prevenir qualquer tipo de auxílio econômico para países que praticassem tortura ou perseguissem politicamente seus cidadãos. A proposta aprovada nos primeiros meses da gestão de Gerald Ford também contava com pedidos para o campo executivo: 1) pressionar o Chile para respeitar os direitos humanos de seus prisioneiros; 2) facilitar o envio de missões de paz para o Chile; 3) buscar intermediar uma relação de amizade entre o Chile e a Cruz Vermelha; e 4) cancelar imediatamente qualquer

⁵⁰ LOGEVALL, Fredrik (org). *Nixon in the World: American Foreign Relations, 1969-1977*. Oxford: Oxford University Press, 2008, p. 96.

⁵¹ GOULD, Lewis. *Grand Old Party: A History of the Republicans*. Nova York: Random House, 2012, p. 399 – 401.

tipo de treinamento para tropas militares e/ou de inteligência de países que mantêm ditaduras militares que torturam e/ou perseguem politicamente. Segundo Fullbright, a imagem dos Estados Unidos na América Latina estava distorcida por conta da intensa parceria entre a CIA e os serviços de inteligência das ditaduras. Completa o documento:

*United States participation in the highly sensitive area of public safety and police training unavoidably invites criticism from persons who seek to identify the United States with every act of local police brutality or oppression in any country in which this program operates. It matters little whether the charges can be substantiated; they inevitably stigmatize the total United States foreign aid effort.*⁵²

Em 1974, o Partido Democrata cresceu no Congresso nacional por conta da renúncia de Nixon. Dentre os novos membros do Senado (chamados pela literatura acadêmica de *Watergate babies*⁵³), estava Tom Harkin, ativista pró-direitos humanos e que seria a voz ativa contra a continuidade da *realpolitik* de Kissinger e Ford.⁵⁴

A primeira grande vitória dos democratas surgiu com a aprovação da seção 116 como base para o comércio, incentivos e/ou ajudas humanitárias bilaterais dos Estados Unidos. Segundo a lei de Tom Harkin:

*No assistance may be provided under this part to the government of any country which engages in consistent pattern of gross violations of internationally recognized human rights, including torture or cruel, inhuman, or degrading treatment or punishment, prolonged detention without charges, or other flagrant denial of the right to life, liberty, and the security of person.*⁵⁵

⁵² A participação dos Estados Unidos na sensível área da segurança pública e do treinamento policial convida inevitavelmente críticas de pessoas que procuram identificar os Estados Unidos com todos os atos de brutalidade ou opressão da polícia local em qualquer país em que este programa funciona. Pouco importa se as acusações podem ser comprovadas, elas inevitavelmente estigmatizam os Estados Unidos e seu programa de auxílio externo. Senado dos Estados Unidos. *Report to Accompany the Foreign Assistance Bill of 1974*. 3 de setembro de 1974, p.2.

⁵³ Expressão denominada para expressar os congressistas eleitos por conta do episódio Watergate – que não teriam chances de vitória contra os oponentes republicanos caso Nixon não tivesse renunciado.

⁵⁴ Também cito o congressista democrata Donald Frasier como uma das primeiras vozes pró-direitos humanos no Congresso. Em 1973, o político organizou mais de 150 sessões de entrevistas com advogados, membros do governo e ativistas para dialogar sobre como a política externa dos Estados Unidos poderia adotar os princípios da Declaração da ONU. Apesar de não ter grande influência e divulgação, a publicação do relatório *Human Rights in the World Community: A Call for U.S. Leadership* seria o primeiro passo para Jimmy Carter estabelecer as bases de sua política externa em seu programa de governo.

⁵⁵ Nenhuma assistência pode ser prestada para governos de qualquer país que se engajem em um padrão consistente de graves violações dos direitos humanos internacionalmente reconhecidos, incluindo a tortura ou tratamento cruel, desumano, degradante ou punição, detenção prolongada sem acusação ou outra flagrante negação do direito

O que chama a atenção na citação acima é a adição da expressão “*internationally recognized human rights*”. Como referido anteriormente, desde a gestão Eisenhower o governo americano negava a adoção da Declaração da ONU como base para sua política externa. No entanto, Harkin viu a ONU como a única alternativa capaz de controlar qualquer abuso de poder do executivo, já que, a partir da assinatura da seção 116, o presidente americano via-se obrigado a apresentar ao Congresso um relatório completo sobre a situação dos direitos humanos em países em que ditaduras militares estivessem no poder. Em suma, tal proposta tinha como objetivo acabar com a brecha criada pela gestão Kennedy, que permitia ao executivo americano financiar ditadores graças a uma interpretação na seção 502b do Ato de Assistência de 1961, que permitia distribuir dinheiro ou auxiliar qualquer país sob circunstâncias extraordinárias.⁵⁶

Harkin trabalhou para vetar o uso do pretexto de “circunstâncias extraordinárias”, citando que os Estados Unidos deveriam começar um sério trabalho para se desassociar de regimes políticos de extrema-direita, especialmente na América Latina. A atualização da seção 502b também previa a criação de um órgão do Departamento de Estado responsável por fiscalizar as denúncias de violação de direitos humanos, que deveria agir em parceria com tais países. Outra vitória para os ativistas de direitos humanos veio com a aprovação do Ato de Exportações de Armas de 1976, que proibia qualquer tipo de venda para países que violassem as seções anteriormente discutidas. Cabe aqui, no entanto, ressaltar que todas estas leis foram descumpridas por Gerald Ford e Henry Kissinger, defendendo suas posições graças a velha justificativa de “preservar os interesses nacionais”. Aproveitando da grande rede construída pela CIA na década de 1960, o uso de *laranjas* para intermediar compras de armas, por exemplo, cresceu consideravelmente no último ano do governo republicano.⁵⁷

Com a perda de confiança de boa parte dos americanos no Partido Republicano, Gerald Ford deixou de lado sua fama de incorruptível para ser figura de chacota na mídia por conta do perdão presidencial à Richard Nixon. A assinatura dos polêmicos Acordos de Helsinque (onde Ford foi acusado de entregar definitivamente a Europa Oriental aos soviéticos) e a série de gafes cometidas durante sua campanha à reeleição apenas ajudar a ascensão de Jimmy Carter,

à vida, à liberdade e à segurança pessoal. Congresso dos Estados Unidos. Foreign Assistance Act. Section 116. 28 de julho de 1975.

⁵⁶ CLAUDE, Richard. *Human Rights in the World Community: Issues and Action*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1992, p. 321.

⁵⁷ Ao estudar tais casos, Chomsky e Herman (1977) classificam a influência dos Estados Unidos na América Latina como uma prática neocolonialista fundamentada na ótica de um subfascismo.

democrata que defendia a base tradicional de seu Partido e foi um dos homens mais críticos a candidatura de George McGovern em 1972, a posição de favorito a eleição à Casa Branca.

1.2 CARTER: O POLÍTICO DA RENOVAÇÃO

Após perder a eleição de 1972, os democratas decidiram reorganizar seu sistema interno de primárias. Jimmy Carter foi um dos líderes do movimento que clamava pelo uso do voto popular para orientar os delegados de cada estado sobre o apoio aos candidatos na convenção do partido.⁵⁸ Carter finalizou seu mandato de governador da Geórgia em janeiro de 1975, e decidiu usar aquele ano para dar início ao seu projeto de expansão de seu nome a nível nacional.

Até a eleição de 1976, Carter era visto como um líder regional com forte potencial nos estados do sul, o que lhe dava créditos para ser um bom candidato à vice-presidência. Após servir na Academia Naval, Carter entrou para a política em 1963, já como senador, construindo sua campanha em torno da figura de John Kennedy. Após perder as primárias para governador da Geórgia em 1966, voltou-se aos negócios do campo e retornou ao cenário político em 1970, assumindo o controle do executivo de seu Estado.

O lançamento da publicação *Why not the Best?* foi o primeiro passo para tornar Carter uma referência dentro de seu partido. Considerando-se um “novo democrata”, ele pregava afastamento com a ala derrotada na eleição presidencial de 1972 (*new politics*) e com isso afastou-se de pautas progressistas. Ao contrário de nomes como Jerry Brown (governador da Califórnia) e Frank Church (senador de Idaho), Carter pregava a responsabilidade fiscal e visava um plano econômico com um governo enxuto e preocupado em reduzir a inflação e a taxa de

⁵⁸ Aqui cabe uma breve nota de explicação sobre o processo de primárias do Partido Democrata. Tradicionalmente, cada estado aponta um número de delegados – que firmam o apoio a um determinado candidato na convenção democrata, responsável pela indicação da chapa presidencial. Até 1968, as primárias tinham fundamental importância na escolha final do presidente. Teddy Roosevelt, por exemplo, aproveitou as primárias para testar a popularidade de suas propostas de governo. Harry Truman desistiu de concorrer a reeleição em 1952 após perder a primeira primária de Nova Hampshire para Estes Kefauver, da mesma forma como Johnson desistiu de sua campanha à reeleição após notar o crescimento das campanhas de Eugene McCarthy e Robert Kennedy, críticos de seu governo. No entanto, em 1968, o voto popular foi desconsiderado pelos delegados, que não aceitaram nomear McCarthy e optaram por nomear Hubert Humphrey, então vice-presidente dos EUA que mantinha a posição de Johnson em questões controversas como a da Guerra do Vietnã. O fato de Humphrey não ter participado de nenhuma primária fez com que a fórmula fosse alterada em 1972, quando o Partido decidiu nomear quase metade dos delegados para a convenção junto das primárias – o que obrigou a participação dos políticos interessados em disputar a presidência. Sob o comando de Jimmy Carter, em 1976 os democratas decidiram ampliar o processo de primárias para todos os estados dos EUA – e não apenas aos principais redutos democratas (12 estados e mais o distrito de Columbia, como em 1968) ou nos estados em que os democratas consideravam-se com chance de vitória (27, mais o distrito de Columbia, como em 1972). Para mais sobre este processo, ver Davis (1997).

desemprego. Na questão da política externa americana, Carter definia-se como um moralista, e se apresentava como um candidato que colocaria os valores americanos a frente dos interesses políticos:

Every concerned American has given thought in recent years to this nation's foreign policy, both its flaws and successes. Recently I met with about a dozen of our nation's top political writers for several hours of discussion about subjects of current interest and major importance. During a hearted exchange, one of the reporters exclaimed: 'there's no place for morality in foreign policy!' Although he later modified his position, he perhaps inadvertently described the feelings of many Americans about foreign policy. As it has relates to such areas as Chile, our government's foreign policy has not exemplified any commitment to moral principles. A nation's domestic and foreign policy actions should be derived from the same standards of ethics, honesty and morality which are characteristic of the individual's citizens of the nation.⁵⁹

A popularidade do livro de Carter fez com que sua campanha utilizasse o slogan ‘*Why not the Best?*’ para se afirmar como um candidato humilde e com um discurso voltado ao povo, tentando vender esse discurso como sua principal diferença quanto comparado com. Gerald Ford.⁶⁰

A espera do Congresso de maioria democrata por um presidente de seu partido para colocar em prática as leis assinadas em 1975 e 1976, acabou no dia 2 de novembro de 1976, com a vitória de Jimmy Carter sobre Gerald Ford. Antes de assumir a presidência, Carter ainda renovou seu comprometimento com uma política externa baseada na moralidade americana,

⁵⁹ Todo americano interessado (na política) tem pensado nos últimos anos sobre a política externa dessa nação – tanto suas falhas quanto seus sucessos. Recentemente, eu me encontrei com uma dúzia dos melhores escritores políticos deste país, onde discutimos por várias horas temas de interesse e de grande importância. Durante uma pesada discussão, um repórter exclamou: “não há lugar para a moralidade na política externa!” Apesar de ter modificado sua visão mais tarde, ele talvez tenha descrito o sentimento de muitos americanos sobre a política externa. Em áreas como o Chile, a política externa do nosso governo não se comprometeu com nenhum tipo de princípios morais. A política doméstica e externa de uma nação deve refletir dos mesmos padrões de ética, honestidade e moralidade que são característicos de seus cidadãos. CARTER, Jimmy. *Why Not the Best?* Fayetteville: University of Arkansas Press, 1975, p. 123.

⁶⁰ O tema de campanha de Carter é um bom exemplo: *I heard a young man speaking out just the other day; I stopped just to listen to what he had to say; He spoke straight and simple—by that I was impressed. He said, "once and for all, why not the best?" He said his name was Jimmy Carter and he was running for President; And he laid out a plan of action—made a lot of sense! He talked about the government and how it used to be, for you and me; That's the way it ought to be, right now. Once and for all, why not the best?. He spoke plain and simple and I began to understand. I was listening to quite a man, talking to me. I began to see. We need Jimmy Carter! We can't afford to settle for less, America. Once and for all, why not the best? WHY not the Best? Propaganda de Televisão. Partido Democrata dos Estados Unidos da América. 2 minutos e 20 segundos, 1976.*

onde os direitos humanos se tornariam a prioridade nas discussões. Ao lançar seu segundo livro - *A Government as Good as Its People* – no ano de sua posse, Jimmy Carter pediu ao eleitorado americano para cobrar os resultados de suas propostas no final de seu mandato. O Chile foi o país latino mais citado pelo presidente americano, que mostrava-se preocupado com os abusos de Pinochet:

*Of Course, we all know that liberty is sometimes denied in some non-communist countries, too. Many cases of political persecution in Chile and reports of brutal torture are so well documented to be disbelieved. Those governments openly violate human rights.*⁶¹

1.3 OS DIREITOS HUMANOS NO GOVERNO CARTER

Alguns pesquisadores trataram da nova política externa empregada por Carter em obras que se tornaram referências na Academia americana. O primeiro estudo sobre Carter e os direitos humanos foi realizado por Gaddis Smith⁶², que considera o democrata não soube englobar em seu programa de governo uma proposta de diálogo com o Congresso para resolver o problema da aceitação de leis internacionais – algo que foi discutido nas gestões de Nixon e Ford e que viria à tona novamente com Carter, como veremos adiante. Também afirma que o presidente não conseguiu trazer a empolgação gerada em torno de sua candidatura à Casa Branca para o governo, uma vez que mergulhou nos jogos políticos típicos de Washington.

Joshua Muravchik⁶³, por sua vez, critica duramente a política externa de Carter ao referir que o presidente ficou de mãos atadas em meio a uma ambição pessoal que o levou a desconsiderar crises internas e externas que abalariam os anos finais de seu mandato. Em sua argumentação, o caso dos reféns no Irã seria o ponto mais baixo de toda administração Carter, e deixaria clara a falta de estruturação de suas políticas. O estudo de Muravchik falha ao tentar dar uma explicação para as políticas pró-direitos humanos na América Latina, já que o autor preferiu omitir tal análise devido uma disputa pessoal com o presidente americano iniciada em 1976, quando Joshua foi coordenador de campanha do senador Henry M. Jackson nas primárias

⁶¹ É claro, nos todos sabemos que a Liberdade as vezes é negada também em alguns países não comunistas. Muitos casos de perseguição política no Chile e notícias de torturas brutais são muito bem documentados para se deixar de lado. Estes governos claramente violam os direitos humanos. CARTER, Jimmy. *A Government as Good as Its People*. New York: Simon and Schuster, 1977, p. 53.

⁶² SMITH, Gaddis. *Morality, Reason and Power: American Diplomacy in the Carter Years*. Atlanta: Hill & Wang, 1988.

⁶³ MURAVCHIK, Joshua. *The Uncertain Crusade: Jimmy Carter and the dilemmas of human rights policy*. Nova York: American Enterprise Institute for Public Policy, 1986.

democratas. Sem estabelecer comparações com os governos de Nixon e Ford, fica claro que o autor defendia uma continuidade do anticomunismo através da tradição realista da política externa como base da diplomacia americana, uma vez que renega por completo a base idealista.

Em uma perspectiva diferente, Robert Strong⁶⁴ se autoproclama como um revisionista ao propor que a política externa de Carter não foi bem compreendida pelo eleitorado americano.⁶⁵ Primeiro pesquisador a ter em mãos o acervo presidencial do democrata, Strong alinha-se à Smith ao criticar a forma como a política dos direitos humanos foi transmitida do governo para a grande mídia – muito por culpa da inexperiência dos burocratas que ocuparam as cadeiras vagas no Departamento de Estado. No caso da América Latina, Strong aponta o caso do Chile como um exemplo do resgate da moral americana, e afirma que os avanços apenas não foram maiores por conta da alta de um segundo mandato. Nessa perspectiva, em um estudo sobre a relação dos Estados de Segurança Nacional com os Estados Unidos, Schmitz (2007) elogia a base dos direitos humanos de Carter, mas considera que o legado deixado por sua administração foi mínimo. Schmitz trabalha em cima da hipótese de que a base anticomunista instalada nos Estados Unidos durante os anos em que a tradição realista foi vista como solução fixou parâmetros que dificilmente um presidente conseguiria desfazer em um mandato.

Em um caso de estudo sobre os impactos da política de direitos humanos de Carter na Guatemala, Vanessa Walker considera que o presidente e sua equipe decidiram fazer do ditador Anastasio Somoza Debayle um exemplo para a comunidade internacional, ao cortar todos os tipos de suprimento e cancelar os auxílios para a Guarda Nacional daquele país, já que a família Somoza havia negado seguir os princípios de direitos humanos da administração americana. Walker considera que o erro estratégico do presidente foi não ter ampliado tal padrão para todas as outras ditaduras, algo passível de discussão no contexto latino americano, uma vez que o democrata também atuou com vigor no combate as violações de direitos na Argentina, Brasil e Chile, países que não viviam o contexto de guerra civil da Guatemala.⁶⁶

Pouco antes de assumir a presidência, Carter deixou claro que sua administração seria completamente diferente dos oito anos em que os republicanos permaneceram na Casa Branca:

⁶⁴ STRONG, Robert. *Working in the World: Jimmy Carter and the Making of American Foreign Policy*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2000.

⁶⁵ Strong deixa claro que seu objetivo é propor uma grande discussão em torno do presidente que era considerado o pior líder do século XX nas pesquisas de opinião pública realizadas nos Estados Unidos na época do lançamento de seu livro.

⁶⁶ WALKER, Vanessa. At the End of Influence: Rethinking Human Rights and Intervention in U.S.-Latin American Relations. *Journal of Contemporary History*, n. 46, 2011.

*The present administration has been so obsessed with balance of power politics that it has often ignored basic American values and a proper concern for human rights. The leaders of this administration have rationalized that there is little room for morality in foreign affairs, and that we must put self-interest above principle. I disagree strongly.*⁶⁷

Analisando o discurso político, Carter tinha várias razões para implementar uma política de direitos humanos. Assim que começou sua campanha, o coordenador de pesquisas de opinião pública do Partido Democrata, Patrick Caddell, analisou que a esmagadora maioria do eleitorado americano via com bons olhos um presidenciável que conseguisse limpar a imagem deixada por Nixon e Ford através da promoção da defesa da verdadeira liberdade individual – e não a liberdade atrelada aos regimes de Segurança Nacional e ao anticomunismo. Carter reconheceu o impacto positivo da questão dos direitos humanos logo no início de sua campanha. De acordo com suas memórias: “*human rights had become the central theme of our foreign policy in the minds of the press and public. It seemed that a spark had been ignited, and I had no inclination to douse the growing flames.*”⁶⁸

Esta iniciativa de trazer um discurso moral também estava ligada a tentativa de governar para e com o eleitorado na tentativa de criar um verdadeiro período de estabilidade na política externa. O último presidente que disfrutou de certa popularidade durante todo seu mandato foi Eisenhower, em um contexto anterior ao detrimento das relações com a União Soviética (enfrentado por Kennedy/Johnson), ao temor da China nuclear (Kennedy/Johnson), aos horrores da guerra do Vietnã (Johnson/Nixon), e as denúncias dos excessos dos regimes de Segurança Nacional (Nixon/Ford). Por outro lado, deve-se reconhecer que a maior conquista de Nixon tenha sido o período da *Détente*⁶⁹, aproveitado por Carter até a invasão soviética no Afeganistão, em 1979.

A política externa baseada nos direitos humanos era a chave da tradição idealista defendida por Carter. Para formar sua equipe de governo, o democrata chamou Cyrus Vance,

⁶⁷ A atual administração está tão obcecada com o equilíbrio de poder político que tem muitas vezes ignorados valores americanos básicos e uma preocupação adequada com os direitos humanos. Os líderes desta administração (Nixon e Ford) teorizaram que há pouco espaço para a moralidade na política externa, e que devemos colocar o interesse próprio acima do princípio. Eu discordo totalmente. *The Presidential campaign, 1976*. Coleção de discursos da Carter Presidential Library, ed. 1, 1978.

⁶⁸ Direitos humanos tornaram-se o tema central de nossa política externa na imprensa e no público. Parecia que uma faísca havia gerado um grande incêndio, e eu não tinha nenhuma intenção para apagar as crescentes chamas. SIKKINK, Kathryn. *Mixed Signals: U.S. Human Rights Policy and Latin America*. Ithaca: Cornell University Press, 2007, p.75.

⁶⁹ Termo utilizado pela diplomacia americana para designar o período de relativa paz entre EUA e URSS durante a década de 1970.

respeitado acadêmico que havia servido como Secretário do Exército nos governos de Kennedy e Johnson para o cargo de Secretário de Estado. Para seu conselheiro de assuntos relativos à segurança nacional, o escolhido foi Zbigniew Brzezinski, acadêmico e líder da Comissão Trilateral.⁷⁰ Na época da campanha, a revista *New York Magazine* noticiou que ele seria o antídoto dos democratas para combater a doença deixada por Henry Kissinger no campo diplomático.⁷¹ Apesar de Vance e Brzezinski concordarem que uma mudança radical na política externa era necessária, ambos tomavam rumos diferentes para conseguir tal objetivo. Vance se acreditava que uma diplomacia pacifista e silenciosa seria a melhor forma de acabar com o ódio acumulado contra os americanos. A promoção e continuidade do período da *détente*, na sua visão, era a maior vitória que Carter poderia conseguir em seu mandato. Brzezinski, por outro lado, deixou clara sua posição de combater os extremismos: tanto o soviético, que parecia deixar a Europa Oriental refém do comunismo quanto o praticado pelos ditadores que abusavam do poder vestindo o manto da democracia. Para ambos os casos, a defesa da bandeira dos direitos humanos parecia a única solução. Fortemente influenciado pelas ideias de Brzezinski, Carter foi o primeiro presidente da história dos Estados Unidos a citar abertamente a luta pelos direitos humanos em seu discurso de posse.

Our commitment to human rights must be absolute. The world itself is now dominated by a new spirit. Peoples more numerous and more politically aware are craving, and now demanding, their place in the sun. Because we are free, we can never be indifferent to the fate of freedom elsewhere. Our moral sense dictates a clear-cut preference for those societies which share with us an abiding respect for individual human rights. We do not seek to intimidate, but it is clear that a world which others can dominate with impunity would be a threat to the well-being of all people.⁷²

⁷⁰ Não se pode deixar de mencionar a influência da Comissão Trilateral na formação da política externa do governo Carter. Criada por David Rockefeller, a Comissão buscava, em um primeiro momento, promover a cooperação entre Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão a partir da perspectiva que desde o final da Segunda Guerra Mundial, outras potências econômicas estavam se consolidando – e por isto seria errado considerar os EUA como o único e principal ator econômico capitalista. Dumbrell (1995, p. 111) analisa que uma significativa parte das noções de política internacional de Jimmy Carter surgiu graças as várias reuniões da Comissão, que selecionou, em 1973, Carter para ser seu representante no sul dos Estados Unidos. Chomsky (2003) mostrou-se como um dos principais críticos da Comissão, salientando a pouca cobertura da mídia americana sobre seus objetivos: *This is the ideology of the liberal wing of the state capitalist ruling elite, and, it is reasonable to assume, its members who now staff the national executive in the United States.*

⁷¹ Carter's little kissingers. *New York Magazine*. Nova York. 16 de agosto de 1976, p. 90-94.,

⁷² Nosso compromisso com os direitos humanos deve ser absoluto. O mundo está dominado por um espírito novo. Povos mais numerosos e mais conscientes politicamente estão buscando – e agora exigindo - seu lugar ao sol. Pelo fato de sermos livres, nós nunca podemos nos mostrar indiferença ao destino da liberdade de outros lugares. Nossa moral dita uma preferência clara para aquelas sociedades que compartilham conosco uma profundo respeito pelos direitos humanos individuais. Nós não queremos intimidar, mas é claro que um mundo em que outros podem

Carter buscava resgatar os valores básicos dos Estados Unidos ao propor uma liderança firme e fiscalizadora. Não era apenas uma estratégia política para se diferenciar de seu adversário, mas também uma proposta para limpar a imagem de seu país perante a comunidade internacional. Ele priorizou a entrada de ativistas dos direitos humanos na sua administração, que mais tarde seria a base para a crítica de Muravichik, que acusava o presidente de esquecer a meritocracia ao apontar pessoas por simpatias ideológicas (no caso, a defesa dos direitos humanos) e distribuir cargos que outrora exigiam experiência e anos de dedicação. Talvez a indicação mais controversa tenha sido a de Patricia Derian: a ativista que lutou na década de 1960 pela promoção dos direitos civis no Mississippi foi indicada para o cargo de secretária no recém-criado Departamento de Direitos Humanos e Assuntos Humanitários. Ainda que a produção de tal órgão tenha sido praticamente nula em seu primeiro ano de existência, Carter decidiu elevar Patricia para o cargo de Assistente do Departamento de Estado em assuntos relacionados aos Direitos Humanos e Questões Humanitárias.⁷³

Carter nomeou Warren Christopher como Assistente do Secretário de Estado, designando a ele a função de compilar relatórios sobre a violação dos direitos humanos. Warren torna-se fundamental para a análise da relação EUA-Chile na década de 1970 já que ele foi o primeiro membro do governo Carter que pediu formalmente a anulação da ajuda humanitária a Pinochet e propôs uma política para isolar o ditador. Formado seu gabinete, uma vez por mês o presidente reunia-se com sua equipe para discutir sobre a promoção dos direitos humanos na política externa.⁷⁴

Se na gestão de Nixon e Ford a CIA tinha como diretor de inteligência políticos republicanos que apoiavam abertamente o anticomunismo e os regimes de Segurança Nacional, Carter decidiu retirar toda a autonomia operacional da organização ao nomear Stansfield Turner para o comando da agência e ordenar o fim de todas as operações de desestabilização em outros países. No episódio conhecido como Massacre de Halloween (*Halloween Massacre*), Turner demitiu 800 agentes – sendo que vários destes apareciam nos relatórios como figuras chaves nos golpes do Brasil (1964) e do Chile (1973), além de se envolverem na Argentina, Nicarágua

dominar graças a impunidade se tornaria em uma ameaça para o bem-estar de todas as pessoas. Carter Presidential Library. *Inauguration Speech*. 20 de janeiro de 1977.

⁷³ APODACA, Clair. *Understanding U.S. Human Rights Policy: A Paradoxical Legacy*. Londres: Routledge, 2013, p. 68 – 70.

⁷⁴ Nota de pesquisa: após a leitura de todas as atas de reunião, fica claro que o primeiro ano de Carter na Casa Branca concentrou seus esforços na reestruturação de organizações que tinham total autonomia nas administrações passadas para interferirem na vida política de outros países. Duas delas se destacam: a CIA e o Departamento de Defesa.

e Guatemala.⁷⁵ Durante a gestão de Carter, a CIA abandonou o princípio da inteligência humana (HUMIT)⁷⁶ que era utilizado desde o começo das atividades desta organização e transferiu seu foco para a interceptação de sinais (SIGINT).⁷⁷ Turner também veio a público pedir desculpas pelo apoio da organização na desestabilização de regimes democraticamente eleitos – inclusive fazendo menção ao Chile – e foi ao Senado denunciar o abuso de poder de seus antecessores no projeto MKUltra, um ambicioso programa para tentar controlar a mente humana.⁷⁸

O Exército americano, que mantinha desde a administração de Kennedy ótimas relações com o secretário mais forte da presidência, viu-se obrigado a acatar a escolha de um cientista para ocupar a cadeira de Secretário de Defesa. Neste sentido, Harold Brown era o contraste perfeito de seu antecessor, Donald Rumsfeld, oficial de carreira da Marinha. Brown era abertamente contra o programa desenvolvido pelo Exército para venda de armas. Na gestão Nixon, por exemplo, o Congresso não sabia com exatidão quais as nações que eram contempladas com vendas de armas e munições pelos Estados Unidos, e esta autonomia permitiu aos Exército criar laços com Generais simpáticos ao ideal americano na América Latina, especialmente em torno do anticomunismo. Explica-se, portanto, o grande entusiasmo gerado pelos militares americanos quando Augusto Pinochet mostrou-se disposto a derrubar Allende ainda em 1972.

O ponto mais discutido na relação Exército – Governo sem dúvida está na organização da Escola das Américas, localizada no Panamá e criada por Truman no período pós Segunda Guerra com o objetivo de evitar o avanço comunista no continente americano. Após a derrota americana em Cuba, Kennedy abriu mão da participação do Departamento de Estado para entregar a direção da Escola ao Exército. Foi justamente neste período que surgiram as primeiras denúncias de que a instituição estava ensinando aos militares de vários países práticas de tortura e execução.

Segundo o relatório do Pentágono sobre a Escola, elaborado na gestão Clinton:

Used in courses at the U.S. Army's School of the Americas, the manual says that to recruit and control informants, counterintelligence agents could use

⁷⁵ ROSENBAUN, Herbert. *The Presidency and Domestic Policies of Jimmy Carter*. Santa Barbara: Greenwood Press, 1994, p.329.

⁷⁶ Human Intelligence. Ver Matthew (2001, p 1-27).

⁷⁷ Signals intelligence.

⁷⁸ Sobre o MKUltra, ver Ross (2006, p. 35 – 39).

'fear, payment of bounties for enemy dead, beatings, false imprisonment, executions and use of truth serum'.⁷⁹

O fato é que alguns dos principais ditadores foram formados no Panamá com financiamento dos Estados Unidos: além de Jorge Rafael Videla, Efraín Montt e Manuel Noriega, a Escola formou os chilenos Raúl Iturriaga e Manuel Contreras – que mais tarde seriam as principais lideranças da polícia de repressão do Chile. Ao nomear Brown para a Defesa, Carter não apenas recuperou o poder do Departamento de Estado sobre o Exército, como também decidiu dar o exemplo ao cortar o orçamento da Escola das Américas e reorganizar todo o ensinamento teórico do campo no Panamá – que deixou de dar ênfase ao anticomunismo e direcionou seus esforços para trabalhar a apoio ao *american way of life*.

Apesar deste trabalho tratar do caso chileno, a política externa dos direitos humanos não pode ser abordada sem mencionar a União Soviética. As primeiras medidas do governo Carter deixaram claro que, apesar das tentativas iniciais, os Estados Unidos só buscaram interferir de fato nos países em que tinha alcance.

A primeira experiência negativa de Carter na Casa Branca ocorreu semanas após sua posse. Quando a Casa Branca foi questionada sobre sua relação com Andrei Sakharov – vencedor do prêmio Nobel da Paz em 1975 e principal defensor dos direitos humanos na União Soviética – Jimmy Carter posicionou-se contra qualquer tipo de perseguição política orquestrada por Leonid Brezhnev na tentativa de calar o dissidente.

Any attempts by the Soviet authorities to intimidate Mr. Sakharov will not silence legitimate criticism in the Soviet Union and will conflict with accepted international standards in the field of human rights.⁸⁰

A menção aos direitos humanos internacionalmente reconhecidos requer uma explicação extra: conforme mencionado anteriormente, a União Soviética não assinou a Declaração da ONU de 1948. No entanto, os Acordos de Helsinque – encabeçado pelos Estados Unidos e pela União Soviética – dizia em seu artigo oitavo que todos os países deveriam se comprometer a respeitar os direitos humanos e as liberdades de pensamento, religião, crença e

⁷⁹ Usado em cursos na Escola das Américas, o manual (de treinamento) dizia que para recrutar e controlar informantes, os agentes de contrainteligência poderiam usar ‘medo, pagamento de recompensas para matar inimigos, espancamentos, prisões simuladas, execuções e o uso do soro da verdade’. COHN, Majorie. *The United States and Torture*. Nova York: NYU Press, 2012, p. 56.

⁸⁰ Quaisquer tentativas das autoridades soviéticas para intimidar o senhor Sakharov não vão silenciar a crítica legítima na União Soviética e irá entrar em conflito com os padrões aceitos internacionalmente no campo dos direitos humanos. Departamento de Estado dos Estados Unidos. *Sakharov case*. 21 de fevereiro de 1977.

de consciência. Sempre que os diplomatas de Carter tratavam de direitos humanos com a União Soviética – o acordo de Helsinque vinha à tona.

O que deve ficar claro é que a postura de Carter nos seus primeiros meses de governo foi levar sua política de direitos humanos de uma maneira ampla e irrestrita a todos os países do mundo. Qualquer que fosse o envolvido, os Estados Unidos viam-se no direito de defender tratados internacionais por contar com um presidente engajado na causa. A União Soviética desafiou publicamente Carter ao iniciar uma perseguição contra o chamado “Grupo de Helsinque”, formado por ativistas russos pró-direitos humanos que cobravam do Kremlin seus direitos básicos. A prisão de Yuri Orlov foi recebida pela Casa Branca como um sinal de que os soviéticos estavam prestes a encerrar a *detenté*. A partir de março de 1977 – ou seja, menos de dois meses após sua posse – Carter mudou sua estratégia para implementar a política externa dos direitos humanos. O primeiro indício de que os americanos não se envolveriam na União Soviética e em seus Estados fantoche ou aliados ocorreu quando o presidente americano recusou receber o ativista Vladimir Bukovsky, voz contra o abuso político da psiquiatria na URSS para uma audiência pública.

O jornal *The Washington Post* comparou a fracassada tentativa de Carter empregar seu projeto como um indício de que sua diplomacia seria a mesma empregada por Kissinger, baseada no silêncio ao lavar as mãos para os crimes que ocorriam em Moscou. Segundo Schlesinger Jr:

*The soviet resentment, for some utterly mysterious reason, astonished Carter himself; he spoke in June 1977 of the ‘surprising adverse reaction in the Soviet Union to our stand on human rights’. But he accepted it as a fact of life and moderated his campaign.*⁸¹

Além disso, deve-se mencionar também que Carter buscava o apoio soviético para a assinatura do SALT II – uma das prioridades da Casa Branca para evitar outra corrida armamentista. Ao decidir restringir sua política de direitos humanos para nações de seu alcance, os americanos passaram a investir contra os governos que violavam direitos humanos que mantinham e/ou dependiam de cotas de ajuda humanitária para mostrar para o mundo que a política externa democrata não estava restrita apenas ao papel. No primeiro ano de governo,

⁸¹ O ressentimento soviético, por algum motivo totalmente misterioso, surpreendeu o próprio Carter; ele falou em junho de 1977 da ‘surpreendente reação adversa na União Soviética para a nossa posição sobre os direitos humanos’. Mas ele aceitou-a como um fato e moderou sua campanha. SCHELESINGER JR, Arthur. *Human Rights and the American Tradition. Foreign Affairs*, Vol. 57, No. 3, 1977.

Carter ordenou o corte de verbas para a Rodésia e pressionou o governo sul-coreano liderado por Park Chung-hee. Na América Latina, além do caso chileno que discutiremos nos próximos capítulos, Carter bloqueou os empréstimos para a Argentina e suspendeu qualquer tipo de ajuda para o Uruguai.⁸²

*The concern for human rights will be woven into the fabric of our foreign policy. If we are to do justice to our goals, we must act always with a concern to achieve practical results and with an awareness of the other demands on our diplomacy. This is not a one-way street, and we must expect that at times others may criticize us. We may decide to communicate by quiet diplomacy with the country involved to see what can be accomplished that way. Or we may prefer to approach the problem not bilaterally, but through multi-lateral channels. In some instances of human rights violations, assistance programs may be curtailed, but we must also recognize that to be evenhanded, we should not just penalize but also inspire, persuade, and reward. There should be no mistake: The undertaking to promote human rights is now an integral part of our foreign policy.*⁸³

⁸² Cabe mencionar que a postura de Carter para o Brasil não foi a mesma de seus vizinhos, o que é bastante contraditório. Ao analisar sua documentação, encontrei várias críticas do democrata ao apoio de Nixon, Ford e Kissinger à ditadura militar brasileira. Em um discurso sobre a política externa americana, proferido no dia 15 de março de 1976, Carter criticou a *realpolitik* de Kissinger e citou que o sentimento de paternalismo que a administração anterior tinha pelo Brasil era ridículo, uma vez que parecia acatar todos os atos de tortura e violações dos direitos humanos cometidos pelo regime militar brasileiro. Apesar do Departamento de Estado listar o Brasil como uma nação instável, reconhecia que “*Brazil is an emerging superpower and it is clearly in the U.S. interest to have it on our side. It can be a source of stability and influence not only in regard to Latin America but even in regard to Africa, in which it is likely to become increasingly engaged.*” Como uma das vozes de oposição do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha, Carter não conseguiu convencer os diplomatas brasileiros a abandonarem o tratado. Spektor (2009) classificou o período das relações EUA-Brasil na gestão de Carter como o do “estranhamento”. Ainda assim, Carter visitou o Brasil em 1978 e não fez qualquer crítica direta a ditadura. Na ocasião da data que marcava os 35 anos da visita do presidente americano ao Brasil, o jornal O Estado de São Paulo criticou o presidente americano e comparou sua política externa de Henry Kissinger durante a gestão Nixon. Mesmo com a suspensão de alguns acordos militares, o governo Carter não empregou no Brasil as mesmas táticas utilizadas nas demais ditaduras do cone sul. Por fim, a chegada de João Figueiredo à presidência foi considerada pelos americanos um fator positivo, especialmente após a assinatura da Lei da Anistia. Caso fosse reeleito em 1980, Carter já tinha em mente visitar novamente o Brasil para refazer os laços de amizade. Departamento de Estado dos Estados Unidos. *Human Rights meeting*. 5 de março de 1977.

⁸³ A preocupação com os direitos humanos será tecida na malha da nossa política externa. Se quisermos fazer justiça aos nossos objetivos, devemos agir sempre com a preocupação de obter resultados práticos com consciência das outras demandas de nossa diplomacia. Esta não é uma rua de mão única, e podemos esperar que por algumas vezes outros irão nos criticar. Podemos decidir se vamos nos comunicar através de uma diplomacia silenciosa com o país envolvido para ver o que podemos conquistar. Ou nós podemos optar por tratar de certos problemas não por via bilateral, mas através de canais multilaterais. Em alguns casos de violações dos direitos humanos, os programas de assistência podem ser reduzidos, mas também temos de reconhecer que, para ser imparcial, não devemos apenas penalizar, mas também inspirar, persuadir e recompensar. Não podemos errar: o compromisso de promover os direitos humanos é agora uma parte integrante da nossa política externa. Departamento de Estado dos Estados Unidos. *Human Rights*. 7 de março de 1977.

No entanto, apesar de teoricamente os EUA passarem a adotar uma posição diplomática de uma nação defensora dos direitos humanos, uma série de perguntas precisam ser respondidas: o que são direitos humanos? Qual conceito de direitos humanos que regia os Estados Unidos? Quais dos direitos humanos seriam priorizados? A Declaração de 1948 ainda seria a carta magna em se tratando de direitos humanos? Países que descumprissem as recomendações dos Estados Unidos seriam punidos? Qual a justificativa que os Estados Unidos poderiam prestar a comunidade internacional para punir regimes que utilizam da tortura e outros métodos de perseguição política se os próprios americanos apoiavam tais atitudes anos atrás?

A seguir, proponho discutir cada uma destas questões de forma isolada através da documentação liberada recentemente pelo Departamento de Estado e pela Biblioteca Presidencial de Carter.

1.4 DEFININDO DIREITOS HUMANOS

Recentemente liberado para o público, o documento com o título de Memorando 28, mostra detalhes dos esforços do presidente americano e de sua equipe para montar as diretrizes dos direitos humanos para sua política externa. Fica claro que mesmo com as atitudes fortes com os países problemáticos, o Departamento de Estado não tinha a mínima ciência das políticas americanas para os direitos humanos e não sabia nem mesmo como conciliar o congresso de maioria democrata com o apoio a diplomacia de Carter.

The President has directed that the Special Coordination Committee undertake a review of U.S. policy with respect to human rights.

The review should:

- 1. Define U.S. objectives in the area of human rights, including, where appropriate, the timeframe for achieving such objectives.*
- 2. Identify what constitutes "a consistent pattern of gross violations of internationally recognized human rights", listing those nations which currently fit this definition.*
- 3. Evaluate actions which the U.S. could take to improve human rights conditions.*
- 4. Review national security aspects of U.S. policies on human rights.*
- 5. Propose actions which can be taken to give authority to those charged with the responsibility for integrating human rights considerations into U.S. foreign policy.*

*6. Develop a strategy to improve the Administration's relations with Congress in this area.*⁸⁴

Sobre o primeiro ponto do memorando, Cyrus Vance foi a público explicar qual o conceito de direitos humanos da administração Carter: eles seriam direitos básicos que garantiriam uma vida digna a qualquer pessoa do mundo, dividido em três categorias: preservação da integridade física, garantia de direitos vitais e liberdade civil. Também consagrava a Declaração da ONU de 1948 como o principal e mais importante documento já escrito sobre o tema, graças a seu amplo reconhecimento a aceitação da comunidade internacional.⁸⁵ Para poder responder a segunda questão da Diretiva, o governo Carter sugeriu o uso da retórica inversa. Ou seja, seria considerado um país com padrão consistente de violações graves dos direitos humanos aquele que torturasse, perseguisse politicamente seus cidadãos ou não desse condições para liberdade de expressão.

O item do memorando que refere à avaliação de ações que poderiam ser tomadas pelos Estados Unidos para ampliar a defesa dos direitos humanos seria mais uma das várias controvérsias da administração Carter. Além de considerar que os pronunciamentos públicos para condenar nações que apresentassem um padrão consistente de violações dos direitos humanos deveria se tornar uma prática rotineira dentro do Departamento de Estado, a Casa Branca também passou a cultivar a via americana à democracia, não permitindo que regimes como o de Pinochet escondessem suas torturas perante a afirmação de que era um defensor da democracia – e, por consequência, um anticomunista. O problema para a diplomacia americana se daria ao sustentar tal posicionamento, já que todos os presidentes desde Eisenhower haviam apoiado tais regimes anteriormente. Além disso, os americanos passaram a conviver com críticas de delegados soviéticos que não aceitavam que o modelo de democracia dos Estados Unidos seria melhor do que o da República Democrática da Alemanha, por exemplo – o que se

⁸⁴ O presidente ordenou para o Comitê Especial fazer uma análise a respeito da política dos Estados Unidos para os direitos humanos. Esta análise deve: 1. Definir os objetivos dos Estados Unidos na área dos direitos humanos, incluindo, quando for necessário, o tempo para conquistar tais objetivos. 2. Identificar o que constitui “um padrão consistente de violações graves dos direitos humanos internacionalmente reconhecidos”, listando as nações que atualmente se encaixam nesta categoria. 3. Avaliar as ações que os EUA poderiam tomar para melhorar as condições dos direitos humanos. 4. Analisar os aspectos de segurança nacional de políticas dos EUA sobre direitos humanos. 5. Propor ações que possam ser tomadas para dar autoridade aqueles com a responsabilidade de integrar as considerações de direitos humanos na política externa dos EUA. 6. Desenvolver uma estratégia para melhorar as relações da Administração com o Congresso nesta área. Departamento de Estado dos Estados Unidos. *Memorandum/NSC-28*. 20 de maio de 1977.

⁸⁵ Departamento de Estado dos Estados Unidos. *Vance and human rights*. 21 de agosto de 1977.

torna um argumento válido quando nos deparamos com uma declaração anterior a sua eleição a presidente em que Carter afirmava respeitar todas as democracias do mundo.

Sobre os aspectos de segurança nacional e direitos humanos, Brzezinski orientou Carter a propagar um discurso de “paz sem vitória”.⁸⁶ Quatro eram as sugestões encaminhadas à Casa Branca. 1) Não lutar pela superioridade militar, mas não permitir nenhum que nenhum outro país chegue perto do arsenal americano; 2) Buscar acordos para reduzir o número de armas estratégicas; 3) Não interferir diretamente em nenhum país, mas os orientar a seguir os princípios dos Estados Unidos; 4) Encorajar cooperações econômicas com nações que apresentem bons resultados nos relatórios de direitos humanos e desenvolvimento.⁸⁷ Enquanto as duas primeiras sugestões se referiam diretamente à União Soviética, as duas últimas eram dirigidas as ditaduras da América do Sul e para a Coreia do Sul. Ficava claro que o princípio mencionado por Brzezinski se referia a política de direitos humanos, e não mais ao anticomunismo. Se o Chile nos tempos de Nixon foi premiado por perseguir a esquerda com vários empréstimos e ajudas humanitárias, na gestão Carter, para poder gozar dos mesmos privilégios, deveria apresentar bons resultados e seguir as recomendações dos Estados Unidos.

O quinto item mencionado no documento foi alvo de estudo do Departamento de Estado por um ano. Como referido anteriormente, Patricia Derian foi criticada pela mídia por não ter nenhuma influência política e ainda sim ser apontada para ocupar a Secretaria dos Direitos Humanos. Mas se Derian era uma das pessoas mais respeitadas no círculo de ativistas de direitos humanos na época de sua indicação, por qual motivo sua indicação não era válida? O fato dela nunca ter trabalhado em uma posição burocrática e a falta de envolvimento com a política seriam suficientes para justificar esta quebra na tradição meritocrática? Muravichik equivocase ao acreditar que administração deveria ser composta apenas de *Washington Insiders* e desconsidera ativistas com experiência como Derian. Justamente por este motivo Jimmy Carter promoveu Patricia Derian após um ano de trabalho e a tornou personagem destaque em sua administração.

O último ponto da análise seria o mais controverso – e também o principal alvo de críticas de Carter na ONU. Como apresentei anteriormente, a campanha democrata de 1976 buscava abranger o pleno reconhecimento da autoridade da ONU na questão dos direitos humanos. Se o Congresso americano não tinha apoio de Nixon e Ford para levar adiante o reconhecimento das Declarações da ONU na política externa americana, pensava-se que Carter

⁸⁶ O termo paz sem vitória – *Peace without victory* – foi utilizado pelo presidente Wilson na abertura das negociações para encerrar a Primeira Guerra Mundial.

⁸⁷ Departamento de Estado dos Estados Unidos. Brzezinski to Carter. 19 de setembro de 1977.

iria conseguir facilmente a aprovação e a ratificação de acordos outora defendidos por sua base. Mas isto nunca ocorreu em sua administração. Carter, por exemplo, assinou o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos em agosto de 1977, mas por conta do jogo político interno do Congresso americano, este documento somente foi ratificado em 1992. A Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio foi aprovada junto da Declaração dos Direitos Humanos de 1948. Aberta para ratificação a partir de 1949, nenhum presidente americano demonstrou interesse em colocar em prática os acordos. Conforme consta na carta de Zbigniew Brzezinski para Carter:

*The Administration's first public human rights goal was the ratification of the Genocide Treaty which has been stuck in the Senate for nearly 30 years. There has also been criticism from abroad, to the effect that the US will sign anything but then not ratify.*⁸⁸

Segundo Apodaca (2013, p. 79), a falta de apoio para a ratificação destas propostas no Senado ocorreu por conta de um recuo estratégico de alguns membros do Partido Democrata, que passaram a adotar os mesmos argumentos que os republicanos anos atrás. A diplomacia de mediação deveria ser seguida com unhas e dentes para evitar maiores problemas com os soviéticos. Curiosamente, boa parte dos congressistas que se elegeram no Congresso defendendo a promoção dos direitos humanos como base para a política externa americana recuaram após a União Soviética se mostrar hostil durante os primeiros meses do governo democrata.

Se o problema para a administração Carter era ratificar os tratados de Direitos Humanos da ONU firmados desde 1948, por qual motivo o presidente – a maior autoridade do país – não conseguiu cumprir esta promessa de campanha? A resposta pode ser dividida em duas partes.

A única comissão do Senado que poderia ter influência suficiente para levar o projeto de ratificação para votação seria a de Relações Externas, comandada por um dos maiores rivais de Carter dentro do Partido Democrata, Frank Church.⁸⁹ Este senador de Idaho ganhou notoriedade ao liderar a comissão de investigação das agências de inteligência (CIA, FBI e NSA) e gozava de grande popularidade nos Estados Unidos. Church via a defesa da *detenté* e a

⁸⁸ O primeiro objetivo público desta administração na questão referente aos direitos humanos foi a proposta para ratificar o Tratado do Genocídio, que está presa no Senado por quase trinta anos. Existe também uma certa crítica externa, já que eles argumentam que os Estados Unidos assinam qualquer coisa, mas não ratificam nada. Departamento de Estado dos Estados Unidos. *Memorandum to President Carter*. 3 de dezembro de 1977.

⁸⁹ Church disputou as primárias presidenciais democratas de 1976. Após ser derrotado por Carter, viu seu nome ser descartado para ocupar a vice-presidência por apresentar poucos pensamentos em comum com o presidente.

assinatura do SALT II como o atalho para o que chamava de paz mundial, e deixou os direitos humanos de lado por também acreditar que os soviéticos não abririam negociações enquanto os Estados Unidos se posicionassem abertamente a favor de dissidentes políticos como Sakharov. Além disso, alguns democratas se alinharam ao pensamento republicano que tomou conta na gestão de Nixon e Ford – propagando a posição de que o reconhecimento de tratados da ONU seriam atos de violação a constituição americana, já que colocaria uma lei internacional por cima do documento de fundação do país. O ponto curioso é que após as negativas do Congresso para a ratificação dos documentos ONU, o Departamento de Estado passou a citar que todos os documentos organizados por esta organização eram reconhecidos internacionalmente. Ou seja, apesar das batalhas internas, a administração Carter não desistiu de validar os acordos que fizeram parte de sua campanha para presidência.

Um exemplo que pode ser abordado para ilustrar esta situação ocorreu em 1978, quando a Casa Branca organizou uma grande festa para comemorar os trinta anos da assinatura da Declaração dos Direitos Humanos. A atitude foi recebida com animo pela ONU, que via claros sinais do fim do impasse entre legislativo e executivo com o reconhecimento de que os direitos humanos passaram a ser o primeiro pilar da política externa americana, deixando definitivamente de lado o comunismo. Autores como Petro⁹⁰ e Sikkink⁹¹ consideram que o discurso de Carter foi o mais marcante de sua presidência, onde todos os ditadores do chamado terceiro mundo puderam sentir a diferença entre as políticas de Nixon/Ford com a do democrata:

I want to stress again that human rights are not peripheral to the foreign policy of the United States. Our human rights policy is not a decoration. It is not something we have adopted to polish up our image abroad or to put a fresh coat of moral paint on the discredited policies of the past. Our pursuit of human rights is part of a broad effort to use our great power and our tremendous influence in the service of creating a better world, a world in which human beings can live in peace, in freedom, and with their basic needs adequately met. Human rights is the soul of our foreign policy. And I say this with assurance, because human rights is the soul of our sense of nationhood.⁹²

⁹⁰ PETRO, Nikolai. *The predicament of human rights*. Lanham: University Press of America, 1983.

⁹¹ SIKKINK, Kathryn. *Mixed Signals: U.S. Human Rights Policy and Latin America*. Ithaca: Cornell University Press.

⁹² Quero ressaltar mais uma vez que os direitos humanos não estão em um nível secundário na política externa dos Estados Unidos. Nossa política de direitos humanos não é uma decoração. Não é algo que nós adotamos para polir a nossa imagem no exterior ou para colocar uma camada fresca de moral sobre as políticas desacreditadas do passado. Nossa busca dos direitos humanos é parte de um amplo esforço para usar o nosso grande poder e nossa grande influência para criar um mundo melhor, um mundo em que os seres humanos possam viver em paz, em liberdade e com suas necessidades básicas atendidas. Os direitos humanos são a alma da nossa política externa. E eu digo isso com segurança, porque os direitos humanos são a alma do nosso sentimento de nacionalidade. Carter

Se os direitos humanos eram a alma da política externa, Carter fez questão de assinar a Diretiva Presidencial número 30 e deixar claro, de uma vez por todas, o que ele queria dizer quando mencionava sua ‘política externa dos direitos humanos’. O documento mais importante de sua gestão neste quesito coloca como prioridade principal dos Estados Unidos “*reduce worldwide governmental violations of the integrity of the person (...) and to enhance civil and political liberties*”.⁹³ Carter também ordenou a alocação de recursos para todos os países que demonstrassem bons resultados nos relatórios de direitos humanos feitos pelo Departamento de Estado e proibia qualquer tipo de ajuda a órgãos de inteligência que patrocinassem crimes contra seus cidadãos.⁹⁴

Após a invasão da União Soviética no Afeganistão e a quebra do período da *detenté*, os americanos deixaram de lado a política externa bilateral (negociação aberta entre um país com acusação de violações dos direitos humanos com os Estados Unidos) para buscar encarar a questão a partir do que a diplomacia chamava de “via multilateral”. Para tanto, a administração Carter passou a cobrar a ajuda do primeiro ministro britânico James Callaghan e do presidente francês Valéry Giscard d'Estaing para garantir que as questões fossem levadas à ONU, permitindo uma discussão com a comunidade internacional para a adoção de medidas extremas, como bloqueios econômicos ao estilo Cuba.⁹⁵

Em suma, Carter sabia que tinha pouco capital político no Congresso, especialmente após as negociações sobre o Canal do Panamá⁹⁶, que enfraqueceram sua base de governo. Em se tratando de direitos humanos, o presidente decidiu não entrar diretamente nos países de influência soviética para aplicar sua política especialmente nas ditaduras do cone sul. Como

Presidential Library. Universal Declaration of Human Rights – Remarks at White House meeting commemorating the 30th anniversary of the Declaration. 6 de dezembro de 1978

⁹³ Reduzir as violações da integridade da pessoa cometidas por governos ao redor do mundo (...) e melhorar as liberdades civis e políticas. Carter Presidential Library. Presidential Directive N 30. 17 de fevereiro de 1979.

⁹⁴ McSherry (2012) mostra que mesmo após Carter assumir à presidência, a CIA ainda recebia relatórios sobre a Operação Condor. O acadêmico aponta parcerias da CIA com órgãos de inteligência do Brasil, Paraguai e Uruguai durante a administração democrata, todas feitas sem o consentimento do Departamento de Estado americano.

⁹⁵ A crise de energia de 1979 e o desfecho da tomada do Afeganistão atrasaram os planos de Carter. A ONU apenas agiu para deter a sanguinária guerra da Rodésia e aceitou bloquear o país e fechar as fronteiras para evitar o envio de armamentos por terceiros. A diplomacia americana não conseguiu convencer a ONU de suas intenções pró-direitos humanos, já que nenhum dos acordos suplementares foi ratificado pelo país. Rüdiger von Wechmar chegou a questionar se a política de Carter não era apenas mais um jogo político da Guerra Fria para encobrir o histórico do imperialismo americano.

⁹⁶ Também referenciados na literatura acadêmica como ‘tratados Torrijos-Carter’, os documentos assinados em setembro de 1977 em Washington garantiam a neutralidade do canal. Apenas em caso de alguma ameaça a segurança nacional os Estados Unidos poderiam intervir – e o Panamá teria total controle da defesa e soberania do mesmo a partir do meio dia de 31 de dezembro de 1999. Ver Hargrove (1988), p. 123-124.

veremos mais adiante, o Chile teve de se adaptar a esta brusca mudança e reorientar seu eixo diplomático.⁹⁷

⁹⁷ Apesar de nenhuma obra específica sobre o tema, alguns autores brasileiros já discutiram sobre a política externa americana no período Carter. Para Bicudo (1987), os direitos humanos foram utilizados por Carter como uma máscara para o imperialismo americano. Moura (1990) crítica o programa de direitos humanos da administração Carter por entender que a pressão só ocorreu em áreas não prioritárias - neste caso, a América Latina. Já Visentini aborda que a bandeira dos direitos humanos levantada no governo Carter ficou de lado por conta dos atritos criados com as ditaduras aliadas - o que levou o governo Reagan, em sua visão, a estabelecer o combate ao terrorismo e ao narcotráfico como prioridades. Villa (1999) considera a política externa dos direitos humanos de Carter como uma resposta a crise de legitimidade do sistema político dos EUA, que viu desgastado o consenso nas décadas em 1960 e 1970.

2. CHILE: DA DEMOCRACIA AO ESTADO TERRORISTA

“We're going to give Allende the hook”

*Richard Nixon*⁹⁸

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos despontaram como o parceiro incontestável do governo do Chile. Além de tentar importar o *american way of life*, o presidente chileno Gabriel González Videla, aprovou, em 1948, a chamada *Ley de Defensa de la Democracia*, um plano organizado com apoio do *staff* do presidente estadunidense Harry Truman. Conhecida popularmente no Chile como *Ley Maldita*, ela foi responsável pela extinção do Partido Comunista do Chile e baniu quase 27 mil eleitores.⁹⁹ Sob pressão de um grupo de poderosos defensores do *McCarthyism*, Videla abriu um campo de concentração no porto de Pisagua para aprisionar comunistas, anarquistas e revolucionários.¹⁰⁰ Por sugestão de Truman, o presidente chileno também cortou relações com a União Soviética e com a Polônia.¹⁰¹

Para entrar nas medidas tomadas pelo governo no tratamento de seus presos, uma contextualização se faz necessária, já que a esmagadora maioria das ações tomadas por Pinochet era conhecida pelos diplomatas dos EUA em Santiago. Por este motivo, analisar como a esquerda chilena se articulou antes e depois da chegada de Salvador Allende ao poder é fundamental.

Durante a presidência de Videla, os Estados Unidos trocaram de presidente. Dwight D. Eisenhower, republicano, venceu a eleição contra o democrata Adlai Stevenson, apoiado por Truman. Algumas semanas depois da posse de Eisenhower, ficou claro que os países não olhavam para o mesmo horizonte: apesar do Chile ter dado suporte aos Estados Unidos em todas as votações da ONU, Videla cobrava uma mudança na abordagem estadunidense na questão referente à economia de seu país. A situação era mais complexa do que Eisenhower imaginava: mesmo com a ajuda alimentícia e humanitária dos Estados Unidos ao Chile, Videla esperava que o governo estadunidense criasse um tipo de Plano Marshall para todo o continente americano, o que foi prontamente negado pela Casa Branca.

⁹⁸ Nixon Presidential Library. *Conversa número 262-005*. 19 de julho de 1971.

⁹⁹ ROCK, David. *Latin America in the 1940's: war and postwar transitions*. Los Angeles: University of California Press, 1994, p. 130.

¹⁰⁰ A criação do campo de concentração de Pisagua ocorreu em 1931, quando o presidente Ibañez declarou a homossexualidade ilegal e ordenou a prisão de todos aqueles que se definissem publicamente como tal. Ver Klubock (1998, p. 270).

¹⁰¹ BIZZARRO, Salvatore. *Historical dictionary of Chile*. Metuchen: Scarecrow Press, 2005, p.589.

Com a negativa, Videla decidiu criar impostos específicos para as companhias americanas que atuavam no Chile, medida que se mostrou ineficaz e levou a derrota dos chamados *Radicales* nas eleições presidenciais de 1952, vencida por Carlos Ibáñez del Campo, candidato independente que fez sua campanha utilizando o slogan “pão para todos” e se proclamando como “general da Esperança”.¹⁰² Vendendo-se como um candidato próximo ao povo, Ibáñez havia prometido acabar com a *Ley Maldita*, se dizia pronto para ser o homem que enfim criaria o salário mínimo no país e mostrou-se disposto a reduzir o preço dos alimentos.¹⁰³ Ao chegar ao poder, porém, deparou-se com o Chile à beira do colapso, especialmente pelo fato de que seu principal parceiro comercial, os Estados Unidos, forçou um corte no preço do cobre após a Guerra da Coréia. As promessas de Ibáñez não foram cumpridas, e o presidente viu-se obrigado a buscar empréstimos em bancos estadunidenses e no Fundo Monetário Internacional (FMI). Ao contrário do prometido, optou pelo corte de salários para controlar a inflação. No final de seu governo, conseguiu extinguir a *Ley Maldita* e voltou a fazer contato com países comunistas.¹⁰⁴ Neste período, a CIA começou a enviar seus primeiros agentes para o Chile, com o temor de que esquerdistas do Brasil, Argentina e Uruguai migrassem para Santiago buscando um governo comunista simpático à União Soviética e Cuba.¹⁰⁵

A esquerda chilena, até então dividida entre 10 partidos, começou o processo de união a partir de 1956, com a criação da *Frente de Acción Popular*. A primeira grande vitória da coalizão de esquerda aconteceu com a conquista de várias prefeituras nas eleições municipais daquele ano. Em Rancagua, por exemplo, o socialista Carlos Gaete, abertamente contra os Estados Unidos, elegeu-se com o discurso de combater todos proprietários de terra (chamados de ‘diabos imperialistas’), já que eles impediam o desenvolvimento do Chile.

Com o temor dos setores mais conservadores da sociedade, a disputa ideológica da Guerra Fria chegou de vez ao país durante as eleições que deram poder para Jorge Alessandri Rodríguez. Em 1958, o político foi eleito com apenas 43 mil votos de vantagem sobre Salvador Allende, que ganhou corpo e atenção graças a propagandas e folhetins financiados por simpatizantes soviéticos. Alessandri reestruturou a economia chilena ao adotar o princípio do mercado livre, diminuindo a interferência do governo e utilizando investimentos dos Estados

¹⁰² KEEN, Benjamin. *A History of Latin America*. Stamford: Cengage Learning, 2008, p.429.

¹⁰³ Ibáñez já havia governado o Chile (1927-31). Obteve índices de popularidade favoráveis até a quebra da bolsa de valores, em 1929. Deixou a presidência após dezenas de protestos públicos contra suas medidas econômicas. Antes de ser eleito em 1952, por pelo menos duas vezes viu seu nome envolvido em supostos golpes para derrubar o governo.

¹⁰⁴ KEEN, Benjamin. *A History of Latin America*. Stamford: Cengage Learning, 2008, p.429.

¹⁰⁵ NEEDLER, Marin. *The United States and the Latin American revolution*. Los Angeles: UCLA, 1977, p. 123-24.

Unidos para auxiliar no crescimento econômico de seu país. Apesar disso, o presidente chileno não apoiava uma possível invasão de Cuba e mostrava-se contra a interferência estadunidense no continente. Por estes atritos, Alessandri não enviou representantes para participar das votações organizadas pelos estadunidenses na Organização dos Estados Americanos (OEA).¹⁰⁶

Em 1962, John Kennedy, sucessor de Dwight D. Eisenhower, demonstrou preocupação com as eleições do Chile de 1964. Temia por uma vitória de Salvador Allende, já que os relatórios de estado da CIA alertavam para a crescente socialista na região de Santiago. Aproveitando-se da rede interna de espionagem criada no Chile nos anos anteriores, Kennedy encomendou um documento detalhado sobre a situação política do país e criou um gabinete especial para discutir a eleição chilena. O boletim completo foi finalizado em 3 de outubro de 1963 e foi o primeiro dentre os grandes documentos secretos liberados pela CIA sobre o Chile. Este relatório continha 33 páginas e teve sua distribuição limitada. As suas primeiras seções explicavam a economia e a política do Chile. Na seção de política externa, a CIA citou o sentimento de antiamericanismo, registrando o desgaste acumulado da relação dos chilenos com os estadunidenses, especialmente pelo fato de que os EUA mantinham controle das minas de cobre. Ainda foi citado neste mesmo relatório a vontade de certos grupos do governo em nacionalizar as minas, dando mais participação de capital ao país, além de dar empregos de alto escalão para chilenos e aumentar o controle do governo nas vendas, por exemplo.¹⁰⁷

Também foi feita uma seção dedicada a um panorama geral das eleições que aconteceriam em 1964: “*The outcome of the 1964 presidential election can not be predicted a year in advance. The political situation is extremely fluid*”.¹⁰⁸ O primeiro candidato a lançar sua candidatura naquele ano foi Julio Durán, da Frente Democrática, classificado pela CIA como um político que manteria o padrão adotado pelo governo de Alessandri, mas sem o benefício do prestígio e honestidade do político. Na prática, Durán era o candidato com menos chances, pelas crises internas de seu partido. Por outro lado, Eduardo Frei – franco favorito - foi descrito como o candidato da nacionalização das minas.¹⁰⁹ A parte referente ao último candidato, o socialista Salvador Allende, chama a atenção:

¹⁰⁶ RABE, Stephen. *The most dangerous area in the world: John F. Kennedy confronts Communist revolution in Latin America*. UNC Press Books, 1999, p. 111-12.

¹⁰⁷ CIA. *The Chilean Situation and prospects*. 3 de outubro de 1963.

¹⁰⁸ A próxima eleição de 1964 não pode ser prevista com um ano de antecedência. A situação política é extremamente flexível. Idem.

¹⁰⁹ Idem.

*Through the defeat of Allende, the Communists and Allende Socialists should be frustrated in their once-lively expectation of achieving power by electoral means. But the Chilean Communists probably would not turn at once to revolutionary violence. [...] They would prefer to preserve their present legal status and bide their time.*¹¹⁰

A última frase do relatório era marcante: “*Military intervention in politics can happen in Chile, though not without strong provocation.*”¹¹¹

Durante todo ano de 1963, a CIA financiou as campanhas de Durán e Frei. Por algum tempo, Kennedy tentou uma aliança entre os dois, mas sem sucesso. A soma dos gastos com as duas campanhas chegou a três milhões de dólares.¹¹² No começo de 1964, o presidente Lyndon B. Johnson¹¹³, reuniu-se com a CIA para definir o apoio para o candidato do Partido Democrático Cristão do Chile, Eduardo Frei, visando diminuir os gastos no Chile. Sem o conhecimento do candidato, mais de metade de sua campanha foi custeada pela CIA através de depósitos com nomes falsos.¹¹⁴ Além disso, os EUA também bancaram a criação de propagandas políticas anticomunistas através de um grupo de agentes infiltrados, responsáveis por produzir mais de vinte comerciais anticomunistas por dia em Santiago e em outras 44 províncias. Um noticiário com mensagens pró-democracia de 12 minutos era passado ao menos cinco vezes ao dia em três estações da capital chilena e em outras 24 províncias. Milhares de charges e tirinhas foram encomendadas, muitas delas expostas nos principais jornais do país, e comentaristas políticos foram pagos para expor uma opinião contrária à Allende. Mais de três mil anúncios pró-Frei foram distribuídos por dia até a data da eleição, em 4 de setembro de 1964.¹¹⁵ Na tentativa desesperada de tentar compreender o avanço da esquerda chilena na política, o Congresso americano chegou a discutir, de forma secreta, a introdução de um experimento social denominado Projeto Camelot, que tinha como objetivo analisar as causas das manifestações nas ruas de países classificados como terceiro mundo (*third world*) e averiguar a capacidade de intervenção dos Estados Unidos nestas situações. Após o projeto ser desvendado por meio de denúncias de comunistas chilenos, a ideia foi abandonada pelo próprio

¹¹⁰ No caso de derrota de Allende, os Comunistas e os socialistas de Allende deverão ficar frustrados de ver suas grandes expectativas de conquistar o poder através do processo eleitoral. Mas os comunistas chilenos provavelmente não irão se voltar para a violência revolucionária de uma vez [...] Eles devem preferir se manter como estão e aguardar sua vez. Idem.

¹¹¹ A intervenção militar no campo político pode ocorrer no Chile, mas não antes de uma grande provocação. Idem.

¹¹² RABE, Stephen. *The most dangerous area in the world: John F. Kennedy confronts Communist revolution in Latin America*. UNC Press Books, 1999, p. 112-14.

¹¹³ Eleito vice-presidente em 1960, assumiu o poder após o assassinato de Kennedy em 22 de novembro de 1963.

¹¹⁴ Departamento de Estado dos Estados Unidos. *Covert Action in Chile 1963-1973*. 18 de dezembro de 1975.

¹¹⁵ Departamento de Estado dos Estados Unidos. *Covert Action in Chile 1963-1973*. 18 de dezembro de 1975.

Congresso, que também foi pressionado pelo Brasil pelo término do programa de forma imediata.

Ainda assim, com apoio dos Estados Unidos, Frei tornou-se o vigésimo oitavo presidente do Chile, citando que sua vitória representava a revolução na liberdade do Chile. Temendo uma ação de Allende, a CIA passou a utilizar a tática de ações camufladas durante todo governo de Frei, com auxílio monetário aos candidatos que apoiavam o governo nas eleições parlamentares de 1965 e 1969, fato que não foi suficiente para conter o crescimento das organizações comunistas chilenas, que apostavam no contato físico e na distribuição diária de panfletos pró-União Soviética no centro de Santiago, além de grandes comícios em apoio a Allende.

Neste contexto surgiu o Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR), montado por estudantes da Universidade de Concepción como uma tentativa de armar a esquerda através da ideologia guevarista.¹¹⁶ Após a chegada de Salvador Allende na presidência do Senado chileno, em 1966, e seu subsequente fortalecimento como o principal nome para assumir a presidência da república em 1970, os Estados Unidos criaram planos para barrar qualquer possibilidade de ver o médico socialista chegar ao poder. O MIR passou a ser considerado pelo governo americano como uma organização terrorista após o Embaixador Edward M. Korry relatar um plano do grupo de esquerda para sequestrar em membro da delegação dos EUA em Santiago em troca do líder estudantil Jorge Zorilla, preso pelo governo durante uma manifestação.¹¹⁷

2.1 A ELEIÇÃO DE 1970 E O GOVERNO ALLENDE: GOLPES E DESESTABILIZAÇÃO

*Carnage could be considerable and prolonged (civil war). You have asked to provoke chaos in Chile. We provide you with formula for chaos which is very unlikely to be bloodless. To dissimulate US involvement will clearly be impossible.*¹¹⁸

¹¹⁶ Para mais sobre a criação do MIR e sua ideologia, ver Allende (2003).

¹¹⁷ CIA. *Leftist Revolutionary Movement (MIR)*. 10 de março de 1970. O diplomata Edward M. Korry gozava de uma das maiores reputações no gabinete de relações externas dos Estados Unidos. Após o governo Americano não conseguir remover Allende do poder, em 1970, Korry se afastou da carreira diplomática para ser professor universitário. Apesar dos arquivos da CIA comprovarem sua participação na tentativa de desestabilização do governo socialista no Chile, o jornal The New York Times publicou um longo editorial, em 1981, pedindo desculpas por ter acusado Korry de armar um plano para assassinar Allende em 1970.

¹¹⁸ O massacre poderia ser considerável e prolongado (guerra civil). Você pediu para provocar caos no Chile. Nós lhe oferecemos uma fórmula para o caos que é muito improvável que seja sem sangue. Dissimular o envolvimento dos Estados Unidos será obviamente impossível. CIA. *Santiago Station Cable*. 10 de outubro de 1970.

Apesar de desconfiar, os Estados Unidos não tinham certeza de um possível envolvimento soviético na eleição presidencial de 1970. Allende enfrentou Jorge Alessandri Rodríguez, ex-presidente que representava o Partido Nacional, e Radomiro Tomic, aliado do então presidente Eduardo Frei. O socialista enviou um telegrama pessoal para Leonid Brezhnev, líder da União Soviética, pedindo auxílio financeiro para fazer história e se tornar no primeiro candidato abertamente socialista a ser eleito democraticamente na América do Sul. A ajuda do serviço secreto soviético (KGB) foi muito específica: financiou parte da campanha de Allende com cerca de 400 mil dólares, além de outros 50 mil enviados para a conta pessoal do líder comunista chileno.¹¹⁹ Já a CIA, em uma reunião de 25 de março de 1970, decidiu não apoiar diretamente nenhum candidato à presidência para do Chile, pois dava a eleição de Radomiro Tomic como certa.¹²⁰

A diplomacia americana começou a se preocupar com a situação no Chile após apresentar os resultados do relatório elaborado a pedido de Richard Nixon sobre a situação política no país em um documento que chegou à Casa Branca em 30 de julho de 1970, pouco mais de um mês antes da grande eleição. A CIA apontava uma divisão na oposição de Allende, o que, na visão dos diplomatas, poderia causar um problema de grande escala.¹²¹ Segundo o relatório:

An Allende administration would proceed as rapidly towards establishment of a Marxist-Socialist state as the circumstances permitted. He would move quickly to expropriate not only the copper mines and other properties with foreign ownership, but also the private banks. If Allende wins, the problems created for the US would be much greater. This would arise from measures taken against US business interests in Chile. Allende may be expected quickly to normalize relations with Cuba, and might well withdraw from the OAS. At the same time, Chile's relations with Argentina probably would deteriorate

¹¹⁹ ANDREW, Christopher. *The World Was Going Our Way: The KGB and the Battle for the Third World*, Basic Books, 2005, p. 69-85.

¹²⁰ Após a eleição, diplomatas do governo Nixon consideraram que este fator foi decisivo para a vitória do socialista. Departamento de Estado dos Estados Unidos. *Covert Action in Chile 1963-1973*. 18 de dezembro de 1975.

¹²¹ Uma administração Allende deve proceder rapidamente para o estabelecimento de um Estado Marxista-Socialista, conforme as circunstâncias permitirem. Ele irá agir rápido para expropriar não apenas as minas de cobre e outras propriedades estrangeiras, mas também os bancos privados. Caso Allende seja eleito, os problemas para os Estados Unidos serão de grande escala. Seu governo tomará medidas contra os negócios dos EUA no Chile. Pode-se esperar de Allende uma rápida reaproximação com Cuba e até mesmo uma retirada da OEA. Ao mesmo tempo, a relação do Chile com a Argentina será afetada pelos laços comunistas chilenos. Uma possível administração de Allende será abertamente hostil aos Estados Unidos. CIA. *The Outlook for Chile*. 30 de julho de 1970.

*because of Chile's increased ties with Communist countries. An Allende administration would be openly hostile to US interest.*¹²²

Nixon deixava claro em suas reuniões sobre assuntos latino-americanos a preocupação com uma possível eleição de Allende. Para o presidente republicano, o Chile não era como a China ou como a Iugoslávia, países que passaram a manter boas relações com os Estados Unidos no seu governo. O presidente estadunidense enxergava o projeto de Allende como uma rota soviética para a instalação de bases e mísseis na América do Sul. Nixon certa vez lembrou seu *staff* que, enquanto era vice-presidente na administração de Eisenhower, fez uma série de viagens diplomáticas pela América do Sul - e que havia sido mal recebido em alguns deles, especialmente no Peru e na Venezuela, onde a população apedrejou os carros da delegação americana e ameaçava-os de morte. Segundo aponta Mares, o ideal antiamericano de alguns países impulsionou movimentos de esquerda a partir do momento em que o primeiro país do continente sul americano caísse nas mãos de comunistas democraticamente.¹²³

O temor de Nixon confirmou-se quando surgiram os resultados oficiais da eleição chilena. Com a já prevista divisão de seus adversários, Allende ganhou a eleição com a pequena margem de 39 mil votos para o segundo colocado, Jorge Alessandri. O socialista recebeu pouco mais de 36%, enquanto Alessandri e Tomic receberam 35% e 28%, respectivamente. A partir disto, reuniões diárias ocorrem na Casa Branca para tentar impedir a posse de Allende.¹²⁴

A Constituição Chilena de 1925 previa que caso nenhum dos candidatos obtivesse maioria absoluta, o Congresso deveria fazer uma nova votação entre os dois candidatos com o maior número de votos. Apesar de isto ter ocorrido frequentemente no passado, e ser considerado apenas um ato de confirmação do candidato que havia recebido o maior número de votos, desta vez a CIA havia recebido ordens diretas de Nixon para barrar a qualquer custo a nomeação de Allende.¹²⁵

O plano da CIA para impedir a posse de Allende no Congresso foi chamado de *Track I*. Em um documento do dia 8 de setembro direcionado a embaixada dos Estados Unidos em Santiago, William McAfee, agente da CIA, relata que Alessandri iria disputar a eleição no Congresso para tentar impedir o triunfo socialista no Chile.¹²⁶ A CIA também foi responsável por uma tentativa de aproximação entre Alessandri e Tomic, sem sucesso. Três reuniões do

¹²² Idem.

¹²³ MARES, David. *The United States and Chile: coming in from the cold*. Nova York: Routledge, 2000 p.9.

¹²⁴ Departamento de Estado dos Estados Unidos. *Covert Action in Chile 1963-1973*. 18 de dezembro de 1975.

¹²⁵ SIGMUND, Paul. *The Overthrow of Allende and the Politics of Chile*. Pittsburgh: UPP, 1977, p. 14 – 20.

¹²⁶ CIA. *Prospects in Chile*. 8 de setembro de 1970.

Comitê 40, criado por Nixon para estudar a situação política do Chile, ocorreram nos dias 8, 14 e 15 de setembro de 1970.¹²⁷ A primeira foi liderada por Henry Kissinger, e discutiu sobre uma possível intervenção na eleição do Congresso. Todos os membros presentes concordaram que seria difícil impedir a confirmação da vitória de Allende. O Diretor de Inteligência, Richard Helms, fez uma previsão sobre o governo Allende, dizendo que a oposição iria se extinguir rapidamente após a consolidação da esquerda no poder, e lembrou que este fato neutralizaria completamente o exército local. Helms também esclareceu que um golpe militar teria pouca chance de sucesso, mas que se os EUA tivessem condições de apoiar o mesmo, ele deveria ser realizado em um período de tempo curto.¹²⁸

A resposta do embaixador chileno chegou às mãos de Kissinger em 12 de setembro. Deixou claro que o exército não tentaria impedir a posse de Allende e que estudos para a formação de oposição deveriam ser feitos *a posteriori*.¹²⁹ A gênese do projeto FUBELT ocorreu em 14 de setembro, na segunda reunião do comitê 40.¹³⁰ As notas de Helms são relacionadas à criação de um golpe de estado para prevenir Allende de chegar ao poder.¹³¹

1 chance in ten, but save Chile!
Worth spending
Not concerned risks involved
No involvement of embassy
\$10,000,00 available, more if necessary
Full time job – best man we have
Game plan
Make the economy scream
*48 hours plan of action.*¹³²

Em suas memórias, Kissinger cita que Augustín Edwards, dono do jornal El Mercurio e principal distribuidor da marca Pepsi na América Latina, pediu pessoalmente para Nixon

¹²⁷ *Alleged assassination plots involving foreign leaders: an interim report of the Select Committee to Study Governmental Operations with Respect to Intelligence Activities*. Senado dos Estados Unidos da América, 1977, p. 230 – 233.

¹²⁸ CIA. *Minutes of the Meeting of the 40 Comitee*. 8 de setembro de 1970.

¹²⁹ CIA. *Ambassador's response to the request for analysis of military option in present Chilean situation*. 12 de setembro de 1970.

¹³⁰ CIA. *Meeting of the 40 Comitee*. 14 de setembro de 1970.

¹³¹ GUSTAFSON, Kristian. *Hostile Intent: U.S. Covert Operations in Chile, 1964-1974*. Herndon: Potomac Books, 2007.

¹³² Uma chance em dez talvez, mas salvem o Chile! Vale apenas investir. Sem preocupação com os riscos envolvidos. Sem envolvimento da embaixada. 10 milhões de dólares disponíveis; mais se necessário. Trabalho em turno integral – com os melhores homens que temos. Trabalho de equipe. Faça a economia gritar. Plano de ação em 48 horas. Central Intelligence Agency (CIA). *Memorandum for the record. Minutes of the meeting of the 40 committee*. 8 de setembro de 1970.

orquestrar um golpe de Estado, com o argumento de que todas as indústrias americanas seriam alvo de nacionalização no governo Allende.¹³³ Enquanto o Track I ainda era discutido – e perdia força com a negativa dos congressistas chilenos em aceitar a sugestão de interferência dos EUA, os relatórios da CIA apontam que Frei e seus aliados rejeitaram um suborno de mais de 500 mil dólares por não concordarem com qualquer solução que não fosse democrática. Após a reunião de 15 de setembro, Nixon autorizou a discussão do Track II, o golpe militar que tinha apoio do Embaixador Korry e que deveria ser organizado pela CIA. O plano era dividido em três etapas: 1) identificar oficiais do exército simpáticos à ideia de um golpe de estado 2) informá-los de que os Estados Unidos auxiliariam eles de todas as maneiras possíveis, inclusive com o envio de fuzileiros navais; e 3) criar um ambiente hostil na sociedade chilena através de uma propaganda anticomunista de alto nível.¹³⁴

O Track II teve sequência durante o mês de outubro com duras sanções econômicas ao Chile. Se Nixon queria fazer a economia gritar, seu principal apoio veio de executivos do Bank of America e da Ford, que anunciaram o fim das atividades no país Allende assumisse a cadeira em La Moneda no dia 7 de novembro de 1970. Além disso, empresas de telefonia e até mesmo diretores da rede hoteleira Sheraton se comprometeram com o presidente a remover qualquer capital das terras chilenas – exercendo forte pressão em seus funcionários, que foram avisados de que seus empregos dependeriam da boa vontade de Allende em abdicar o poder, pelo bem ou pelo mal.¹³⁵

A falha do Track II ocorreu graças à intervenção direta do general René Schneider. Enquanto os documentos da CIA apontam que os oficiais de baixa patente dariam total apoio a remoção de um presidente com ideologia marxista, René desenvolveu dentro do exército um pensamento (posteriormente chamado de Doutrina Schneider) que propagava que o papel das forças armadas deveria ser estritamente profissional, fazendo seu papel constitucional de proteger a democracia. Em um documento do dia 24 de setembro de 1970, o Korry disse o problema que os Estados Unidos enfrentariam com o militar mais respeitado do Chile: “*If we want to succeed general Schneider would have to be neutralized*”.¹³⁶

Korry sugeriu o nome do general Roberto Viaux ao Departamento de Estado como o homem capaz de bloquear Schneider e tomar o poder das mãos de Allende através do exército. Durante o mês de outubro, Viaux recebeu 75 mil dólares do governo americano para sequestrar

¹³³ KISSINGER, Henry. *White House Years*. Nova York: Simon and Schuster, 2011, p. 845.

¹³⁴ Kornbluh, Peter. *The Pinochet File*. Londres: The New Press, p. 15.

¹³⁵ Idem, p. 18.

¹³⁶ Se nós quisermos ter sucesso (na operação), o general Schneider terá de ser neutralizado. CIA. *Suggestions by Ambassador Korry*. 24 de setembro de 1970.

Schneider. Com o apoio do oficial Camilo Valenzuela, o Departamento de Estado anunciou ao Embaixador Korry seu plano de golpe na noite de 19 de outubro:

- 1) *After arriving the house, Schneider would be abducted;*
- 2) *He would be taken to a waiting airplane and flown to Argentina;*
- 3) *Valenzuela would announce that Schneider had “disappeared”;*
- 4) *The military would blame the kidnapping on the leftists and would institute a search for René in all of Chile;*
- 5) *The military would be shuffled to put coup plotters in power;*
- 6) *Frei would resign;*
- 7) *The new military junta would be installed;*
- 8) *The junta would dissolve Congress.*¹³⁷

Após duas tentativas de sequestro, Schneider foi assassinado por um grupo liderado por Viaux após reagir e sacar seu revólver. Tão logo receberam a notícia do caso, os diplomatas americanos cancelaram o Track II e fizeram uma larga operação para acobertar a participação dos EUA no assassinato do general Schneider. Somente em 1975 uma comissão no Senado reconheceu a participação no crime. O caso de Schneider é simbólico pois marca a primeira vítima direta da política de desestabilização orquestrada pelo governo Nixon.

Mesmo com a culpa pela morte do general, Richard Nixon enviou uma carta ao presidente Frei horas depois do ocorrido, um dos documentos mais irônicos da coleção do projeto FUBELT:

*Dear Mr. President. The shocking attempt on the life of general Schneider is a stain on the pages of contemporary history. I would like you to know of my sorrow that this repugnant event has occurred in your country. Richard Nixon.*¹³⁸

A posse de Allende como presidente do Chile marcou uma nova fase na relação entre os estadunidenses e chilenos. Seu programa de governo classificado como *La vía chilena al socialismo*, garantia leite gratuito as crianças, uma reestruturação do sistema de educação e

¹³⁷ 1) Após chegar em casa, Schneider seria sequestrado. 2) Ele seria levado para um avião e iria para a Argentina. 3) Valenzuela anunciaria que Schneider teria desaparecido. 4) O exército colocaria a culpa do sequestro nos esquerdistas e colocaria em prática uma procura por René em todo o Chile. 5) O exército teria que usar um pretexto para colocar os líderes do golpe no poder. 6) Frei renunciaria. 7) Uma nova junta seria instalada. 8) A junta dissolveria o Congresso. CIA. Report on Plan to Kidnap Gen.. René Schneider and Initiate a Military Coup. 19 de outubro de 1970.

¹³⁸Caro senhor presidente. O chocante atentado contra a vida do general Schneider é uma mancha nas páginas da história contemporânea. Eu quero que você saiba da minha tristeza pelo fato deste repugnante evento ter acontecido em seu país. Casa Branca. *Letter to President Frei*. 26 de outubro de 1970.

políticas de redistribuição de terra que garantiam o apoio da massa popular. A crise do governo Allende começou a partir do momento em que a economia do país passou a sofrer duras sanções da OEA, principalmente após o Chile nacionalizar as minas de cobre. Por pressão de Henry Kissinger, Nixon negou negociar empréstimos pedidos pelo governo socialista, e efetuou corte nos auxílios de suprimentos negociados em administrações anteriores.¹³⁹

A partir de 1971, a CIA passou a financiar partidos de oposição e gastou mais de 11 milhões de dólares para bancar a distribuição do jornal de direita *El Mercurio*, principal fonte de propaganda anticomunista no Chile. Também foram encomendados, segundo a CIA, artigos de revistas e livros para denunciar as práticas abusivas de Allende.¹⁴⁰

A relação dos Estados Unidos com o exército chileno também se deteriorou. Tendo em vista o auxílio soviético nas instalações do Chile, o governo Nixon cortou a maioria das vendas diretas para o exército e passou a treinar homens especializados no Panamá para uma possível intervenção armada no país.¹⁴¹ Um dos episódios mais discutidos do governo de Allende foi a greve dos caminhoneiros de outubro de 1972, financiada pela CIA com o objetivo de desestabilizar o governo e ferir o sentimento de unidade nacional proposto pela esquerda.¹⁴² Após este episódio, o general Carlos Prats assumiu como Ministro do Interior, tornando o gabinete de Allende de caráter civil-militar.

O ano de 1973 começou turbulento para os interesses chilenos. Nixon havia sido reeleito presidente dos Estados Unidos com ampla aprovação, e a economia do país sul americano dava sinais de uma grave recessão, graças ao corte de financiamentos ordenado pelos Estados Unidos. Desenvolveu-se o mercado negro para venda de alimentos e bens pessoais após a criação da *Junta de Abastecimiento y Precios*, que administrava o controle de bens no Chile.¹⁴³ A oposição de Allende clamava por um golpe do exército, considerando que boa parte das forças armadas estavam descontentes com as reformas de Allende e a fraca situação econômica do país, apesar do grande apoio popular ao governo. A primeira tentativa de golpe militar aconteceu em 29 de junho de 1973, o dia do *Tanquetazo*. O Regime Blindado 2, liderado pelo Tenente-Coronel Roberto Souper avançou com tanques e veículos pesados no centro de

¹³⁹ COMBS, Jerald. *The History of American Foreign Policy*. North Castle: M.E. Sharpe, 2008, p.245-7.

¹⁴⁰ United States Department of State. Freedom of information act. *Covert Action in Chile 1963-1973*. 18 de dezembro de 1975.

¹⁴¹ Idem.

¹⁴² Idem.

¹⁴³ TORO, Gustavo. *Historia viva de Chile*. Santiago: Pehuén Editores Limitada, 1999, p. 266-7.

Santiago. Carlos Prats foi o responsável por parar as forças dissidentes de Souper, que pediu asilo no Equador após ser considerado “traidor do estado chileno”.¹⁴⁴

Com uma situação caótica, no dia 22 de agosto a Câmara aprovou o *Acuerdo de la Cámara de Diputados sobre el grave quebrantamiento del orden constitucional y legal de la República*, ordem que acusou o governo de tentar adotar medidas para formar um sistema totalitário no Chile. Sem apoio do exército e com seu partido dividido, Allende tentou convocar um plebiscito de aprovação, sem sucesso. O presidente tinha a consciência que o povo seria a favor da continuação de seu mandato, devido ao fato dos salários se manterem em um nível que considerava aceitável e os alimentos, mesmo racionados, ainda estarem disponíveis com um preço adequado.¹⁴⁵ Nas eleições parlamentares de março de 1973, o partido de Allende conquistado quase 44% dos votos, o que demonstra o apoio popular ao governo, mesmo em crise.

Desde 1972 a CIA já previa o nome do general Augusto Pinochet como o homem mais perto de liderar um golpe contra Allende.¹⁴⁶ Encontrava resistência novamente na figura de Carlos Prats, que acreditava que o exército deveria ser leal ao governo democraticamente eleito – sustentando o pensamento de René Schneider.¹⁴⁷ Os problemas para os golpistas começam a desaparecer no dia 23 de agosto, quando Prats pediu demissão do cargo de Comandante do Exército após ser alvo de duas tentativas de assassinato pelos seus colegas. Mais tarde, ele confessaria que cedeu à pressão de Augusto Pinochet, que foi apontado como comandante-chefe das forças do Chile. A atitude de Allende em nomear Pinochet foi uma tentativa de reaproximar o exército de seu governo. Na visão do presidente chileno, a sua estabilidade dependia do apoio do exército.¹⁴⁸

Exatamente uma semana antes do fatídico fim do governo socialista no Chile, um milhão de pessoas saíram as ruas de Santiago gritando: *Allende! Allende! El pueblo te defiende!*¹⁴⁹

¹⁴⁴ MUÑOZ, Heraldo. *The Dictator's Shadow: Life Under Augusto Pinochet*. Nova York: Basic Books, 2008, p. 39.

¹⁴⁵ HASLAM, Jonatham. *The Nixon administration and the death of Allende's Chile: a case of assisted suicide*. Nova York: Verso, 2005, p. 218-20.

¹⁴⁶ CIA. *Chile: likelihood and possible consequences of a military coup*. 13 de setembro de 1972.

¹⁴⁷ QUERESHI, Lubuna. *Nixon, Kissinger, and Allende: U.S. Involvement in the 1973 Coup in Chile* Lanham: Rowman & Littlefield, 2009, p. 122-4.

¹⁴⁸ Idem.

¹⁴⁹ QUERESHI, Lubuna. *Nixon, Kissinger, and Allende: U.S. Involvement in the 1973 Coup in Chile* Lanham: Rowman & Littlefield, 2009, p. 129-133.

2.2 GOLPE DE ESTADO E APOIO ESTADUNIDENSE AO REGIME MILITAR LIDERADO POR PINOCHET

Na manhã de 11 de setembro de 1973, a marinha havia tomado conta de Valparaíso. Também havia fechado as estações de rádio e televisão. Ao receber a notícia, Allende dirigiu-se a La Moneda com seu tradicional grupo de guarda-costas, o *Grupo de Amigos Personales*. Acreditava friamente que um setor da marinha estava conspirando contra o governo. Quase às nove horas da manhã, Allende havia descoberto que todo o exército, marinha e aeronáutica havia se revoltado contra ele. As últimas palavras de Allende foram ouvidas via rádio às 9 horas e 30 minutos da manhã.

*Trabajadores de mi Patria, tengo fe en Chile y su destino. Superarán otros hombres este momento gris y amargo en el que la traición pretende imponerse. Sigam ustedes sabiendo que, mucho más temprano que tarde, de nuevo se abrirán las grandes alamedas por donde pase el hombre libre, para construir una sociedad mejor. ¡Viva Chile! ¡Viva el pueblo! ¡Vivan los trabajadores! Estas son mis últimas palabras y tengo la certeza de que mi sacrificio no será en vano, tengo la certeza de que, por lo menos, será una lección moral que castigará la felonía, la cobardía y la traición.*¹⁵⁰

Em resposta ao discurso de Allende, Pinochet deu a ordem para atacar La Moneda – que seguiu com o bombardeio de dois *Hawker Hunter*. Segundo o testemunho de seu médico, quando o exército derrubou as portas do palácio, Allende ordenou a evacuação. O médico seguiu, mas quando retornou à sala onde se localizava o socialista para pegar a máscara de gás, viu a parte direita do crânio de Allende desfigurada, com o cérebro para fora, seu chapéu no chão e a arma ainda repousando nos seus joelhos.¹⁵¹

Depois da morte de Allende, uma Junta Militar liderada por Pinochet tomou poder no Chile, rapidamente adotando características comuns nos regimes militares latino-americanos: supressão de partidos políticos, Congresso fechado, imprensa sob extrema censura, prisão de manifestantes e nenhum tipo de eleição presidencial.¹⁵²

¹⁵⁰ Trabalhadores da minha pátria, tenho fé no Chile e no seu destino. Outros homens superarão este momento cinzento e amargo em que a traição pretende impor-se. Sigam vocês sabendo que, muito mais cedo que tarde, de novo se abrirão as grandes avenidas por onde passará o homem livre, para construir uma sociedade melhor. Viva o Chile! Viva o povo! Viva aos trabalhadores! Estas são as minhas últimas palavras e tenho a certeza de que meu sacrifício não será em vão, tenho a certeza de que, pelo menos, será uma lição moral que castigará a perfídia, a covardia e a traição. CHAVKIN, Samuel. *The murder of Chile*. Nova York Everest House, 1982, p.17-18.

¹⁵¹ QUERESHI, Lubuna. *Nixon, Kissinger, and Allende: U.S. Involvement in the 1973 Coup in Chile* Lanham: Rowman & Littlefield, 2009, p. 129-133.

¹⁵² Para mais, ver Corradi et al (1992) e Heinz (1999).

O governo Nixon deu total legitimidade ao golpe promovido pelo general chileno e a CIA passou a utilizar seus meios de comunicações no Chile para dar uma imagem positiva do novo governo.¹⁵³ A comemoração da diplomacia estadunidense pode ser observada em uma carta enviada pela Embaixada de Santiago à Casa Branca, na qual considerava o 11 de setembro de 1973 como o Dia D dos Chilenos.

*Now they are in fact a country in liberty. No obstacle is too high, no problem is too difficult to solve. Their progress may be slow, but will be as free men aspiring to goals which are for the benefit of Chile!*¹⁵⁴

2.3 O CHILE COMO PATROCINADOR DO TERRORISMO DE ESTADO

Os primeiros meses após o golpe orquestrado pela Junta foram os mais violentos dentre todas as ditaduras militares do continente americano.¹⁵⁵ A Anistia Internacional, uma semana após a queda de Allende, registrava 7 mil prisioneiros confinados no Estádio Nacional, em Santiago. A CIA, em um despacho do dia 20 de setembro, calculava pelo menos quatro mil mortes, sendo que a esmagadora maioria era de nomes ligados ao MIR. Quatro dias depois, o governo Nixon foi alertado de que o número de mortes chegava próximo de 10 mil e alertava: *“Only the Junta have a clear idea of the real numbers, but they will keep it secret”*.¹⁵⁶ O nome mais conhecido morto nas semanas iniciais do novo regime chileno foi Víctor Jara, tradicional poeta e conhecido pela grande amizade que mantinha com Allende. Em um ato extremo de violência, os torturadores da Junta quebraram as duas mãos de Jara, e, enquanto o poeta sofria no chão, jogaram um violão ordenando Víctor a tocar uma música. Jara então cantou a tradicional música socialista *Venceremos*. A seguir, pelo menos 44 tiros foram disparados no seu corpo.¹⁵⁷

A pedido de Henry Kissinger, a CIA preparou outro relatório sobre a violência no Chile organizada pelo estado. Pela primeira vez, o termo “direitos humanos” apareceu em um relatório, que mostrava as várias faces do terrorismo de Estado patrocinado por Pinochet: pelos cálculos da Embaixada de Santiago, ao menos 1.500 pessoas foram massacradas e um quinto

¹⁵³ Sobre o apoio dos Estados Unidos, ver Schmitz (2006).

¹⁵⁴ Agora eles são novamente um país livre. Nenhum obstáculo é grande demais, nenhum problema é tão difícil para não se revolver. O progresso deles pode ser lento, mas continuará graças a homens livres que aspiram objetivos que são para pleno benefício do Chile. Departamento de Estado. Valparaíso letter. 1 de outubro de 1973.

¹⁵⁵ SIGMUND, Paul. *The Overthrow of Allende and the Politics of Chile*. Pittsburgh: UPP, 1977, p. 3.

¹⁵⁶ CIA. *Cable to Embassy*. 24 de setembro de 1973.

¹⁵⁷ CIA. *Report of the Chicago Commission of Inquiry into the status of Human Rights in Chile*. 16 de fevereiro de 1974.

destas foram sumariamente assassinadas nas ruas. O número de presos passava a marca de 13 mil – sendo que o CIA identificou 90% destes como integrantes do MIR ou da Unidade Popular, braço direito de Allende.¹⁵⁸

Pinochet organizou um grupo para exterminar a esquerda apoiadora de Allende – mais tarde conhecida como Caravana de la Muerte - que era composto pela elite de infantaria do exército chileno, com ordens para matar líderes da Unidade Popular. Os corpos dos mortos geralmente eram levados de helicóptero e atirados no Oceano Pacífico, no intuito do governo de lavar as mãos e pronunciar para a comunidade internacional que não assassinou ou prendeu qualquer dos envolvidos. A busca pelas 97 vítimas da Caravana – cujos corpos jamais foram resgatados – dariam início a luta pela verdade dos *desaparecidos*.

Os Estados Unidos, apesar de saber das práticas do governo Pinochet e apesar de ter conhecimento de todas as práticas de violência orquestradas pela Caravana, fechou os olhos perante os crimes cometidos pela ditadura. Em 12 de outubro de 1973, o diplomata Nathaniel Davis levou à Washington o relato de uma conversa com Pinochet, e pediu para o governo ter compreensão com o militar, visto que “*if the junta fails, Chile’s tragedy would be permanent*”.¹⁵⁹ Davis também garantia que Pinochet tinha conhecimento das violações dos direitos humanos e deu sua palavra de que o chileno estava fazendo o máximo para diminuir os incidentes.¹⁶⁰

A violência e barbárie da Caravana foi institucionalizada com a criação da *Dirección de Inteligencia Nacional* (DINA) no dia 14 de junho de 1974. Com observadores da Anistia Internacional posicionados junto ao pórtico de entrada do Estádio Nacional após pressão da ONU, Pinochet optou por praticar tortura e assassinatos em várias localidades. A Villa Grimaldi, localizada em Santiago, logo se tornou a mais importante casa de tortura da ditadura chilena. As vítimas eram amarradas e trancadas em armários de madeira. Após os interrogatórios, grande parte desaparecia.

Quando os presos sofriam tortura sexual, o destino era a casa conhecida posteriormente como “Discoteca”.¹⁶¹ Os líderes do MIR capturados eram levados para a casa 38, localizada na Avenida Londres. Durante o regime Allende o local serviu como sede do Partido Socialista e era visto como forma de humilhar os esquerdistas. Por fim, a Colonia Dignidad tornou-se no presídio mais bem protegido pela DINA – e também o mais violento. Em uma região dominada

¹⁵⁸ CIA. *Chilean Executions*. 1 de outubro de 1973.

¹⁵⁹ Se a Junta falhar, a tragédia do Chile será permanente. United States Department of State. Conversation with Pinochet. 12 de outubro de 1973.

¹⁶⁰ Departamento de Estado dos Estados Unidos. Conversation with Pinochet. 12 de outubro de 1973.

¹⁶¹ O nome foi adotado após sobreviventes relatarem que os torturadores passavam o dia ouvindo músicas. Ver Vidal (2003, p. 58).

por imigrantes alemães do período posterior da Segunda Guerra Mundial, as técnicas de tortura utilizadas eram provenientes de ex-oficiais da Gestapo – que mais tarde seriam repassadas aos demais serviços de inteligência da América do Sul graças a Operação Condor.¹⁶²

Segundo o pensamento da Junta, um crime poderia acabar com a resistência socialista e, conseqüentemente, impedir novos crimes. Esta foi a explicação extraoficial para justificar a violência extrema nos primeiros dias da Junta Militar para os diplomatas dos EUA. Na época também foi propagado o que hoje é chamado de “mito do Plano Z”, que fazia com que os militares matassem para defender o país da temida invasão comunista. O objetivo inicial do governo chileno era enfraquecer e destruir os partidos de esquerda, que na visão de Pinochet, poderiam causar danos a estrutura da pátria.¹⁶³ De acordo com o relatório da *Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación*, criado para estudar os abusos do regime militar chileno, a DINA foi fria e calculista: após marcar a resistência como seu principal alvo, o serviço de inteligência se propôs a destruir a esquerda por completo, identificando, preparando e sentenciando a morte quem ousava desafiar o governo.

No final de 1974, outra tática foi empregada pela DINA. Seus agentes, vestidos como civis e dirigindo carros sem distintivos, recolhiam cidadãos suspeitos ruas. O uso da “repressão clandestina” chegou a ser incentivado até certo ponto evitar alardes sobre violações nos direitos humanos.¹⁶⁴

Na transição de Nixon para Ford, a CIA passou a encomendar relatórios sobre as ações da DINA. Um dos primeiros relatórios indica a responsabilidade da DINA pela morte de seis pessoas em maio de 1974. Os corpos foram encontrados em via pública, sem identificação”. Também cita uma fonte ligada aos antigos *carabineiros* culpando a DINA por outros atos de violência em Santiago.¹⁶⁵

De fato, o plano do governo de mascarar as mortes auxiliou sua defesa. Até 1974, o tribunal chileno só havia expedido duas sentenças de morte durante o período inicial da ditadura. As outras mortes nunca foram reconhecidas pelo regime e os corpos nunca foram achados. Dentro do país, o governo acreditava que estas mortes intimidariam os militantes socialistas, relembrando o discurso inicial da Junta, em matar um para salvar outros.¹⁶⁶ Um

¹⁶² Idem, p. 62.

¹⁶³ HEINZ, Wolfgang. *Determinants of gross human rights violations by state and state-sponsored actors*. Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 1999, p. 520-31.

¹⁶⁴ Idem.

¹⁶⁵ CIA. [título censurado]. 7 de junho de 1974.

¹⁶⁶ HEINZ, Wolfgang. *Determinants of gross human rights violations by state and state-sponsored*. Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 1999, p. 520-31.

exemplo disto ocorreu quando Lumi Videla, militante do MIR, teve seu corpo atirado no pátio da embaixada italiana em Santiago, local onde mais de 200 chilenos ligados ao MIR e ao governo Allende pediam asilo político.¹⁶⁷ Era difícil não fazer a ligação de mortes de partidários de esquerda com a força repressiva do governo no país. Mesmo depois da morte de Lumi, o governo Pinochet negou qualquer participação no fato, afirmando que a moça havia sido assassinada no pátio da embaixada no momento em que ocorria uma orgia.¹⁶⁸

Um comunicado parcialmente censurado da primeira semana de 1975 traz a opinião de Pinochet sobre a situação dos direitos humanos no Chile. O ditador reconhecia que a atitude chilena na área de direitos humanos deveria melhorar, citando que uma imagem melhor do Chile para o mundo facilitaria o auxílio estrangeiro.¹⁶⁹ Em outro relatório, Pinochet reconheceu que ocorriam abusos por parte da DINA, mas que as acusações de tortura eram falsas. Sobre os casos de Zamora e Herrera, expostos mundialmente pela revista *Time*, Pinochet novamente isentou a DINA de culpa.¹⁷⁰

O critério da DINA para assassinar uma pessoa formam um ponto muito mais complexo de analisar. Sabe-se que relatórios sobre indivíduos que participavam da resistência clandestina eram criados e constantemente atualizados. As mortes não dependiam apenas de quão perigosa uma pessoa poderia ser. Torturar e retirar o máximo de informações de um integrante do MIR poderia ser muito mais vantajoso que matá-lo. Mesmo assim, existem relatos de prisioneiros com informações essenciais sobre as atividades de esquerda que haviam morrido durante a tortura. Nunca foi revelado quem dava as ordens para os assassinatos. Mas já se sabe como os oficiais torturadores e assassinos eram psicologicamente treinados para respeitar as regras impostas pelo governo. A primeira era muito clara: considerar sua vítima como um inimigo. Era recomendado para o agente neutralizar suas emoções e obedecer às ordens dos superiores sem questionar estes. Era garantida total imunidade quanto aos crimes que este agente poderia cometer, seja tortura ou assassinato. No caso de uma investigação, o governo comprometia-se em proteger o agente. Por fim, “vantagens econômicas” eram oferecidas.¹⁷¹

¹⁶⁷ ENSALACO, Mark. *Chile under Pinochet: recovering the truth*. Filadélfia:UPP, 2000, p. 78.

¹⁶⁸ Em 2006, o Superior Tribunal do Chile considerou a acusação uma “mentira sem precedentes”, citando a participação do jornal *El Mercurio* na fabricação da falsa notícia.

¹⁶⁹ CIA. [título censurado]. 17 de junho de 1975.

¹⁷⁰ Sergio Zamora, membro do partido socialista, alegou que foi brutalmente torturado pela DINA, mas conseguiu escapar. Pinochet alegou que causou estranheza quando o seu departamento médico foi impedido de avaliar as lesões de Zamora, No caso de Herrera, torturado até a morte, Pinochet defendeu-se dizendo que a autópsia oficial apontou suicídio.

¹⁷¹ HEINZ, Wolfgang. *Determinants of gross human rights violations by state and state-sponsored actors*. Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 1999, p. 520-31.

A série de diálogos entre Pinochet e um representante estadunidense encarregado de avaliar acusações de tortura no Chile continuou com um memorando. Pinochet se comprometeu a investigar melhor as ações da DINA. Este documento também apontava a existência de um grupo da força aérea especializado em torturas e mortes. Segundo um relatório posterior da CIA, o grupo especializado da força aérea somente seria fechado em setembro, por um decreto de Pinochet que apenas permitia a DINA de fazer qualquer tipo de prisão.¹⁷²

Segundo Kornbluh, muitas táticas de tortura adotadas pela DINA a partir de 1974 foram copiadas do serviço de inteligência brasileiro, o principal parceiro dos chilenos. A mais comum delas era uma série de choques elétricos nas genitálias, chamado de *Grill*. A técnica *Parilla* consistia em pendurar uma pessoa pelos punhos em uma corda e espancar por um longo período. O *submarino* era a imersão de uma pessoa em um vaso com urina e fezes. A técnica do *submarino seco* consistia no sufocamento. Por fim, a DINA importou dos brasileiros a técnica chamada “telefone”, onde um agente batia seguidamente no ouvido do prisioneiro até o deixar surdo.¹⁷³

Em um longo relatório elaborado em 1 de julho de 1975, o Conselho Nacional de Segurança dos Estados Unidos deixou clara a preocupação com as queixas vindas de direto de fontes anônimas da Embaixada em Santiago.¹⁷⁴ Membros da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos tentaram cortar toda ajuda econômica e militar ao Chile até que as denúncias parassem. Sem maior explicação, o Pentágono negou o corte, e o governo de Nixon, Kissinger e Ford fez vista grossa aos crimes para manter o projeto anticomunista na América Latina. Após a queda de Allende, as ajudas humanitárias foram retomadas. O departamento de Estado liberou 24 milhões de dólares para créditos agrícolas em 1973. No ano seguinte, o Chile recebeu 134 milhões de dólares através do programa *Food for Peace*, concentrando 80% do dinheiro gasto na América do Sul.¹⁷⁵ No balanço fiscal de 1975 o Chile recebeu 30 milhões de dólares para projetos referentes a infraestrutura.¹⁷⁶ A Casa Branca também incentivou negócios da ditadura com bancos americanos. As dívidas e débitos do governo Allende de 100 milhões de dólares foram refinanciadas. O Banco Mundial, que não emprestou dinheiro para Allende por pressão dos Estados Unidos, concordou em liberar mais de 60 milhões de dólares em créditos. O Banco Interamericano de Desenvolvimento financiou quase 240 milhões em projetos de Pinochet. No

¹⁷² CIA. *The Chilean Situation*. 30 de setembro de 1975.

¹⁷³ Kornbluh, Peter. *The Pinochet File*. Londres: The New Press, 2003, p. 162 - 163.

¹⁷⁴ CIA. *The Chilean Report*. 1 de julho de 1975.

¹⁷⁵ Em comparação, durante todo o governo Allende a ajuda do *Food for Peace* somou pouco mais de dez milhões de dólares. Kornbluh, Peter. *The Pinochet File*. Londres: The New Press, 2003, p. 204.

¹⁷⁶ Todos os demais países das Américas receberam, juntos, 4 milhões de dólares do mesmo incentivo. Idem.

campo militar, a parceria EUA – Chile foi consolidada com um acordo de 12 milhões de dólares, tornando a ditadura chilena como o quinto principal comprador dos americanos, perdendo apenas para Israel, Arábia Saudita, Jordânia e Irã.¹⁷⁷

Em 1976, Pinochet expressou para jornalistas americanos sua ansiedade para aprovar o quanto antes uma emenda à constituição que deixava claro os direitos individuais no Chile. Publicamente, o general dizia que este fato iria ajudar a melhorar a imagem do país nas questões referentes aos direitos humanos. No entanto, o jornal *The Washington Post* e a rede de televisão CBS News levaram à público a história da morte de dois americanos durante o golpe de 1973, graças ao depoimento do agente Rafael Gonzalez.

Charles Horman aproveitou a visibilidade do regime de Allende para tentar a vida como repórter em Valparaíso. Dias após o golpe que levou Pinochet ao poder, Horman foi capturado, levado ao Estádio Nacional e executado. Seus restos mortais foram depositados em uma parede de concreto. A Casa Branca tomou conhecimento do desaparecimento após o relato de sua esposa e logo fez um pedido direto ao gabinete de Pinochet: “*American citizen Charles Horman is missing. Santiago apartment ransacked. Norman possibly in National Stadium. Demand immediate release.*”¹⁷⁸

Horman provavelmente foi assassinado após agentes da Junta descobrirem um caderno de anotações em que o jornalista guardava relatos de membros da esquerda e criticava os militares pelo *Tanquetazo*. Após a família de Charles ter acesso as entrevistas, uma comissão do Departamento de Estado reabriu o caso e concluiu:

*US intelligence may have played an unfortunate part in Horman's death. At best, it was limited to providing or confirming information that helped motivate his murder by the government of Chile. At worst, US intelligence was aware that the government of Chile saw Horman in a rather serious light and did nothing to discourage the logical outcome of the government of Chile's paranoia.*¹⁷⁹

¹⁷⁷ 2500 rifles M-16, 1600 pistolas-metralhadoras e mais de dois milhões de balas de munição foram entregues em 1975. Idem.

¹⁷⁸ O Cidadão americano Charles Horman sumiu. Seu apartamento em Santiago foi vasculhado. Norman possivelmente está no Estádio Nacional. Exigimos sua liberdade imediatamente. CIA. *Charles Norman Missing*. 22 de setembro de 1970.

¹⁷⁹ A inteligência americana deve ter participado de uma forma triste na morte de Horman. Na melhor das hipóteses, limitou-se a dar ou confirmar informações que ajudaram a motivar seu assassinato pelo governo do Chile. Na pior, o serviço de inteligência dos Estados Unidos estava ciente de que o governo do Chile via Horman como uma ameaça e não fez nada para desencorajar a lógica paranoia que tomou conta do governo chileno. United States Department of State. Charles Horman Case. 26 de agosto de 1976.

Frank Teruggi tinha uma história muito parecida com a de Horman: *freelancer*, ele fazia textos para a revista FIN, simpatizante do governo Allende. Preso no dia 20 de setembro, o americano também foi encaminhado ao Estádio Nacional, onde foi executado no mesmo dia.¹⁸⁰ Teruggi não tinha motivos claros que justificassem sua prisão – e o motivo de seu assassinato permanece até os dias atuais como um mistério.¹⁸¹

A diplomacia americana também estava ciente da criação de uma operação que reunia todos os serviços de inteligência das ditaduras da América do Sul. A operação Condor – homenagem a popular ave dos andes chilenos – tinha como principal objetivo a eliminação sistemática de líderes comunistas exilados fora de seus países de origem.¹⁸² Santiago foi a sede desta rede reconhecida pela CIA como “*cooperative effort made by the intelligence services of several South American countries to combat terrorism and subversion*”.¹⁸³

A ideia para o projeto surgiu após um teste feito em parceria da DINA com uma rede militares argentinos que discutiam a morte do general Carlos Prats, exilado em Buenos Aires desde a queda de Allende. Os Estados Unidos participaram da ação através de um agente da CIA, Michael Townley, responsável por plantar uma bomba no carro de Prats, que também matou sua esposa, Sofia.¹⁸⁴ O sucesso e a sensação de impunidade perante a comunidade internacional levaram Pinochet a estabelecer padrões para o perfeito funcionamento da operação. Segundo um agente da CIA presente no primeiro encontro:

A team would be dispatched to locate and surveil the target. A second team would be dispatched to carry out an operation against the target. Special teams would be issued falsed documentation from members countries – could be composed either of individuals from one member nation or of persons from

¹⁸⁰ O caso de Horman e Teruggi virou best-seller nas mãos de Thomas Hauser. Em 1982, o diretor grego Costa-Gravas comprou os direitos autorais e contou a história do desaparecimento e morte dos americanos no longa *Missing*.

¹⁸¹ Em junho de 2014, uma corte chilena considerou o governo dos Estados Unidos culpado pela morte de ambos os jornalistas. Associated Press. Chile: U.S. Had Role In 'Missing' Killings of Two Americans. *NBC News*. Disponível em: <<http://goo.gl/zW43HQ>>.

¹⁸² O organizador da Operação foi o general Manuel Contreras, responsável por enviar convites a todas as equipes de inteligência das ditaduras da América do Sul para a *Primera Reunión Inter-Americana de Inteligencia Nacional*.¹⁸³ (Rede) de esforços cooperativos feitos pelos serviços de inteligência de vários países sul-americanos para combater o terrorismo e a subversão. CIA. *First Inter American Intelligence Reunion*. 28 de novembro de 1975.

¹⁸⁴ Vários autores discutem o nível de participação dos Estados Unidos na Operação Condor. Menjívar (2009) considera que os americanos compraram a ideia após aprovarem o caráter “antiterrorista” proposto por Contreras. Por outro lado, Dinges (2012) considera que a liberdade da CIA para atuar na América Latina levou a perda de controle da Casa Branca, que não sabia e nem tinha condições de acompanhar o destino de seus agentes no exterior. No entanto, Henry Kissinger tinha total controle da situação por conta de suas frequentes reuniões com o então diretor da organização, Richard Helms.

*various member nations. Team members would not be commissioned or non-commissioned officers of the armed forces, but rather “special agents”.*¹⁸⁵

Este *modus operandi* foi o responsável por cerca de 50 mil assassinatos, 30 mil desaparecimentos e mais de 400 mil prisões.¹⁸⁶ Da mesma forma que Michael Townley planejou o assassinato de Prats, a DINA pediu ao agente americano a cabeça de Bernardo Leighton, ex-ministro e influente membro do Partido Democrata Cristão que vivia em exílio na cidade de Roma. A tentativa de assassinato falhou – e a DINA recomendou a execução de inimigos políticos através da instalação de bombas relógio nos carros das vítimas.

Em setembro 1976, enquanto a cidade de Washington vivia o clima de disputa presidencial entre o democrata Jimmy Carter e o então presidente republicano Gerald Ford, Townley instalou uma bomba no veículo de Orlando Letelier, ex-ministro da Defesa, do Interior e das Relações Internacionais de Allende. Enquanto se dirigia ao trabalho, o explosivo ativado por Townley vitimou Letelier e sua assistente, Ronni Moffitt, no coração da capital americana. A voz mais ativa no combate ao governo Pinochet e o principal denunciador das violações dos direitos humanos no Chile calava-se.¹⁸⁷

¹⁸⁵ Uma equipe seria despachada para localizar e vigiar o alvo. Uma segunda equipe seria enviada para colocar em prática uma operação contra o alvo. Equipes especiais receberiam documentos falsos de países membros da operação – poderia ser feito através de indivíduos de uma nação participante ou de pessoas de várias nações participantes. Os membros das equipes não seriam membros ligados diretamente as forças armadas, mas “agentes especiais”. CIA. *First Inter American Intelligence Reunion*. 28 de novembro de 1975.

¹⁸⁶ CJA. *The Pinochet Years*. Disponível em < <http://goo.gl/W4wuEx>>.

¹⁸⁷ Na época do assassinato, Townley não tinha mais cidadania dos Estados Unidos. Por conta do acordo citado anteriormente, o agente conseguiu um passaporte falso cedido pelo governo Paraguai e teve seu visto de turismo nos EUA aprovado pelo Embaixador Robert White.

3. NEGOCIANDO COM O DITADOR

No século XX, nenhum país influenciou o cenário internacional da mesma forma com que os Estados Unidos. Segundo Kissinger, os americanos herdaram da Inglaterra o papel de principal mediador mundial de conflitos, tomando para si a tarefa de avaliar e decidir os pesos da balança do equilíbrio de poder.¹⁸⁸ Apesar de Woodrow Wilson garantir a autodeterminação dos povos, após a Segunda Guerra Mundial era visível que o governo americano passou a propagar sua ideologia na figura do *american way of life*. Sobre tal caso, Cardoso (2012) afirma que a maior parte dos governos a partir de Truman camuflou o interesse nacional de assegurar sua globalização econômica, abrindo espaço para sua vocação de império.

Para Raymond Aron, a comunicação entre os Estados é uma prática indispensável para qualquer tipo de governo. Neste sentido, a diplomacia é uma arte de convencimento praticada pelos Estados para evitar e/ou minimizar conflitos. Em seu último estágio, ela seria a arte de vencer uma disputa com o mínimo de concessões. Este pensamento marcou os diplomatas formados na década de 1960 nos Estados Unidos, especialmente a geração de Harvard que teve aulas com Henry Kissinger, um dos maiores propagadores do pensamento de Aron na comunidade acadêmica americana.¹⁸⁹

No caso do governo Carter, a maneira mais utilizada para tratar de assuntos com o corpo diplomático chileno se deu através da perspectiva da *shuttle diplomacy*, com o uso de mediadores, analistas e um responsável direto pela negociação dos objetivos propostos pelos americanos.¹⁹⁰ O escolhido por Carter para tratar das questões chilenas foi Warren Christopher, uma das mais notórias figuras do novo governo democrata, o que deixava claro que o país estava no topo das prioridades da política externa dos direitos humanos dos Estados Unidos.

¹⁸⁸ KISSINGER, Henry. *Does America Need a Foreign Policy?: Toward a Diplomacy for the 21st Century*. Nova York: Simon and Schuster, 2002, p. 236 – 250.

¹⁸⁹ Deve-se mencionar também a importância de Hans Morgenthau no estabelecimento da doutrina realista nos Estados Unidos. Ver Donnelly (2000, p. 35).

¹⁹⁰ Sem tradução direta para o português, a expressão que mais se aproxima da ideia é “diplomacia de mediação”. O termo foi cunhado por Henry Kissinger, em 1973, para descrever a interferência americana na Guerra do Yom Kipur, onde um líder era designado para tratar de uma situação específica e ficava encarregado pelo cumprimento do objetivo final, sem ter que lidar com a interferência de outras lideranças de seu país, levando ao pé da letra a máxima de Charles de Martens, que dizia que a diplomacia era a “ciência ou arte das negociações”. Para a construção da política externa americana neste período, ver Hanhimaki (2004). Sobre Yom Kipur e a diplomacia dos EUA, ver Kissinger (2003).

O governo Pinochet reagiu à eleição de Jimmy Carter com o anúncio da liberação de 304 prisioneiros políticos.¹⁹¹ Também indicou o ex-membro do Banco Mundial, Jorge Cauas, para ocupar a posição de Embaixador em Washington e se aproximar do novo presidente americano, visando evitar o corte de empréstimos e financiamentos, alvo de discussão no próximo capítulo desta dissertação. Durante a transição da gestão de Ford para Carter, os democratas pressionaram o ex-presidente republicano para explicar o apoio à ditadura chilena, mesmo com as denúncias que chegavam ao Departamento de Estado. A resposta de Ford, distribuída em quatro páginas, citava que apesar dos direitos humanos serem um fator importante para a relação entre os dois países, sua principal preocupação era com a recuperação da economia chilena, que considerava falida após Allende ser derrubado.¹⁹²

O primeiro relatório sobre direitos humanos no Chile foi entregue dois meses após a posse de Carter. Com o título de *Chile: tough measures*, o documento fez parte da primeira série de relatórios da coleção *Latin America: Regional and Political analysis*, criado pelo Departamento de Estado durante a transição Ford-Carter para estudar as ditaduras do cone sul. O novo governo apontou suas preocupações com a declaração de Pinochet de manter o estado de sítio em seu país e olhava com cautela a crescente perseguição dos democratas-cristãos liderados por Eduardo Frei – outrora simpáticos ao golpe de 1973.¹⁹³ Apesar do documento reconhecer que a violência e o terrorismo de Estado diminuíram na comparação com os primeiros anos após o golpe, um relatório gerado a partir de um pedido de Organizações Não-Governamentais de defesas de direitos humanos apontou que o Chile dizimou a sua oposição a tal ponto de não ter uma grande liderança de resistência, considerando que o último pedido oficial de asilo diplomático havia sido protocolado em março de 1976.¹⁹⁴

A atrito inicial do novo governo americano com Augusto Pinochet ocorreu na Comissão de Direitos Humanos de março de 1977, realizada em Gênova. O acadêmico e ativista Brady Tyson proferiu um longo discurso atacando os militares chilenos e lamentou a participação do governo dos Estados Unidos no golpe de Estado de setembro de 1973.¹⁹⁵ Também denunciou

¹⁹¹ MUÑOZ, Heraldo. *The Dictator's Shadow: Life Under Augusto Pinochet*. Nova York: Basic Books, 2008, p. 109.

¹⁹² Casa Branca. *Letter from President Gerald Ford*. 1 de fevereiro de 1977.

¹⁹³ Departamento de Estado dos Estados Unidos. *Chile: tough measures*. 15 de março de 1977.

¹⁹⁴ Departamento de Estado dos Estados Unidos. *Overview of Human Rights Observance in Chile*. 31 de março de 1977. Pode-se notar uma mudança no tratamento do Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR). Se no governo Nixon e Ford este grupo de esquerda era tratado como uma organização terrorista (*terrorists*), nos relatórios gerados à Carter eles são apenas classificados de oponentes políticos (*political oponents*).

¹⁹⁵ Também neste período, o Chile ordenou a expulsão do repórter John Dinges, acusado de publicar matérias que prejudicavam a imagem do Chile perante a comunidade internacional. O governo militar revogou a ordem após analisar que tal situação poderia acarretar problemas futuros para a delegação chilena na ONU.

as acusações de torturas e pediu apoio da ONU na apuração de violações de direitos básicos. Carter orientou seus diplomatas para colocarem em votação uma resolução condenando a prática de tortura no Chile, que recebeu vinte e seis votos favoráveis e apenas o voto chileno contrário. O presidente americano aproveitou a ocasião para anunciar a troca do Embaixador americano no Chile, indicando George W. Landau - ex-delegado da Aliança para o Progresso no governo Kennedy – que tinha como objetivo reorganizar todo o corpo diplomático dos Estados Unidos naquele país, já que o antigo Embaixador, David H. Popper, foi um dos principais responsáveis pelo apoio irrestrito a junta militar e ao governo Pinochet.¹⁹⁶

Após a votação de Gênova e a derrota da diplomacia chilena ao tentar encobrir os abusos de seu governo, os americanos receberam um despacho diplomático de Santiago sugerindo o início de uma nova relação de amizade. Entre as propostas enviadas para Washington, destacam-se: 1) o convite oficial para Carter visitar Santiago; 2) a garantia da colaboração do Embaixador Cauas para a averiguação de denúncias de violações dos direitos humanos; 3) a garantia de que Pinochet estava disposto a melhorar as relações com o governo Carter. Como contrapartida, os chilenos pediram a confiança do presidente americano para manter financiamentos e empréstimos junto ao Banco Mundial e ao FMI.¹⁹⁷

Ainda assim, conforme aponta Muñoz (2008), os arquivos chilenos apontam que Pinochet chegou ao cúmulo de propagar que era vítima de um golpe marxista orquestrado por setores diplomáticos americanos para manchar a imagem chilena perante a comunidade internacional. A documentação americana também mostra que setores da Embaixada dos Estados Unidos no Chile alertaram à Casa Branca de que Pinochet dizia para seus funcionários do La Moneda que Carter estava planejando derrubar os militares do poder no Chile através de uma invasão militar. Para acabar com os rumores, Cauas foi convocado para discutir a relação entre os dois países:

¹⁹⁶ Popper apenas deixou de cumprir oficialmente seu papel diplomático no Chile após Landau montar seu gabinete e assumir o cargo em novembro de 1977. Durante minha pesquisa, me deparei com vários despachos de Popper e fiquei surpreso com a escancarada defesa do Embaixador ao governo Pinochet. Em sua primeira comunicação direta com Carter, em fevereiro de 1977, Popper citava que os Estados Unidos deveriam garantir os financiamentos para o Chile, já que o corte deles não iria necessariamente melhorar a relação entre os dois países. Mas o fato que mais me chamou a atenção está no relatório sobre direitos humanos no Chile: Popper escreveu “*Since the 1973 coup many Chileans have been arrested and detained. Many were reportedly killed, particularly during the early months*”. No documento liberado para consulta, a palavra *reportedly* está sublinhada e abaixo uma escrita a caneta, provavelmente feita por algum outro diplomata, aponta para a frase: “*is this serious?*”. Ou seja, mesmo sabendo das torturas, assassinatos sumários e outras violações aos direitos humanos no Chile, o Embaixador preferiu retratar o país da forma que fazia com Nixon e Ford, explorando o viés “democrático” de Pinochet ao salientar sua luta contra os comunistas.

¹⁹⁷ Departamento de Estado dos Estados Unidos. *Chile: let's begin again*. 10 de abril de 1977.

*We are calling Ambassador Cauas for a frank discussion of the human rights issue in Chile. (...) We have had a number of conversations with Cauas. He is, in a way, the Chileans 'Super Ambassador'. Pinochet sent him here as last try to improve relations with the Carter administration. We are not trying to overthrow the Junta. Pinochet is paranoid on this subject. And we are not interfering in internal affairs, considering that our human rights concern is legitimate.*¹⁹⁸

Para garantir que a proposta de amizade feita por Cauas em Gênova fosse aceita por Carter, os diplomatas dos Estados Unidos elencaram todas suas condições. Para garantir empréstimos no FMI, por exemplo, os americanos exigiram mais libertações de prisioneiros políticos, o fim dos assassinatos sumários por conta dos agentes do governo e de qualquer tipo de tortura.

Se os indícios de terrorismo de Estado no Chile eram escassos desde a posse de Carter, a partir de maio de 1977 a DINA começou uma nova onda de repressão, com a volta das prisões e uma de casos de desaparecidos. Segundo um relatório do Departamento de Estado americano:

*After months of good behaviour, Chilean security services increased the pace of activity (...) We have sufficient independent reporting to convince us that DINA is taking the lead on this new wave of repression, which features illegal detentions, torture, and several cases of disappearances. The principal victims seem to be socialists.*¹⁹⁹

Segundo a Comissão da Verdade e Reconciliação do Chile, o período de maio de 1977 também marcou o auge da *Operación Retorno*, na qual membros do MIR exilados em outros países decidiram retornar ao Chile para abraçar a luta armada:

¹⁹⁸ Estamos chamando o Embaixador Cauas para uma discussão franca sobre os direitos humanos no Chile (...) Nos já tivemos um grande número de conversas com Cauas. Ele é, de certa forma, o Super Embaixador dos chilenos. Pinochet enviou ele pra cá como a última alternativa para melhorar seu relacionamento com a administração Carter. Nós não estamos tentando derrubar a Junta. Quando a isto, Pinochet está paranoico. E nós não estamos interferindo em assuntos domésticos, considerando que nossa preocupação com os direitos humanos é legítima. Departamento de Estado dos Estados Unidos. *Request for an appointment with Chilean Ambassador Cauas*. 9 de maio de 1977.

¹⁹⁹ Após meses de bom comportamento, o serviço de segurança do Chile aumentou seu ritmo de atividade (...). Nós temos uma boa quantidade de relatos independentes que nos convencem de que a DINA está por trás desta nova onda de repressão, que utiliza de detenções ilegais, torturas e vários casos de desaparecimentos. As principais vítimas parecem ser os socialistas. Departamento de Estado dos Estados Unidos. *Human Rights in Chile: Signs of Recidivism*. 18 de maio de 1977.

*El MIR, por su parte, repensó su tesis de violencia y confirmó su aplicación en el territorio nacional. Fue acordada la 'Operación Retorno', con la cual los miristas exilados y escapados tomaban la resolución de volver al país para lanzar otra vez la lucha por la caída del régimen militar con empleo de los métodos de vía violenta, de movilización social y de operación seletiva.*²⁰⁰

Ao contrário do *modus operandi* de 1975-1976, período em que a DINA prendia e praticava atos de terrorismo de Estado apenas no turno da noite, os relatos de maio de 1977 apontam para o uso de violência a luz do dia. Por este motivo, o número de pedidos de chilenos que buscavam denunciar a DINA para a Embaixada dos Estados Unidos teve seu maior ápice neste período. O padrão de tortura adotado pela DINA também foi discutido:

*Shock to the temples and genitals are the most frequent reported abuses (...). Once deactivated Cuatro Alamos is back in use. The government of Chile is now going after the remnants of the socialist party. Whatever the motivation and full scope of the current operation, it is now clear that abuses of basic human rights are again occurring in Chile.*²⁰¹

O maior dilema da administração Carter nos episódios de maio de 1977 se deu entre isolar completamente o Chile ou buscar negociar com Augusto Pinochet. O vice-presidente americano Walter Mondale recebeu o ex-presidente chileno Eduardo Frei, em Washington, para discutir os casos de violação dos direitos humanos, e garantiu que os Estados Unidos iriam denunciar quaisquer atos de atentados contra os direitos básicos.²⁰² No entanto, para o desespero de Frei, os americanos informaram que pretendiam entrar em mais uma rodada de

²⁰⁰ Governo do Chile. *Informe de la Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación*. 8 de fevereiro de 1991, Tomo 2, p. 875.

²⁰¹ Choques na tēmpora e nos genitais estão entre os abusos relatados mais frequentes (...) Cuatro Alamos (centro de tortura), desativado até pouco tempo atrás, está novamente em uso. O governo chileno agora está indo atrás dos remanescentes do partido socialista. Seja qual for a motivação e o alcance desta atual operação, agora está claro que os abusos de direitos humanos básicos estão novamente ocorrendo no Chile. CIA. Human Rights in Chile. 18 de maio de 1977.

²⁰² Além de Frei, Clodomiro Almeyda, ex-chanceler de Allende, visitou a Casa Branca e foi cortejado por Mondale e pelo corpo diplomático americano, oportunidade na qual ocorreu o pedido de desculpas formal dos Estados Unidos pela intervenção no golpe de 1973. Almeyda contou aos membros da administração Carter que nutria um sentimento de admiração pela luta do presidente americano em defesa dos direitos humanos, e garantiu que, mesmo após os meses em que foi preso e torturado pela DINA, ele estava mais disposto que nunca a lutar contra Pinochet. Departamento de Estado dos Estados Unidos. *Clodomiro Almeyda Calls on Deputy Secretary*. 28 de maio de 1977.

negociações com Pinochet, mas que desta vez só aceitariam manter créditos ao Chile com uma condição: o fechamento da DINA.²⁰³

3.1 O FECHAMENTO DA DINA

A polícia de inteligência chilena liderada por Manuel Contreras, militar treinado pelos americanos na Escola das Américas, tinha o status de intocável perante o exército e o alto escalão burocrático do governo Pinochet. Se o general argentino Ibérico Saint-Jean reclamava do governo de seu país pela desorganização da força repressiva e sugeria perseguir a oposição por etapas, o mesmo não se podia dizer do caso chileno. Conforme vimos no capítulo anterior, a DINA organizou um trabalho de limpeza ideológica desde o primeiro dia da instalação da junta militar em Santiago. O fechamento da DINA não significaria apenas o fim do serviço de inteligência chileno, mas também a queda do instrumento de repressão mais violento dentre todas as ditaduras do cone sul. Quando os americanos colocaram o alvo na DINA, sabiam de todo seu histórico e tinham noção de que Carter ganharia pontos com sua política externa dos direitos humanos ao mostrar para a comunidade internacional o primeiro caso bem-sucedido de sua pressão diplomática.

No relatório para a sétima assembleia geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), de junho de 1977, os Estados Unidos novamente mostraram-se indignados com as promessas descumpridas de Pinochet. Desta vez, além de criticar a falta de iniciativa para adotar políticas pró-direitos humanos e discursar contra a DINA, o chefe da delegação americana na OEA recomendou que Carter exigisse dos chilenos a presença de um corpo de delegados para investigar as denúncias de violações dos direitos humanos em Santiago. Na mesma data, Cauas foi informado de que a administração Carter encerraria as negociações com o Chile caso nenhuma atitude concreta fosse tomada por Pinochet nos trinta dias posteriores ao comunicado.

204

Cauas, por sua vez, conseguiu marcar um encontro entre o ministro das relações exteriores do Chile, Patricio Carvajal com Warren Christopher. Carvajal entrou na lista negra de Carter após proclamar que o Chile estava dividido entre os homens bons e os terroristas marxistas. Os documentos americanos apontam que Carvajal se orgulhava do trabalho da DINA e nunca admitiu qualquer tipo de violação aos direitos humanos cometidas pelo exército. Sobre

²⁰³ FENTON, Debra. *Implementing U.S. Human Rights Policy: Agendas, Policies, and Practices*. Nova York: US Institute of Peace Press, 2004, p. 305-7.

²⁰⁴ Embaixada dos Estados Unidos em Santiago. *Position paper*. 1 de junho de 1977.

a política externa dos direitos humanos de Carter, o ministro chileno considerava que os americanos estavam invadindo a soberania do país sul-americano ao querer opinar e orientar os rumos da política doméstica de Pinochet. Para a preparação do encontro com Carvajal, Warren recebeu um relatório no qual contava com os objetivos americanos:

*The U.S is not interested in supporting any particular political force in Chile nor in intervening in any way. However, our human rights concerns are based on international covenants. For U.S-Chilean relations to improve, the government of Chile must make progress in its observance of human rights. U.S would expect progress on the basic human rights to lead to an evolution toward a more democratic society.*²⁰⁵

No encontro entre as duas autoridades, os americanos propuseram três reformas: a primeira – e essencial – seria o fim da DINA: “*DINA is now so notorious as the government of Chile’s chief instrumento of repression that its elimination seems the only remedy*”.²⁰⁶ A segunda proposta era encerrar o estado de sítio o mais rápido possível, já que ele, na visão dos diplomatas americanos, seria o responsável pela restrição de todos os tipos de liberdade na sociedade chilena. Por fim, também entrou em pauta o sistema jurídico chileno, que não tinha poder para investigar e punir membros do exército com comprovado envolvimento em assassinatos sumários e/ou torturas.

A pressão americana surtiu efeito quando Cauas admitiu que os desaparecimentos eram “*the greatest human rights problem that Chile has*”.²⁰⁷ A negociação direta para o fechamento da DINA começou logo após a CIA interceptar uma cópia da ata de um encontro entre Generais do exército do Chile que repudiaram os atos da agência de inteligência de seu país, em maio de 1977. Apesar dos militares não reconhecerem os Estados Unidos como autoridade para tratar de direitos humanos – se apegando muito a ideia de Pinochet de que o governo Carter tinha como objetivo final a retirada do exército do poder – tal comportamento seria munição para os diplomatas americanos.

²⁰⁵ Os EUA não têm interesse em dar apoio para qualquer movimento político no Chile, ou mesmo intervir de qualquer maneira. Entretanto, nossas preocupações com os direitos humanos são baseadas em pactos internacionais. Para que ocorra uma melhora na relação EUA-Chile, o governo chileno deve mostrar sinais de progresso na questão dos direitos humanos. Os EUA esperam que o progresso nos direitos humanos básicos sirva para evoluir (o Chile) em uma sociedade mais democrática. Departamento de Estado dos Estados Unidos. *Your meeting with Patricio Carvajal*. 3 de junho de 1977.

²⁰⁶ A DINA agora é o mais importante o instrumento de repressão do governo chileno e sua eliminação parece ser o único remédio. Idem.

²⁰⁷ O principal problema que o Chile tem no campo dos direitos humanos. Departamento de Estado dos Estados Unidos. *USG Policy Regarding Disappearances in Chile*. 3 de junho de 1977.

Ainda assim, Caravajal veio a público após a OEA para discutir a relação Chile- Estados Unidos. Carter foi classificado pelo Ministro chileno como um intervencionista e afirmou que o relaxamento do presidente americano com os soviéticos decepcionou os chilenos, considerando que a esquerda – classificada por ele como terrorista – estava voltando a atuar também na Argentina, no Brasil e no Uruguai. Após citar a longa amizade que uniu o Chile e os Estados Unidos ao longo da história, Caravajal concluiu sua entrevista para citar que a diplomacia americana sepultou qualquer parceria entre os dois países – e que tudo se restringia a interesses. O Departamento de Estado repercutiu a entrevista de Caravajal e concluiu que tal situação apenas ocorreu por conta da insatisfação de Pinochet com as visitas de Almeyda e Frei à Washington.²⁰⁸ Quatro dias mais tarde, Caravajal mandou uma carta para a Casa Branca na qual pediu desculpas pelas suas declarações e se colocou à disposição para negociar com Carter, lembrando também que a imagem do Chile perante a comunidade internacional estava cada dia mais arranhada.²⁰⁹

A pressão dos EUA resultou na liberação por parte do governo chileno da visita de delegados da Cruz Vermelha à Santiago para apurar as denúncias de violações os direitos humanos. O governo de Pinochet também garantiu a entrada de uma equipe da ONU e uma da OEA tão logo a Cruz Vermelha deixasse o país. Se a decisão foi comemorada pelos diplomatas do governo Carter, já que, teoricamente, mostrava um sinal positivo de Pinochet na questão dos direitos humanos, na prática as visitas não passaram de uma grande fraude orquestrada pelo governo do Chile, considerando que: 1) os delegados não tinham liberdade para andar abertamente por Santiago; 2) os delegados não tinham autorização para entrar em prédios públicos (ou mesmo em locais de interesse como a Villa Grimaldi); e 3) não era permitido aos delegados contato direto com a população chilena. Por mais absurdo que pareça, os observadores internacionais não puderam realizar seu trabalho de forma natural. A reclamação pública das condições de trabalho, veio com a resposta de que o governo do Chile estava ciente que organizações como a Cruz Vermelha trabalharam desde o começo do regime militar contra os interesses do país, e que a privação de certas liberdades era uma prática normal e aceitável, dadas as circunstâncias.²¹⁰

²⁰⁸ Embaixada dos Estados Unidos da América em Santiago. *Foreign Minister criticizes U.S Human Rights Policy*. 10 de junho de 1977.

²⁰⁹ Casa Branca. *Apology letter from Minister Caravajal*. 14 de junho de 1977. Após a entrevista de Caravajal chegar aos diplomatas americanos, Carter analisou cortar todos empréstimos e programas humanitários do Chile ainda em 1977.

²¹⁰ No mesmo período, uma greve de fome foi organizada por vinte e seis pessoas que integravam o movimento pela busca aos desaparecidos. Iniciada na véspera da reunião da comissão de Direitos Humanos da ONU, Pinochet considerou o fato como um jogo político dos americanos para pressionar seu governo. A greve de fome acabou

A queda da DINA começou em julho de 1977, quando o Presidente da Suprema Corte do Chile, José María Eyzaguirre, decidiu que os poderes de detenção da organização eram ilegais e pediu para Pinochet reorganizar a estrutura da mesma o quanto antes. Eyzaguirre passou a manter contato com a Embaixada americana após os incidentes de maio de 1977 e demonstrou seu repúdio a polícia secreta chilena. Entre as cartas enviadas para a Embaixada de Washington, Eyzaguirre deu em primeira mão a informação de que a Pinochet estava considerando abolir a DINA após relatar uma conversa do chefe de Estado chileno com um grupo de bispos.²¹¹

A perda de prestígio perante os olhos de Eyzaguirre também pode ser explicada após a DINA retirar as acusações de um caso na qual condenava um socialista, um comunista e um democrata-cristão pela tortura de um jovem de 16 anos, filho de Carlos Veloso, líder do sindicato dos trabalhadores do Chile. O jovem deu entrevistas em que afirmava ter sido torturado e estuprado ao sair de casa em direção a sua escola. Após o jornal *Que Pasa*, um dos veículos mais conservadores e grande apoiador de Pinochet, publicar uma cronologia que desmentia por completo a história do menino, ficou comprovado que toda a trama foi feita pela DINA apenas para garantir a prisão dos três homens e não se incomodar com a comunidade internacional.²¹² Após o caso, boa parte da imprensa chilena passou a questionar, ainda que de forma discreta, a legitimidade da instituição.²¹³

O Departamento de Estado americano repercutiu as informações de Eyzaguirre e confirmou que Pinochet estava estudando reorganizar sua polícia secreta aos moldes do FBI americano e do serviço de segurança britânico. Ao mesmo tempo em que o discurso de Chacarillas (que será analisado a seguir) surpreendia os americanos, Pinochet convocou os diplomatas americanos para informar que concordou com termos de Carter e que iria fechar definitivamente a DINA. O dia 12 de agosto de 1977 marcou o final da polícia secreta chilena, e Pinochet garantiu que sua sucessora, a Central Nacional de Informaciones (CNI), não teria

após a promessa de uma investigação de oficiais chilenos sobre os desaparecidos em uma parceria com a Cruz Vermelha, o que de fato só ocorreu em 1991. Embaixada dos Estados Unidos em Santiago. *Hunger Strike ends*. 23 de junho de 1977.

²¹¹ Departamento de Estado dos Estados Unidos. *Round table conversation*. 7 de maio de 1977.

²¹² Dois dias após desmentir o caso, o editor do jornal, Jaime Martínez, denunciou que dois homens tentaram lhe sequestrar. Com a repercussão do caso, o jornal *El Mercurio* lançou um editorial em que afirmava que a intimidação da mídia era o golpe mais baixo de que um governo poderia dispor. Embaixada dos Estados Unidos em Santiago. *Pressure against DINA mounts*. 12 de julho de 1977.

²¹³ Embaixada dos Estados Unidos em Santiago. *DINA feels the Heat*. 6 de julho de 1977.

poder de prisão e que só atuaria para evitar práticas terroristas em seu país.²¹⁴ Mesmo assim, existia a preocupação dos americanos de que a CNI operasse na ilegalidade:

*In effect, DINA was a political police operating under direct control of the president. DINA personnel are simply being transferred to the new agency. It is significant that the National Information Center (CNI) will not have arrest powers. However, there is a risk of course that CNI, should it operate illegally, could become a functional equivalent of DINA. We have to wait and see.*²¹⁵

Também deve-se levar em conta que o decreto de lei 1876, responsável pela dissolução da DINA, constatou que a organização já não era necessária para o interesse nacional. Tal atitude pode ser interpretada como um indício de que Pinochet acreditava ter dizimado por completo seus opositores nas jornadas de maio de 1977, e que a CNI deveria atuar apenas para manter socialistas e comunistas longe do país, além de cooperar com os serviços de repressão de seus vizinhos.

3.2 O DISCURSO DE CHACARILLAS

No dia 9 de julho de 1977, Pinochet recebeu a homenagem de 77 jovens pelos seus serviços à pátria, em um estilo muito parecido com as comemorações da juventude hitlerista. A homenagem ao ditador, planejada durante meses, ficaria em segundo plano devido a um surpreendente discurso em que o general se posicionava aberto para uma possível transição democrática:

Hoy nos encontramos en plena etapa de recuperación, pero estimo que los progresos que en todo orden estamos alcanzando, nos llevan hacia la de transición. Durante el período que falta de la etapa de recuperación, será necesario completar la dictación de Actas Constitucionales (...) La culminación de todo este proceso de preparación y promulgación de las actas constitucionales, que continuará desarrollándose progresivamente desde

²¹⁴ Departamento de Estado dos Estados Unidos. *Chilean President Pinochet announces the abolition of DINA*. 12 de agosto de 1977.

²¹⁵ Na prática, a DINA era uma polícia política operando sob o controle direto do presidente. Os agentes da DINA estão sendo transferidos para a nova agência. É relevante que a CNI não tenha poderes de prisão. No entanto, existe o risco de que a CNI opere ilegalmente e se torne uma equivalente funcional à DINA. Nós vamos ter de esperar para ver. Embaixada dos Estados Unidos em Santiago. *GOC Officials comment on changes in DINA creation of CNI*. 13 de agosto de 1977.

*ahora, estimo que deberá en todo caso estar terminado antes del 31 de diciembre de 1980.*²¹⁶

A etapa de recuperação mencionada por Pinochet seria seguida da transição e da normalidade, ou seja, a eleição direta para presidente da república. Para justificar a recuperação, Pinochet mencionou que somente o exército poderia estar à frente de tal processo, já que o controle dos grupos marxistas que o General considerava culpados pela quebra do Chile deveria ser feita de forma rígida.²¹⁷ Na fase da transição, os civis aos poucos seriam inseridos em cargos-chaves do governo, ainda que o poder executivo permanecesse nas mãos dos militares até a normalidade.

No departamento diplomático dos EUA, a reação foi positiva. Em um relatório encaminhado à Casa Branca, os americanos consideraram o discurso de Pinochet como um fato surpreendente, e que, apesar de não oferecer explicações concretas, poderia indicar que tal posicionamento se dava perante a crescente pressão pela defesa dos direitos humanos e pela democracia.

Mas, em última instância, seria esta a explicação para a rápida mudança de pensamento do Chile de Pinochet? Se no começo da gestão Carter o general viu indícios de uma conspiração marxista para sua retirada do poder, rapidamente a pressão dos americanos para o fechamento da DINA foi acatada. Com o surpreendente discurso de Chacarillas, a ditadura chilena se colocava como a primeira do cone sul a admitir abertamente a possibilidade de uma transição democrática.

3.3 A TRANSIÇÃO DINA – CNI

Aproveitando o convite feito pela Casa Branca para todos os chefes de Estado da América Latina participar da reunião anual da OEA na capital estadunidense, Augusto Pinochet solicitou uma audiência com Carter para deixar claro que os tempos de repressão no Chile jamais voltariam. Cauas repassou esta mensagem ao setor diplomático americano junto com o

²¹⁶ Hoje nos encontramos em plena etapa de recuperação, mas acredito que os progressos que estamos alcançando em todos os campos nos levem até a transição. O culminar deste processo de preparação e aprovação de leis constitucionais, que continuam a evoluir progressivamente desde já, acredito que deva ser concluída antes de 31 de dezembro de 1980, já que a etapa de transição não deverá ser iniciada depois deste ano (1980). SANCHÉS, Gonzalo. *Chile escoge la libertad*. Santiago: Zig-Zag, 1998.

²¹⁷ A reestruturação econômica organizada pela junta teve influência direta de um grupo de economistas da Universidade de Chicago alunos de Milton Friedman e Arnold Harberger – os *Chicago Boys* - que, por sua vez, foram responsáveis pelo tutoramento de jovens economistas da PUC Chile. Para mais, ver Valdes (1995).

convite para visita de uma autoridade dos Estados Unidos à Santiago para acompanhar o trabalho dos chilenos na questão dos direitos humanos. Por conta das negociações referentes ao canal do Panamá, Warren Christopher nomeou Terence Todman como responsável pela confecção de um relatório que seria o principal instrumento de discussão na reunião entre Pinochet e Carter a partir de 1978.

Todman foi recebido por Carvajal para discutir questões econômicas e políticas. O assunto referente à inteligência nacional chilena entrou em pauta, com os americanos pedindo garantias de que a CNI não iria se tornar um novo instrumento repressivo do governo chileno, além do pedido de afastamento de Manuel Contreras do cargo de diretor geral de inteligência.²¹⁸ Outro item discutido na reunião foi a crescente possibilidade de uma guerra entre Chile e Argentina, além do pedido da Bolívia para obter um pedaço do território chileno para conseguir ter acesso ao Oceano, e a complicada relação de Pinochet com o ditador peruano Francisco Morales Bermúdez.²¹⁹

A transição da DINA para a CNI foi feita de forma mais lenta do que o desejado pelos americanos. Até outubro de 1977, não ocorreu nenhum treinamento específico para formar novos agentes de inteligência, o que aponta para uma continuidade da DINA, que também pode ser comprovada com a grande influência que Contreras exercia na nova instituição. Para o cronista cubano Rafael Berastegui, Pinochet apenas havia mudado a coleira para seus ferozes

²¹⁸ Embaixada dos Estados Unidos em Santiago. *Toadman visits Santiago*. 13 de agosto de 1977.

²¹⁹ Apesar de tais conflitos não terem relação direta com o objeto de pesquisa proposto para análise nesta dissertação, considero necessária uma breve explicação de cada ponto mencionado. A disputa entre Chile e Argentina pelas ilhas Picton, Lennox e Nueva (também conhecidas como ilhas do Beagle) começou com a chegada de Allende ao governo chileno, após Alejandro Lanusse pedir para o Reino Unido mediar um acordo sobre a soberania da região, que desde o século XIX era controlada pelos chilenos. Com a chegada de Pinochet ao poder, o Chile adotou uma posição abertamente hostil aos argentinos, não aceitando qualquer tipo de discussão para entregar o território para o país vizinho. O período turbulento das relações Argentina-Chile iniciou em 1977, com a declaração do governo argentino de que estaria planejando invadir todos os territórios citados anteriormente. Em 1978, o Papa João Paulo II interferiu na disputa e solicitou que ambos os governos aceitassem a mediação papal – que se tornou efetiva horas após as primeiras tropas argentinas cruzarem a fronteira com o Chile. ONU. *Beagle Channel Arbitration between the Republic of Argentina and the Republic of Chile, Report and Decision of the Court of Arbitration*. 1977. Disponível em <<http://goo.gl/Se89Ct>>

Para aceitar a demanda boliviana de uma saída para o oceano, Pinochet solicitou em troca uma parte do território da Bolívia proporcional as terras que seriam cedidas. A negativa do ditador Hugo Banzer também iniciou uma mediação internacional (chamada de Disputa do Atacama) para resolver a disputa que até a data de defesa deste trabalho está pendente. Ver Lizón (2011).

A problemática relação com o Peru se estendeu de 1973 até 1975 – data do Golpe de Estado que afastou do poder o ditador Juan Velasco, rival ideológico de Pinochet. Seu sucessor, Francisco Morales Bermúdez, foi criticado pelos militares chilenos por não conter a imigração ilegal, o que levou Pinochet designar uma polícia de fronteira apenas para controlar a entrada de peruanos. Além disso, existia o temor que o centenário da Guerra do Pacífico poderia desencadear um novo conflito entre os dois países por conta da disputa territorial da região do Tarapacá. Para mais sobre todos estes casos, ver Darnton (2014).

agentes continuarem na caça de comunistas e socialistas, além de citar a tentativa forçada do governo chileno de se aproximar aos Estados Unidos. No Pravda, Jimmy Carter foi acusado de construir uma política externa pró-direitos humanos baseada no falso moralismo, cercado até mesmo seu antigo aliado.²²⁰ Segundo o primeiro relatório da CIA feito para controle das práticas da CNI:

The Government of Chile cannot help but recognize that it must persuade its skeptical friends of its sincerity in dissolving DINA. As the government of Chile stated in making its announcement, DINA had 'completed the delicate mission set for it'. Should this reform prove to be no more than a change in name, the Government of Chile will stand to lose.²²¹

O esperado encontro entre Carter e Pinochet ocorreu no dia 6 de setembro de 1977, aproximadamente uma semana antes da comemoração do quarto aniversário do golpe de Estado que derrubou Allende. Na primeira parte da conversa, Pinochet pediu para Carter ajudar na mediação do conflito com a Argentina. A proposta americana consistia em um acordo de desmilitarização das fronteiras, e foi prontamente aceita pelo general chileno.²²² Na metade final do diálogo, Carter solicitou a Pinochet uma conversa franca sobre a questão dos direitos humanos no Chile, e pediu para o general responder sobre os desaparecidos e sobre as denúncias de maio de 1977. Ao analisar a ata da conversa, fica claro que a defesa de Pinochet foi argumentada a partir dos seguintes pontos: 1) O Chile nunca discordou da política externa de Carter sobre os direitos humanos. No entanto, Pinochet dizia que o presidente americano não tinha ideia do caos que o governo Allende instaurou no Chile. O golpe de 1973, para os militares, foi visto como a única solução para poder preservar os mesmos direitos humanos que Carter dizia propagar; 2) Pinochet citou que mais de 15 mil mercenários cubanos haviam sido contratados por Allende, além de encontrarem mais de 30 mil armas clandestinas soviéticas; 3) Pinochet reclamou que a imprensa americana só noticiava a morte de comunistas, não tratando sobre os soldados mortos pelo MIR; 4) os chilenos também lembraram que o governo Nixon e

²²⁰ CIA. *Cuba, URSS on Chilean Security Agency*. 17 de agosto de 1977.

²²¹ O Governo do Chile não pode deixar de reconhecer que ele deve convencer que seus céticos amigos de sua sinceridade na dissolução de DINA. Como o governo do Chile declarou, a DINA tinha 'concluído a delicada missão que foi designada a ela'. Caso fique claro que esta reforme não seja mais do que uma mudança de nome, o Governo do Chile vai ficar a perder (perante a comunidade internacional). CIA. *The DINA-CNI Transformation*. 19 de agosto de 1977.

²²² O governo argentino, no entanto, rejeitou ouvir a proposta de Carter em uma medida de retaliação ao corte de financiamento dos Estados Unidos no país, medida tomada pelo governo devido às crescentes denúncias de violação dos direitos humanos. Sobre a relação Carter – Argentina, ver Schmidli (2013).

suas medidas anticomunistas garantiram a amizade entre Chile e Estados Unidos até a chegada de Carter ao poder.

Carter replicou dizendo que a imagem do Chile perante a comunidade internacional estava manchada devido as várias denúncias de violação aos direitos humanos, algo que Pinochet não havia apresentado uma resposta concreta – fato que gerou a ira do general chileno, que afirmou ser alvo de uma perseguição de cunho marxista. Por fim, Carter sugeriu um novo envio de observadores internacionais, mas desta vez com leis estabelecidas, prometendo um padrão de análise honesto, eficiente e com o único objetivo de apresentar ao mundo um retrato concreto do Chile, desmistificando qualquer dúvida sobre o compromisso de Pinochet de não reprimir seu povo e de não fazer da CNI uma nova DINA. A rejeição de Pinochet terminou de forma abrupta as conversas. Antes de deixar Washington, o ditador chileno prometeu aos diplomatas americanos encerrar o estado de sítio no Chile no dia 11 de dezembro daquele ano, e disse que rejeitou a proposta de observadores da ONU em Santiago pois sabia do jogo político por trás da Organização.²²³

Segundo o relatório de inteligência da CIA em Santiago, o governo chileno reagiu ao encontro com Carter de maneira muito positiva, citando inclusive que esperavam uma maior atitude do presidente americano, que pareceu disposto a negociar com Pinochet desde o primeiro minuto de conversa. Como os tópicos da conversa entre Carter e Pinochet só vieram a público no começo da década de 2000, os jornais americanos apenas especularam sobre o teor da conversa. O Washington Post, por exemplo, esperava que o encontro com o ditador chileno fosse marcado pelo ultimato do presidente americano, o que não ocorreu.²²⁴

Sem nenhum tipo de ocorrência de violações dos direitos humanos, todas as negociações entre Chile e Estados Unidos de setembro a dezembro de 1977 tinham como objetivo a entrada de observadores da ONU em Santiago. Em uma carta assinada por Carter para Pinochet, o presidente americano citou:

As I noted during our conversation, human rights considerations remain the major obstacle to restoration of the traditionally close relations between the United States and Chile. I earnestly hope such friendly and close relations can gradually be reestablished between our two countries. I am convinced, however, that there will be little change without increased evidence that your government is taking steps to safeguard and promote human rights and to restore to Chile the vigorous and open democratic tradition of which all Chileans have justly been proud. I was particularly interested in your

²²³ Departamento de Estado dos Estados Unidos. *President Carter – President Pinochet Bilateral*. 7 de setembro de 1977.

²²⁴ CIA. *Pinochet meeting with President Carter*. 14 de setembro de 1977.

*indication of willingness to receive two United Nations human rights observers, provided that they visit without publicity and meet privately with you before returning to the United Nations and making their report public. I have no intention of intervening in the affairs of your country, but I believe that the interests of Chile would best be served by such a visit and the subsequent submission to world opinion of an objective report concerning the human rights situation in Chile.*²²⁵

A resposta de Pinochet, entregue aos americanos por Cauas, foi negativa por considerar que a ONU não tinha neutralidade suficiente para entrar em um território com uma equipe de delegados, e que tal proposta feria o princípio de soberania do Chile. A retórica de Pinochet é um caso interessante para análise, pois a partir dela é possível notar pela primeira vez o esgotamento dos diplomatas americanos, que passaram a recomendar para Carter a adoção de medidas restritivas ao Chile no comércio internacional como forma de retaliação. Em novembro de 1977, o Secretário Geral da ONU, Kurt Waldheim, entrou em contato com o palácio de La Moneda e deu o ultimato para a realização das visitas de delegados ao país. Também lembrou que qualquer resposta que não fosse o sim traria dúvidas quanto as declarações e medidas anunciadas por Pinochet naquele ano.²²⁶

Os diplomatas dos Estados Unidos em Santiago renovaram o pedido à Pinochet para aceitar uma comissão da ONU antes da reunião da Assembleia Geral da organização de dezembro de 1977. Caso a resposta fosse negativa, o presidente americano havia autorizado seus diplomatas a assinar a ata de resolução condenando o Chile, encabeçada pela Austrália, Áustria, Cuba, Iugoslávia, Holanda, Portugal e Suécia. O relatório preparado pela CIA antes da votação da ONU também mostra que os chilenos haviam desistido das negociações diretas com Carter, inclusive mencionando que as relações entre os dois países não voltariam a ocorrer com Carter na presidência:

²²⁵ Como eu expressei durante nossa conversa, os direitos humanos permanecem como um grande obstáculo para restaurar a tradicional relação de amizade entre os Estados Unidos com o Chile. Eu sinceramente espero que tais relações de amizade entre os nossos dois países possam se reestabelecer de forma gradual. Eu estou convencido, no entanto, de que haverá pouca mudança neste aspecto enquanto não houver evidências de que seu governo está tomando medidas para proteger e promover os direitos humanos, e também para restaurar a vigorosa tradição democrática de que todos os chilenos se orgulham. Eu estou particularmente interessado em ouvir sua disponibilidade para receber dois observadores das Nações Unidas na área dos direitos humanos, considerando que eles visitariam seu país sem publicidade e que eles também conversariam em privado com você antes de voltar para as Nações Unidas e tornam público o seu relatório. Eu não tenho nenhuma intenção de intervir nos assuntos do país, mas acredito que os interesses do Chile deveriam considerar esta visita e subsequente submissão à opinião pública mundial de um relatório objetivo sobre a situação dos direitos humanos no Chile. Casa Branca. *Letter to President Pinochet*. 31 de outubro de 1977.

²²⁶ CIA. *Chile – Waldheim negotiations*. 9 de novembro de 1977.

*President Augusto Pinochet believe that they can not trust nor have any confidence in U.S policy towards Chile because of the U.S government support for the highly critical draft resolution in the United Nations on human rights in Chile. They do not foresee any possible improvement of relations between the U.S and Chile as long as the current U.S president is in office.*²²⁷

Em meio a palavras de ordem da equipe chilena na ONU, a organização votou a favor da condenação do Chile por 96 votos contra 14. Apesar do caráter simbólico da votação, pela primeira vez a ONU utilizou artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos para condenar um regime militar do cone sul. Tal atitude deu mais legitimidade para Carter utilizar no Congresso americano a premissa de que os Estados Unidos deveriam zelar pelo cumprimento do mais importante tratado já escrito sobre direitos humanos.

Em geral, o ano de 1977 na análise da política externa dos EUA para o Chile foi dividido em dois momentos: enquanto Carter deu um voto de confiança a Pinochet – mesmo após a onda de ataques da DINA em maio -, o fechamento da polícia de repressão chilena e o anúncio do gradual retorno à democracia foram recebidos com entusiasmo em Washington. Após a criação da CNI, mesmo com o fim das práticas de terrorismo de Estado até o fim daquele ano – fato confirmado também pela Comissão da Verdade Chilena – a pressão americana deixou claro o desgaste na relação entre os dois países. Em janeiro de 1978, Pinochet respondeu à ONU com um plebiscito que continha a seguinte proposta para aceitação ou rejeição:

*Frente a la agresión internacional desatada en contra de nuestra Patria, respaldo al Presidente Pinochet en su defensa de la dignidad de Chile, y reafirmo la legitimidad del Gobierno de la República para encabezar soberanamente el proceso de institucionalidad del país.*²²⁸

Mesmo com as denúncias de maquiagem dos números, os impressionantes 78% de votos favoráveis ao general surpreendeu o Departamento de Estado americano. A agressão internacional (leia-se ONU) mencionada na questão deixava claro que qualquer nação favorável as denúncias do Secretário Geral Waldheim não podia negociar com o governo de Pinochet. O Departamento de Estado americano também repercutiu uma carta considerada ofensiva do

²²⁷ O Presidente Augusto Pinochet acredita que eles não podem acreditar ou ter qualquer confiança na política dos Estados Unidos para o Chile devido ao apoio do governo dos EUA a importante resolução nas Nações Unidas sobre os direitos humanos no Chile. Eles não veem qualquer possibilidade de melhora nas relações entre Estados Unidos e Chile enquanto o atual presidente americano estiver no poder. CIA. *Pinochet – UN resolution*. 30 de novembro de 1977.

²²⁸ Frente a agressão internacional em curso contra nossa pátria, dou meu respaldo ao Presidente Pinochet em sua defesa a dignidade do Chile, e reafirmo a legitimidade do Governo da República para encabeçar soberanamente o processo de institucionalização do país. Ver Huneuss & Martín (2000, p. 149).

Presidente chileno à autoridade da ONU, na qual Pinochet pedia respeito à soberania do Chile e a inteligência de seu povo.²²⁹

Para Carter, o ano de 1978 seria de fundamental importância para tirar a grande pulga atrás da orelha dos diplomatas que negociavam com Pinochet: o caso Orlando Letellier.

²²⁹ CIA. *Chilean mild letter to Waldheim*. 6 de janeiro de 1978.

4. CERCANDO O DITADOR

Is he (Pinochet) for real?

Cyrus Vance²³⁰

Após Pinochet rejeitar as negociações com Carter, o presidente americano também adotou uma posição mais rígida perante a ditadura chilena. Ao mesmo tempo em que o Embaixador dos Estados Unidos em Santiago considerou a vitória de Pinochet no referendo “*best accounted by the fear of the past, patriotism, information monopoly and intimidation*”²³¹, as negociações com o Chile foram postas em espera (*on hold*) até Pinochet aceitar as condições propostas pelo governo americano para a entrada de delegados da ONU. Nesta segunda etapa das relações Chile – EUA no período da administração Carter, busco discutir sobre as investigações do caso Orlando Letellier e a nova onda de terrorismo de Estado, desta vez com a CNI como agente do governo chileno.

4.1 O CASO LETELLIER

No dia 21 de setembro de 1976, o ex-diplomata do governo Allende, Orlando Letellier, dirigia-se ao trabalho junto de sua assistente, a americana Ronni Moffitt, e seu marido, Michael. Quando o veículo que transportava o chileno cruzou a movimentada Embassy Row, uma forte explosão vitimou Letellier e Moffitt.

O caso Letellier foi alvo de dois importantes trabalhos: *Assissination on Embassy Row*, escrito por John Dinges e Saul Landau e *Labyrinth*, cujo autora, Taylor Branch, trabalhou como procuradora auxiliar do governo dos Estados Unidos no caso. Ambos os livros apontam que durante os primeiros meses de investigação, o governo estadunidense direcionou suas investigações para um grupo Anti-Castro localizado em Miami, popular no FBI por conta dos registros do líder da organização, Guillermo Novo Sampol.²³² Por um motivo ainda desconhecido, o então diretor da CIA, George H.W. Bush, não viu qualquer ligação da morte de Letellier com a operação Condor.²³³ Durante os primeiros meses da gestão Carter, o FBI foi

²³⁰ Departamento de Estado dos Estados Unidos da América. *Chile Report*. 9 de agosto de 1979.

²³¹ Melhor explicada pelo medo do passado, patriotismo, monopólio da informação e intimidação. Embaixada dos Estados Unidos em Santiago do Chile. *Why Chile voted as it did*. 20 de janeiro de 1978.

²³² Durante a pesquisa de fichamento de documentos para esta dissertação, não pude deixar de notar que Guillermo Novo Sampol foi a pessoa com maior índice de documentos registrados no período de 1968 – 1999. Mais de 500 relatórios foram feitos pelo FBI para monitorar seus passos.

²³³ CIA. *Letellier and Operation Condor*. 25 de setembro de 1976.

orientado a vigiar a rede *Cuban Nationalist Movement* (CNM) em busca de indícios para colocar atrás das grades os culpados pela morte do socialista chileno em exílio e de sua assistente. O Departamento de Estado americano começou a suspeitar da participação chilena no assassinato na metade de 1977, quando o novo diretor da CIA, Stansfield Turner, ordenou uma nova investigação após comparar o *modus operandi* do atentado com a tentativa de assassinato de Carlos Prats, em 1974, e Bernardo Leighton, em 1975.²³⁴

A partir de fevereiro de 1978, os americanos começaram a desvendar as várias falhas (e omissões) que possibilitaram a entrada de dois assassinos enviados pela DINA para dar fim a vida de Letellier. A investigação concluiu que Michael Townley e Armando Larios forjaram vistos americanos no Paraguai para conseguir a entrada no país em Miami, como turistas.²³⁵ Junto com a ordem de prisão emitida pelos Estados Unidos contra Townley, cidadão americano, a administração Carter cobrou dos chilenos respostas pelo caso. Durante o mês de março de 1978, o próprio Pinochet deu declarações dizendo que nunca nenhum homem com o nome Michael Townley entrou no território chileno, mas a CIA conseguiu localizar o homem na região metropolitana de Santiago.

Mesmo com a continuidade de relatórios sobre direitos humanos no Chile por parte da CIA e do Departamento de Estado americano, nota-se que no período de fevereiro até setembro de 1978, a maior preocupação dos diplomatas estava na denúncia do caso para então desvendar as conexões chilenas da DINA que causaram a morte de Letellier e Moffitt. A Suprema Corte de Justiça dos Estados Unidos lançou um pedido de extradição a Townley tão logo soube de seu paradeiro. A resposta oficial dos representantes do governo chileno era a de que eles não entregariam o criminoso sem três garantias: a primeira era que fosse garantido ao Chile amplo e irrestrito acesso a toda a investigação, e que antes de qualquer citação pública ao general Pinochet, a Embaixada chilena nos Estados Unidos fosse avisada com antecedência. Também foi solicitado aos americanos a divulgação de todos os documentos que envolvessem os chilenos no caso e, por fim, os diplomatas do Chile em Washington solicitaram que o governo dos EUA divulgasse na imprensa que Pinochet estava disposto a trabalhar para passar a situação

²³⁴ CIA. *Comments on Operation Condor*. 18 de abril de 1977.

²³⁵ O nome dos dois envolvidos foi descoberto com a ajuda da mídia: o FBI vazou, propositalmente, a foto do visto falso dos dois homens para o jornal *The Washington Star*. Após várias ligações anônimas chegarem à embaixada dos Estados Unidos em Santiago, a Casa Branca não tinha mais nenhuma dúvida sobre a participação da DINA no caso. Para mais, ver McSherry (2012, p. 152-154).

a limpo, e que, se fossem encontrados indícios de participação de qualquer chileno na morte das duas vítimas ao atentado, os responsáveis seriam rigorosamente punidos.²³⁶

Com o sinal positivo dos diplomatas americanos, no dia 8 de abril de 1978 as autoridades chilenas colocaram Michael Townley em um avião equatoriano e o enviaram para Miami, na companhia de dois agentes do FBI. Curiosamente, o Departamento de Justiça do Chile não reconheceu a acusação de terrorismo citada pelos Estados Unidos no pedido de extradição, e o ministro da Suprema Corte chilena responsável pelo caso decidiu pela expulsão de Townley do país devido ao uso de um passaporte ilegal na entrada ao país, justificando assim o crime de falsa identidade. Ao chegar nos Estados Unidos, o terrorista foi interrogado pela CIA e pelo FBI. O primeiro relatório que chegou ao Departamento de Estado – no mês de maio – apontava a possível participação de altos escalões do governo Pinochet no atentado da cidade de Washington e questionava a capacidade do ditador em permanecer no governo:

Recent disclosures in the investigation of the murder of Orlando Letellier, former minister in the Allende government, have raised the possibility that this crime is linked to the highest levels of the Chilean Government. President Augusto Pinochet faces a potentially critical challenge to his continued leadership as the complex Letellier assassination probe continues to evolve. (...) Described by a junta member as "a Chilean Watergate", the controversy threatens to engulf the President along with intelligence and security officers. If the president's complicity is proved, it would have grave political implications, such as triggering military demands for Pinochet's resignation and compelling Chile's generals to find a successor.²³⁷

A possível renúncia de Pinochet foi levantada pela primeira vez nos Estados Unidos em dezembro de 1977, após os conflitos diplomáticos do general com a ONU.²³⁸ Um relatório feito pela Embaixada de Santiago neste período apontava para o surgimento de um crescente grupo dentro da força aérea que exigia a saída de Pinochet caso ele não se aproximasse das exigências

²³⁶ Departamento de Estado dos Estados Unidos da América. *Meeting with Chilean Minister Montero about the Letellier case*. 6 de abril de 1978.

²³⁷ As recentes descobertas na investigação do assassinato de Orlando Letellier, ex-ministro do governo Allende, têm levantado a possibilidade de que o crime esteja diretamente ligado a oficiais de alto escalão do governo chileno. O presidente Augusto Pinochet deve enfrentar um grande desafio pela sua permanência no poder, uma vez que a complexa investigação do assassinato de Letellier continua evoluindo (...) Descrito por um membro da junta militar como o 'Watergate chileno', toda essa controvérsia coloca em perigo o Presidente, junto com seu serviço de inteligência e seus oficiais. Se a cumplicidade do presidente neste caso for provada, ela trará consigo grandes implicações políticas, tais como o pedido dos militares para a renúncia de Pinochet – colocando os Generais chilenos na busca de seu sucessor. CIA. *Chile: Implications of the Letellier Case*. 1 de maio de 1978.

²³⁸ CIA. *Augusto Pinochet*. 3 de dezembro de 1977.

da comunidade internacional. O medo pelo corte de relações com os Estados Unidos e possíveis sanções econômicas também foi lembrado.²³⁹

A investigação do caso Orlando Letellier tornar-se-ia na maior responsável pelo afastamento definitivo de Jimmy Carter e Pinochet. O presidente americano acreditava que o general chileno tinha conhecimento de que sua polícia de inteligência esteve envolvida no atentado, e queria tirar o Chile do foco das investigações ao se colocar disposto a cooperar com as investigações, o que, de fato, não ocorreu. O Departamento de Estado americano reconheceu, pela primeira vez em público, que Manuel Contreras, ex-diretor da DINA, comandou uma grande operação para eliminar Letellier, uma vez que considerava perigosa a aproximação do socialista chileno com partidários de Fidel Castro em Cuba.²⁴⁰ Em maio de 1978, oficiais do Departamento de Justiça dos Estados Unidos foram até Santiago para se reunir com a cúpula do governo chileno para levar Contreras a julgamento em uma corte americana. A negativa chilena e a expulsão dos agentes americanos do país levaram a CIA a compilar um relatório sobre o andamento das investigações. Para o órgão de inteligência, a estratégia de Pinochet em defender Contreras não poderia ser considerada uma surpresa, já que o ditador chileno necessitava do poder político do ex-diretor da DINA para se manter no poder. Entre outros apontamentos, chamo a atenção para o reconhecimento por parte da CIA de que qualquer pedido para levar Contreras aos Estados Unidos seria prontamente negado pelo governo, já que, segundo a CIA, existia uma campanha nacionalista em progresso para impedir que a Suprema Corte do Chile julgasse qualquer caso contra os interesses de Pinochet.²⁴¹

Para evitar as mesmas sanções econômicas sofridas pela Argentina e pelo Uruguai, Pinochet foi orientado por demais membros do exército a acatar a entrada de delegados da ONU para monitorar os direitos humanos, aproveitando do momento favorável que vivia o país, já que os grupos de esquerda haviam sido desmantelados e a CNI ainda não parecia com disposição para seguir o mesmo rumo da DINA, que virou discussão nos jornais do mundo inteiro.

Em junho de 1978, Pinochet afastou-se definitivamente de Contreras e realizou uma reestruturação na CNI para remover agentes de segurança ligados ao ex-chefe da inteligência chilena. O comportamento, no entanto, causou a fúria de parte das forças armadas que se posicionaram a favor do legado da DINA. No encontro anual de Embaixadores situados em Santiago, Landau descreveu seus 20 minutos com o Ditador chileno:

²³⁹ Departamento de Estado dos Estados Unidos da América. *Air Force against Pinochet*. 19 de dezembro de 1977.

²⁴⁰ Departamento de Estado dos Estados Unidos da América. *Letellier Case*. 12 de abril de 1978.

²⁴¹ CIA. *Strategy of the Chilean government in the Letellier Case*. 23 de junho de 1978.

*Pinochet, who normally drinks very little, had two scoths and sodas. His face grew redder and redder as he talked to me. At the end, he was somewhat aggressive. He appeared a deeply troubled man and his concern that he might be replaced by other military officers seems to be foremost in his mind.*²⁴²

Após Landau voltar aos Estados Unidos para discutir a questão chilena com Zbigniew Brzezinski, o diplomata americano garantiu que a queda de Pinochet seria questão de tempo, já que suas conversas com os militares haviam revelado a total insatisfação da forma que a imagem do país estava sendo manchada perante a comunidade internacional.²⁴³ O jogo político por trás da permanência de Pinochet no poder foi feito em duas frentes: para agradar os oficiais da força aérea, os mais descontentes com seu governo e dispostos a dar um contragolpe, Augusto Pinochet deu garantias de que seu país não se voltaria contra Jimmy Carter. E para satisfazer a massa descontente com a demissão de Contreras, um informante da CIA relatou um pacto entre o general e o ex-chefe da DINA.²⁴⁴

Manuel Contreras tinha indícios documentais que comprovavam a participação de Pinochet no assassinato de Letellier. Para evitar ser apenas um bode expiatório, ele organizou uma grande operação para deixar os documentos em mãos “amigáveis”, no caso de uma possível detenção. Segundo relatório da CIA:

*All the government documents pertaining to the Letellier-Moffitt assassinations in Washington, in 1976, as well as the killing of Pinochet's predecessor as Army leader, general Carlos Prats, and his wife in Buenos Aires, and the attempt on the life of regime opponent Bernardo Leighton in Rome, 1975, were removed by Contreras from DINA archives. According to our sources, Contreras made two copies of each document, forwarding one to Germany and one to Paraguay for safe keeping while retaining the original under his control, in storage, in the south of Chile.*²⁴⁵

²⁴² Pinochet, que normalmente bebe pouco, tomou dois uísques e sodas. Sua cara ficou cada vez mais vermelha, na medida em que ele falava comigo. No fim, ele foi um pouco agressivo. Ele me pareceu um homem com vários problemas e sua maior preocupação é de que possa ser substituído por outros oficiais das forças armadas, algo que parece tomar conta de sua cabeça. Embaixada dos Estados Unidos em Santiago do Chile. *Landau meeting with Pinochet*. 23 de junho de 1978.

²⁴³ Departamento de Estado dos Estados Unidos da América. The Chilean Situation. 1 de julho de 1978.

²⁴⁴ CIA. *Criticism of Pinochet*. 23 de março de 1978.

²⁴⁵ Todos os documentos pertencentes ao caso dos assassinatos de Letellier e Moffitt, em Washington, em 1976, bem como todos aqueles referentes ao assassinato do antecessor de Pinochet no comando do Exército, general Carlos Prats e de sua mulher, em Buenos Aires, e o atentado contra a vida do opositor do regime, Bernardo Leighton, em Rome – 1975 – foram removidos dos arquivos da DINA por Contreras. De acordo com nossas fontes, Contreras fez duas cópias de cada documento, enviando uma para a Alemanha e a outra para o Paraguai como medida de precaução, além de ficar com a cópia original sob seu controle, em um arquivo, no sul do Chile. CIA. Contreras/Dina Files (Contreras Tentacles). 29 de abril de 1978.

A partir disto, uma negociação entre Pinochet e Contreras estendeu-se por dois meses: o ditador deveria dar sua palavra de que não entregaria o homem que outrora era seu maior aliado político para os Estados Unidos. E Contreras garantiria que o nome de Pinochet não seria citado nas investigações organizadas pela Suprema Corte chilena.²⁴⁶ O general também adicionou no acordo a Lei de Anistia, que perdoaria qualquer crime cometido entre 11 de setembro de 1973 até 10 de março de 1978.²⁴⁷

Pinochet designou o general Hector Orozco para atuar como o observador do Chile nos depoimentos de Townley e como responsável pela investigação da participação de Contreras no atentado. Quando Townley citou Contreras como o organizador do esquema, a estratégia chilena mudou: estava claro que o ex-diretor da DINA não escaparia da prisão, mas Pinochet decidiu pela reclusão domiciliar após Contreras admitir que havia enviado Townley e mais dois agentes para os Estados Unidos para investigar Letellier, mas sem a intenção de matar o diplomata, o que agradou tanto aos partidários do chefe da DINA quanto aos oficiais da força aérea que queriam uma atitude do governo chileno neste caso.

O pedido oficial de extradição por parte dos Estados Unidos chegou em Santiago no final do mês de agosto de 1978. No entanto, a CIA já havia alertado à Casa Branca que seria praticamente impossível levar Contreras aos EUA por conta do pacto (e chantagem) feito com Pinochet.

*Contreras admitted his culpability, but threatened to claim that he was acting on orders from Pinochet in the event he was prosecuted. Contreras claimed he had safely secreted documentation to support his claim. This blackmail threat worked. Orozco was obviously given orders by Pinochet to accept Contreras cover story.*²⁴⁸

Todos os demais agentes da DINA envolvidos no caso Letellier também receberam ordens diretas de Pinochet para permanecerem calados e não prestar depoimentos diretamente para as autoridades americanas. Com o apoio da Suprema Corte, o governo do Chile pronunciou

²⁴⁶ KORNBLUH, Peter. *The Pinochet File: A Declassified Dossier on Atrocity and Accountability*. Nova York: The New Press, 2013, p; 397-400.

²⁴⁷ STERN, Steve. *Reckoning with Pinochet: The Memory Question in Democratic Chile, 1989–2006*. Durham: Duke University Press, 2010, p. 138.

²⁴⁸ Contreras admitiu sua culpa, mas ameaçou dizer que ele estava agindo sob as ordens de Pinochet, no caso dele ser indiciado. Contreras disse que ele guardou cópias de documentos para provar sua fala. Esta chantagem funcionou. Orozco obviamente recebeu ordens de Pinochet para aceitar a história falsa de Contreras. CIA. *Contreras/Pinochet*. 23 de agosto de 1978.

em setembro que nenhuma outra medida seria tomada contra a DINA e seus agentes, já que eles se enquadrariam na Lei da Anistia.

O desfecho do caso Orlando Letellier também marcou o rompimento do chefe da Força Aérea, Gustavo Leigh, com o regime. Apesar de Leigh ser um dos maiores defensores do terrorismo de Estado – citando, por exemplo, que a função da Junta Militar era “*extirpar el cáncer marxista hasta las últimas consecuencias*”²⁴⁹, Pinochet demitiu a ele a todos seus seguidores dentro das forças aéreas por conta do medo de ser vítima de um complô para o derrubar do poder. Além da discordância do posicionamento do ditador perante as investigações de Letellier, Leigh era o principal crítico dos Chicago Boys em solo chileno, já que defendia uma economia mista (livre mercado, mas com forte controle do Estado na entrada de importados e especulação monetária).²⁵⁰

4.2 A NOVA ONDA DE TERRORISMO DE ESTADO

Como mostrei até aqui, o ano de 1978 foi delicado para Pinochet. Para evitar as sanções dos Estados Unidos e, ao mesmo tempo, ficar longe da pressão de oficiais descontentes por conta do caso Letellier, o general optou por deixar a CNI de lado, ocupando um papel secundário.

Com a condenação internacional do caso Letellier, os militares permitiram a entrada dos delegados da ONU para verificação da situação dos direitos humanos no Chile, em julho de 1978. O relatório inconclusivo da Organização deixava claro para a diplomacia americana que os chilenos trataram a visita da delegação como um evento para promover Pinochet.²⁵¹

A partir de setembro de 1978, a CNI começou a orquestrar a nova onda de terrorismo de Estado no Chile. Os relatos começaram a ser divulgados nos Estados Unidos justamente após a saída da delegação da ONU no Chile, o que mostra o compromisso do governo militar em tentar manipular a opinião pública de seu país. Foi a própria ONU, no entanto, que fez a denúncia formal sobre os assassinatos e torturas que estariam ocorrendo na região metropolitana

²⁴⁹ HUNEEUS, Carlos; MARTÍN, Jorgelina. *El Régimen de Pinochet*. Santiago: Sudamericana, 2000, p. 99.

²⁵⁰ Ensalaco (2010, p. 130) ainda oferece mais um motivo para o rompimento. Leigh foi a principal voz contra a ideia de retornar a fazer uma transição lenta à democracia.

²⁵¹ Além de ter reestruturado as casas de tortura, o governo chileno fez questão de publicar no jornal *El Mercurio* a chegada dos delegados da ONU na primeira página do jornal. No acordo original com os Estados Unidos, ambos os governos deveriam garantir a privacidade da missão para proteger a integridade física dos estrangeiros, fato descumprido na medida em que o Chile utilizou a grande mídia para explorar a imagem da ONU e autoproclamar como o primeiro governo a receber de bom grado uma delegação específica para direitos humanos. Para mais, ver Cavallo (1990, p. 221- 224).

de Santiago. O um relatório assinado pelo jurista Niall McDermott, representante da Comissão Internacional de Direitos Humanos, relata o resgate de três corpos que foram encontrados em uma vala localizada a cem quilômetros de Santiago. Duas pessoas estavam com marcas brutais de tortura, e seus dedos foram arrancados para evitar a identificação das digitais.²⁵² Tal relato fez a Anistia Internacional abrir um novo processo contra o Chile por violações aos direitos humanos internacionalmente reconhecidos.²⁵³

A série de assassinatos de setembro de 1978 foi confirmada pela CIA após um grupo de ativistas de direitos humanos ligados à ONU descobrir trinta corpos em estado severo de decomposição. O governo do Chile defendeu-se das acusações citando que grupos marxistas organizaram uma grande armação ao violar corpos de cemitérios e criar uma grande vala aberta para chamar a atenção da mídia. A Vicaría de la Solidaridad, principal instituição católica contra o regime de Pinochet, sofreu ameaças do governo ao divulgar que os mortos poderiam ser membros do MIR envolvidos na Operação Retorno.²⁵⁴

A Assembleia Geral da ONU de 1978 decidiu criar um fundo de ajuda para auxiliar as vítimas e familiares envolvidos na violação dos direitos humanos por parte do governo chileno. O relatório proposto para publicação no 20 de dezembro, que traria elogios aos avanços do governo Pinochet na área dos direitos humanos, foi atualizado para contemplar as denúncias da nova onda de terrorismo de Estado no Chile. Ainda foram feitas uma série de recomendações: o fim do estado de emergência, que, segundo a ONU, dava poderes para os oficiais da CNI violarem dos direitos humanos e ficarem impunes; a reestruturação da unidade democrática chilena, com eleições diretas para presidente da república; a garantia ao habeas corpus; o fim do poder de detenção pelos serviços de inteligência – algo que foi respeitado pela CNI desde sua criação até setembro de 1978, como forma de agradar os diplomatas americano; e, por fim, a garantia de anistia para todos os chilenos que foram deportados ou que fugiram para o exterior. Apesar de não recomendar nenhuma punição ao Chile, o relatório deixava clara a posição da

²⁵² Embaixada dos Estados Unidos em Santiago do Chile. *Further Assassinations in Chile*. 30 de novembro de 1978.

²⁵³ Dentre as várias revelações do relatório produzido pela Anistia Internacional, destaco a que mais me chamou a atenção: todos os torturados entrevistados citaram que o torturador do local era um brasileiro com sotaque carregado. Seguindo o exposto pela Comissão da Verdade chilena, este é um exemplo de que a cooperação entre as forças de inteligência das ditaduras estava em seu auge. Embaixada dos Estados Unidos em Santiago do Chile. *Amnesty International VS. Colonia Dignidad*. 18 de outubro de 1978.

²⁵⁴ CIA. *GOC/Bishops fire*. 11 de novembro de 1978. Para mais sobre a Vicaría de la Solidaridad, ver: Fernández (1996).

entidade contra a ditadura. Assim como em 1977, a redação final foi recebida com protestos dos diplomatas chilenos.²⁵⁵

A administração Carter mandou um ofício para a Suprema Corte chilena pedindo a reconsideração do caso Letellier, em dezembro de 1978, requisitando que o princípio de imparcialidade fosse devidamente respeitado, já que estava claro que Pinochet utilizou seu capital político para proteger Manuel Contreras e de seus agentes. Apesar de Santiago concordar com o pedido, a decisão final, de maio de 1979 surpreendeu a Casa Branca, após Israel Montero, Presidente da Suprema Corte chilena, acusar o governo Carter de ter comprado uma confissão de Michael Townley para desestabilizar a soberania política do Chile.

Com este afronte vindo de Santiago, pela primeira vez desde o início de seu governo, a oposição a Jimmy Carter pode ser notada dentro de seu próprio partido. Além dos problemas internos decorrentes da crise de energia, da alta taxa de inflação e do crescente desemprego, a falta de iniciativa da Casa Branca no caso chileno se tornou uma arma para seus adversários políticos. O senador Edward Kennedy mostrou-se chocado com passividade do presidente americano no Chile, pedindo a seus colegas de Congresso uma atitude urgente. Se a Câmara americana esperou dois anos pelos resultados da política externa dos direitos humanos baseada no diálogo surtir efeito – optando por respeitar o presidente e não interferir diretamente no Chile – aos poucos ficava cada vez mais claro que Pinochet jamais aceitaria seguir as regras impostas pelos Estados Unidos. Além do desfecho negativo do caso Orlando Letellier para os americanos, os crescentes relatos de assassinatos, torturas e mutilações feitos pela CNI a partir do último trimestre de 1978 deixava claro para os diplomatas, para o Congresso e para a Casa Branca que apenas restava um recurso na manga: as sanções econômicas.

4.3 DENUNCIANDO O DITADOR

Neste subcapítulo busco abordar sobre as impostas pelo presidente Jimmy Carter ao governo de Augusto Pinochet. Para atingir tal objetivo, além das documentações do Departamento de Estado dos EUA, da CIA, e os relatórios liberados pela Comissão da Verdade do Chile, um outro documento se faz necessário: a reunião do Congresso americano para discutir sobre o caso chileno, ocorrida em 1981 a pedido do recém-eleito Ronald Reagan. As noventa páginas relatam as brigas entre democratas e republicanos, e nos mostram números,

²⁵⁵ ONU. *Resolutions adopted by the General Assembly during its Thirty-Third Session*. 33/175. 20 de dezembro de 1978.

dados e indicadores econômicos que não são contemplados em nenhuma das coleções documentais anteriormente citadas.²⁵⁶

Vários autores já trataram sobre a validade das sanções feitas a partir dos Estados Unidos. Após o final da Guerra Fria, a diplomacia americana optou por efetuar bloqueios e penalizar aos países que desrespeitavam acordos ou que apenas eram adversários ideológicos. Apesar de acadêmicos como Selden²⁵⁷, Martin²⁵⁸ e Oseieja²⁵⁹ questionarem a validade de tal recurso ao apontarem que a possibilidade das sanções não funcionarem da forma como planejada é muito alta, tal ferramenta ainda é muito atraente e frequentemente utilizada pela Casa Branca.

As sanções – predominantemente econômicas – também podem ocorrer no campo político e militar. Haass considera que as sanções diplomáticas impostas pelos Estados Unidos são vistas como a última ferramenta para tentar conseguir uma mudança no país penalizado, seja na economia ou para buscar melhorias políticas (sempre com o argumento da democracia à americana), melhorias nos direitos humanos (como no caso chileno aqui analisado), combate ao terrorismo ou para evitar a proliferação de armas.²⁶⁰

O apoio às sanções econômicas pode ser notado em várias áreas da sociedade americana. A Liga de Bispos dos Estados Unidos, por exemplo, recomenda o governo adotar tais práticas, já que “*sanctions can offer a nonmilitary alternative to the terrible options of war or indifference when confronted with aggression or injustice.*”²⁶¹

Ao chegar à Casa Branca, Jimmy Carter tentou colocar em prática o que chamava de “vocação para mediação”. Em um dos relatórios do Departamento de Estado sobre as violações dos direitos humanos na América Latina, a questão das sanções foi tratada da seguinte maneira:

Finding positive and creative ways to encourage governments to respect human rights is far better than penalizing them for poor performance. But

²⁵⁶ Congresso dos Estados Unidos da América. *U.S. Economic Sanctions against Chile*. Reunião da 97ª legislatura. 11 de março de 1981.

²⁵⁷ SELDEN, Zachary. *Economic Sanctions as Instruments of American Foreign Policy*. Santa Barbara: Greenwood Publishing Group, 1999.

²⁵⁸ MARTIN, Lisa. *Coercive Cooperation: Explaining Multilateral Economic Sanctions*. Princeton: Princeton University Press, 1993.

²⁵⁹ OSEIEJA, Helen. *Economic Sanctions as an Instrument of U.S. Foreign Policy*. Nova York: Universal-Publishers, 2005.

²⁶⁰ HAASS, Richard. *Economic Sanctions and American Diplomacy*. Washington: Council on Foreign Relations, 1998.

²⁶¹ As sanções podem oferecer uma alternativa não-militar à terrível opção da guerra ou a indiferença quando confrontados com agressões e injustiças. Idem, p.2.

*when improvements do no ensue, the government must understand that there are costs to continued repression.*²⁶²

O que é interessante para análise, são o uso das palavras “positivas” e “criativas” no discurso citado acima. Quando os Estados Unidos decidiram cortar as relações com o Chile após o desfecho do caso Letellier e as novas denúncias de terrorismo de Estado, podemos refletir até que ponto os americanos seguiram estas práticas. A maior falha da política externa dos direitos humanos para o Chile foi a exagerada confiança parte dos americanos em seu poder de negociação através da pressão diplomática, sendo que esta, por sua vez, não tinha um rumo bem definido. Um exemplo disso é o encontro entre Carter e Pinochet, tratado no terceiro capítulo: quando se esperava uma postura firme do presidente americano para pedir o fim da repressão no Chile, Carter apenas fez questão de frisar a necessidade do papel dos delegados da ONU. Uma postura semelhante também pôde ser observada na visita do presidente americano ao Brasil, em 1978, ocasião em que Carter optou por não criticar diretamente o governo de Ernesto Geisel.

Afinal, quais as medidas positivas e criativas criadas pela administração democrata entre os anos de 1977 e 1978 no Chile? A Comissão Interamericana dos Direitos Humanos, que deveria ser o órgão fiscalizador mais importante no continente, aos poucos perdeu sua importância na medida que os governos ditatoriais do continente americano passaram a acusar a politização do órgão. O Chile, por exemplo, considerava que a indicação de Patricia Derian para presidir a investigação de abusos dos direitos humanos na Argentina e no Uruguai era apenas uma forma criada pela ONU para desestabilizar a soberania territorial usando a figura dos Estados Unidos – que Pinochet considerava que jamais poderia presidir nada relacionado a direitos humanos após as denúncias dos tempos da Guerra do Vietnã. Fora o fracasso desta comissão, os diplomatas seguiram à risca o que faziam em Rodésia ou na Coréia do Sul: dizer aos governos que o presidente americano iria cortar recursos e financiamentos caso não houvessem melhorias.

Sem dúvida alguma o fechamento da DINA foi a vitória política mais importante de Jimmy Carter no Chile. No entanto, ao analisar a documentação diplomática fica claro que os americanos entraram em uma grande zona de conforto ao pensar que os atos de terrorismo de

²⁶² Encontrar maneiras positivas e criativas para encorajar os governos a respeitar os direitos humanos é muito melhor do que penalizar eles por conta de seus históricos ruins. Mas quando os avanços não ficarem claros, os governos devem entender que existem custos para arcar com o uso da repressão continua. Departamento de Estado dos Estados Unidos da América. *The Human Right Issue*. 30 de março de 1977.

Estado jamais voltariam a acontecer pelo fato da nova polícia de inteligência não ter o poder de sua antecessora.

Após o rompimento definitivo de Carter e Pinochet, o presidente dos EUA voltou-se para o Congresso nacional para pedir a aplicação imediata de sanções no Chile. Tal fato torna-se ainda mais relevante a partir do momento em que fica claro a transição da administração democrata, que deixou de adotar um padrão conciliador para colocar em jogo o que Muravichik considera ser um padrão punitivo.²⁶³ Todas as normas criadas para a defesa dos direitos humanos pelo Congresso escolhido na primeira eleição pós-Watergate, discutido no primeiro capítulo, foram adotadas por Carter apenas em casos onde o Departamento de Estado considerava que os governos não colaborariam com os Estados Unidos e/ou com a ONU na investigação das violações de direitos humanos. Certamente este não era o objetivo do congressista Tom Harkin, por exemplo, ao criar uma lei que proibia os americanos de manter qualquer tipo de financiamento privado para ditaduras que atingissem as liberdades garantidas na Declaração dos Direitos Humanos da ONU. Somente após a lição tirada do caso Orlando Letellier, Carter passou a usar as sanções como um instrumento recorrente em sua política externa, algo comum nas gestões anteriores. A única diferença é que ao invés delas terem direcionamento unicamente aos países comunistas, agora também eram aplicadas nos países que violassem direitos humanos.²⁶⁴

No dia 11 de outubro de 1979, um relatório prévio organizado por Cyrus Vance foi apresentado ao presidente americano para levar adiante as sanções econômicas no Chile.²⁶⁵ Este documento – o mais importante para a análise das medidas tomadas pelos Estados Unidos – enumera os sete passos tomados pelos americanos para se distanciar do Chile. A seguir, proponho a discussão de cada um destes tópicos.

A primeira medida tomada pela administração Carter foi reduzir drasticamente a missão diplomática chilena. A Embaixada de Santiago foi ocupada de 1 de outubro de 1979 até a posse de Ronald Reagan por apenas três americanos, frente a um corpo seis vezes maior no período anterior. Isto pode ser notado, por exemplo, na quantidade de relatórios feitos para o Departamento de Estado: em 1977, a Embaixada dos EUA no Chile produziu cerca de 354 documentos sobre os mais diversos assuntos que envolviam o Chile. No ano de 1979, a

²⁶³ MURAVCHIK, Joshua. *The Uncertain Crusade*. Lanham: Hamilton Press, 1986, p. 162.

²⁶⁴ As sanções a União Soviética só entraram em prática em 1979, após a invasão ao Afeganistão. Para mais, ver Skidmore (1996)

²⁶⁵ Departamento de Defesa. *Chile Options Paper*. Produção conjunta com o Departamento de Estado. 11 de outubro de 1979

produção caiu para apenas 34 arquivos. Desde a posse de Carter, a missão diplomática americana tinha como principal objetivo orientar Washington sobre como lidar com Pinochet – algo que também ficou de lado, já que os relatórios sobre as violações de direitos humanos apenas contemplavam relatos recebidos por denúncias anônimas. A partir de outubro de 1979 os americanos deixaram de lado toda a base teórica de sua nova política externa, baseada no diálogo, e abdicaram do papel de fiscal da questão chilena para a Anistia Internacional e para a ONU. Após ser chamado três vezes à Washington para mostrar ao governo chileno o descontentamento com as investigações do caso Letellier e a nova onda de abusos da CNI, George W. Landau sugeriu à Jimmy Carter fechar definitivamente o posto diplomático de Santiago até que Pinochet deixasse de lado as práticas terroristas que assombravam o mundo ocidental.²⁶⁶ Vance, por outro lado, considerava que o término poderia ser prejudicial aos americanos:

I also believe that we should make a reduction in the size of our mission in Chile as a concrete indication of our displeasure. I am prepared to make such reductions in the State Department component of the Mission staff, and I will shortly be submitting to you a proposal for personnel reductions by other agencies operating in Chile. No further diplomatic steps are possible at this time as recalling Ambassador Landau permanently or breaking relations – neither which I recommend.²⁶⁷

Apesar da retirada dos Embaixadores de países que não mantivessem boas relações com os Estados Unidos ser um procedimento diplomático comum no contexto da Guerra Fria, a possibilidade de retirar Landau do Chile foi considerada pela Casa Branca. Mesmo após Carter ter aprovado a recomendação de Vance para permitir a redução da missão diplomática em Santiago, duas são as razões para explicar a permanência do Embaixador: a primeira diz respeito a produção de cobre, principal produto de exportação do Chile e que tinha monopólio estadunidense até o confisco da mina de Chuquicamata por Salvador Allende, que resultou em uma multa de 250 milhões de dólares ao governo americano e a Anaconda Cooper: após a chegada de Pinochet ao poder, a administração Nixon renegociou um contrato de prioridade para o envio de cobre para os Estados Unidos, que deveria ser respeitado por dez anos a partir

²⁶⁶ Departamento de Estado dos Estados Unidos da América. *Landau to President Carter*. 11 de janeiro de 1980.

²⁶⁷ Eu também acredito que nós devemos reduzir o tamanho de nossa missão no Chile como uma indicação concreta de nosso descontentamento. Eu estou preparado para fazer tais recomendações ao pessoal do Departamento de Estado encarregado pela missão, e eu vou submeter em breve para você uma proposta para a redução de pessoal em outras agências que operam no Chile. Nenhuma outra atitude diplomática é possível neste momento, como chamar de volta permanentemente o Embaixador Landau ou cortar relações – não recomendo nenhuma das duas. *Idem*.

de 1974 sob pena de uma multa de mais de dezenas de milhões de dólares para o descumprimento de qualquer um dos lados. O segundo motivo para evitar o rompimento total de Carter com o Chile pode ser explicado a partir desta difícil negociação que envolvia o cobre já que, como contrapartida, Nixon ofereceu ao Exército chileno a venda de munições e armas com taxas mínimas de juro – até o dia 1 de janeiro de 1980. Se os Estados Unidos rompessem a parceria com os chilenos antes desta data, também existia uma cláusula de indenização.

Este programa para a venda de armas para o Chile foi organizado a pedido de Henry Kissinger para o Departamento de Defesa como parte do programa Foreign Military Sales, assinado em 1968 pelo presidente Johnson. Os chilenos garantiram crédito junto aos americanos justificando, em 1974, a necessidade de evitar um novo governo comunista com ideologia guevarista na América do Sul. Apesar de todas as tentativas do Congresso em tentar passar leis para evitar a venda de armas para países que violassem os direitos humanos, discutidas no segundo capítulo, o contrato com o Chile foi celebrado através do Defense Contract Management Agency (DCMA), o que garantia ao poder executivo a decisão de romper ou não as vendas. Após a chegada de Carter ao poder, os Estados Unidos diminuíram as vendas para o Chile, mas ficaram atrelados a uma cláusula que garantia aos chilenos a oferta mínima de sete milhões de dólares em armas por ano.

A segunda recomendação de Vance para o Chile era justamente o corte da chamada FMS Pipeline – a venda de armas para o exército do Chile. Segundo aponta o secretário de Estado, Cyrus Vance:

I propose to terminate the pipeline in an orderly fashion, and to attempt to minimize any termination costs that might require a Congressional appropriation. However, I believe we should complete the termination of the pipeline by January 1, 1980, even if that does entail some minimal termination costs.²⁶⁸

Outros relatórios do Departamento de Estado revelam as vendas que a administração Carter fazia para o Chile: para as forças aéreas, os americanos enviavam peças de reposição para os problemáticos caças supersônicos F-5E/F Tiger II, que exigiam constante manutenção – algo que os chilenos não realizavam. Em outubro de 1979, o Departamento de Estado apontou que dos dezoito F-5E estacionados no Chile, a maioria não tinha condições de voar por conta

²⁶⁸ Eu proponho terminar com o programa de uma maneira bastante correta, até mesmo para minimizar quaisquer custos adicionais de rompimento de contrato que podem pedir uma aprovação do Congresso. No entanto, eu acredito que o programa deve acabar até o dia 1 de janeiro de 1980, mesmo se isto incluir algum custo mínimo para o rompimento do contrato.

da falta de itens de reposição e treinamento de mecânicos especializados. Com o término dos repasses dos Estados Unidos, o Chile não tinha nenhuma outra opção senão evitar o uso destes caças, já que toda a produção e distribuição de peças era feita em território americano.²⁶⁹ Para o exército chileno, o governo de Jimmy Carter cortou ao máximo a reposição de armas de fogo, mas, por conta das cláusulas abordadas anteriormente, viu-se obrigado a enviar anualmente munição para os canhões sem recuo, que Pinochet considerava sua carta na manga em uma possível guerra contra o Peru. Com o fim da FMS Pipeline, os chilenos também não tinham outra opção para negócio, já que os americanos eram os responsáveis por controlar o mercado desta arma antitanque.²⁷⁰ A marinha chilena, no entanto, concentrava os principais recursos que vinham dos Estados Unidos, com acordos para estoque de peças para reposição de cargueiros e demais navios da frota. Os americanos consideravam que o bloqueio da FMS que seria implementado no primeiro dia de 1980 enfraqueceria muito o Chile perante seus vizinhos, já que a disputa do Canal de Beagle com a Argentina ainda parecia possível.²⁷¹

O encerramento da venda de armamentos para o Chile também significava o fim da missão do Military Assistance Advisory Group que atuava em Santiago. Desde o golpe de 1973, os americanos enviavam anualmente quatro militares (referenciados na documentação como MilGroup - grupo militar) para acompanhar o destino das cargas enviadas pelos Estados Unidos, além de serem os responsáveis diretos pela intermediação de acordos militares entre os países. Eles tinham posição privilegiada na Embaixada dos EUA no Chile e gozavam dos mesmos direitos do Embaixador. Para a Casa Branca, a retirada deste grupo do Chile significava que a administração Carter não teria mais nenhum interesse em negociar com o exército ou qualquer outra autoridade militar delegada por Pinochet.²⁷²

Outra sanção militar aplicada pelos Estados Unidos foi a proibição do Chile participar do UNITAS, uma série de exercícios navais que era realizada anualmente entre todas as nações parceiras dos americanos. Esta foi à medida que teve o maior descontentamento dos chilenos, já que esta oportunidade era vista pela marinha como a grande chance de intercâmbio com técnicos de outros países que eram vitais para tirar dúvidas e orientar sobre o funcionamento de novos aparelhos. O líder da marinha chilena, José Toribio Merino, acusou Carter de não saber comandar sua nação e lembrou que, em 1971, os Estados Unidos também haviam excluído o Chile dos exercícios por conta do governo comunista de Salvador Allende.²⁷³

²⁶⁹ Departamento de Estado dos Estados Unidos da América. *FMS Pipeline to Chile*. 9 de outubro de 1979.

²⁷⁰ Departamento de Estado dos Estados Unidos da América. *FMS Pipeline to Chile*. 9 de outubro de 1979.

²⁷¹ Idem.

²⁷² Cyrus Vance Archives (Carter Presidential Library). *Memorandum for the President*. 19 de outubro de 1979.

²⁷³ Departamento de Estado dos Estados Unidos da América. *Chile reactions to exclusion*. 18 de junho de 1980.

Ainda na questão militar, outra medida foi estudada pela administração Carter, mas acabou vetada pelo presidente antes da assinatura final da lei das sanções: o fim das licenças de exportação para as forças armadas chilenas. Por conta dos tratados internacionais de armamentos, o exército chileno, mesmo sem contar com a parceria dos Estados Unidos, poderia procurar nações europeias para comprar munições para suas armas. A proibição das licenças de exportação significaria que nenhum outro país poderia celebrar acordos de venda de armas e munições provenientes dos Estados Unidos para o Chile, sob pena de embargo militar por parte dos americanos. O Departamento de Estado convenceu Carter de que esta medida poderia afetar milhares de itens de consumo que o Chile importava dos Estados Unidos, além de acarretar em um longo processo na Corte Internacional, no qual os EUA provavelmente perderiam e arcariam com altos custos de reparação.²⁷⁴

Em 1970, Nixon propôs fazer a economia do Chile gritar para derrubar Salvador Allende o mais rápido possível.²⁷⁵ As principais sanções econômicas da administração Carter tinham em mente a mesma premissa básica utilizada pelo republicano uma década antes: acabar com financiamentos e encerrar as participações de empresas privadas no Chile, pelo menos até que o país reabrir o caso Letellier e provar que a CNI não estava mais envolvida na prática de terrorismo de Estado.

Na questão econômica, a medida mais importante tomada pela administração Carter foi o bloqueio de todos os financiamentos que dependiam de crédito dos Estados Unidos para o Chile. Por decisão do poder executivo, a agência federal responsável pela administração dos créditos internacionais - Export-Import Bank of the United States (EX-IM) – não aceitou a submissão de nenhuma nova proposta americana para obras de desenvolvimento no Chile. Segundo Vance:

The Chafee amendment²⁷⁶ to the Export-Import Bank Act authorizes the denial of EX-IM financing in cases where the president determines that such action would be 'in the national interest' and would 'clearly and importantly advance U.S. policy in such areas as international terrorism...' We believe that Chile's

²⁷⁴ Departamento de Estado dos Estados Unidos da América. *DOD on Chile's option paper*. 11 de outubro de 1979.

²⁷⁵ *Make the economy scream*, no original. Para mais, ver Haslam (2005).

²⁷⁶ O Senador republicano John Chafee foi um dos principais opositores de Carter no que diz respeito a política externa dos Estados Unidos para a América Latina. Ao chegar à presidência, Jimmy Carter assinou um protocolo pedindo para o EX-IM deixar de financiar construções no Brasil e no Uruguai, além de colocar o Chile na lista de observação. Chafee enviou para o Senado uma proposta para cancelar tal medida e garantir que o presidente dos Estados Unidos apenas pudesse cortar o crédito de determinado país após apresentar provas de que existiam indícios de que o mesmo praticava atos que iam contra os padrões americanos – ferindo os interesses nacionais. Para mais, ver Becker (2003).

actions justify the invocation of this extraordinary remedy. While the Congress intended that this sanction should be used only sparingly, it would be difficult to conceive of a more appropriate case than the present one - where high officials of a foreign government have been directly implicated in murders committed on United States territory, and where that government has effectively frustrated all attempts to bring the accused perpetrators of these crimes to justice.

Moreover, if the Chafee Amendment were not invoked in the present case, EX-IM activity in Chile would not simply remain at current levels; it would, instead, increased dramatically. Prior to the enactment of Chafee, EX-IM had for several years restricted financing in Chile to a maximum of \$750k per project. Following Chafee's enactment, that restriction was informally extended pending the final outcome of the Letellier matter and a determination of whether the Amendment would be applicable. In the absence of the Presidential determination described above, EX-IM believes it would not have a legal basis for maintaining the \$750k ceiling and would therefore resume unrestricted lending in Chile, for the first time since 1974. EX-IM loans in Chile could therefore be expected to increase sharply.

I therefore recommend that you, Mr. President, sign the proposed Presidential determination - both as an appropriate response to Chile's actions in the Letellier matter, and to avoid the anomaly of seeming to reward those actions. Some elements of the business community will undoubtedly criticize us for taking this step, but I believe strongly we must do so.²⁷⁷

²⁷⁷ A emenda Chafee do Export-Import Bank autoriza a recusa de financiamento no EX-IM nos casos em que o presidente determina que tal ação seja "de interesse nacional" e que "seja claramente importante para o avanço na política dos EUA em questões como as do terrorismo internacional... 'Nós acreditamos que as ações de Chile justifiquem a invocação deste recurso extraordinário. Enquanto o Congresso julga que esta sanção deve ser usada com muita moderação, seria difícil conceber um caso mais apropriado do que a atual - onde altos funcionários de um governo estrangeiro foram envolvidos diretamente em assassinatos cometidos em território dos Estados Unidos, e onde o governo tem efetivamente frustrado todas as tentativas de levar os criminosos acusados desses crimes à justiça.

Além disso, se a emenda Chafee não for invocada neste caso, a atividade do EX-IM no Chile não ficaria simplesmente nos níveis atuais: ela iria, na verdade, aumentar dramaticamente. Antes da confirmação da emenda Chafee, o EX-IM tinha várias restrições para financiamento no Chile – era liberado o máximo de 750 mil dólares por projeto. Após o projeto de Chafee, esta restrição foi informalmente estendida até o desfecho final do caso Letellier e na determinação de julgar se a emenda deveria ou não ser aplicada. Na falta de uma consideração presidencial no caso descrito acima, o EX-IM acredita não ter uma base legal para limitar o crédito em 750 mil dólares, resumindo, portanto, o crédito ilimitado ao Chile. Os empréstimos do EX-IM ao Chile, portanto, devem subir muito.

É por este motivo que eu recomendo para você, senhor presidente, assinar esta proposta de determinação presidencial - tanto como uma forma de dar uma resposta apropriada para o Chile por conta de suas ações no caso Letellier, como para evitar que pareça que estamos recompensando estas ações. Algumas pessoas da comunidade financeira certamente vão nos criticar por tomar estes passos, mas eu acredito firmemente que devemos fazer isto. Departamento de Estado dos Estados Unidos da América. *Vance to Carter*. 11 de dezembro de 1979.

Esta foi a primeira vez em que o poder executivo assinou uma representação de bloqueio de crédito para um país da América do Sul sem a aprovação e/ou discussão prévia no Congresso.²⁷⁸

Uma medida complementar para o sucesso do bloqueio dos financiamentos passava pela rejeição de qualquer garantia do setor privado na Overseas Private Investment Corporation (OPIC). Esta corporação foi criada pelo governo Nixon para atrair investidores disponíveis a fazer parcerias com os Estados Unidos para reconstrução de áreas de guerra ou incentivar áreas variadas como a de infraestrutura, tecnologia e turismo. O governo americano participava dos lucros e assumiria metade de um eventual prejuízo, o que tornava o projeto muito interessante para um país que havia atingido sua estabilidade econômica como o Chile. Apesar da administração Carter ter rejeitado grande parte das renovações dos créditos da OPIC no país – assim como fez na Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – algumas empreiteiras americanas ainda gozavam do privilégio. A assinatura deste item proibiu as parcerias público-privadas no Chile até a posse de Reagan.

Na metade final do governo Carter, a América Latina foi deixada de lado por conta de um novo avanço soviético. Além da invasão organizada por Leonid Brezhnev no Afeganistão, a crise de reféns no Irã também foi responsável por colocar os assuntos referentes ao continente americano em segundo plano. Após o aval do presidente americano para levar adiante as sanções econômicas no Chile, Cyrus Vance foi designado pela Casa Branca como o encarregado da mediação das políticas de restrição ao governo Pinochet entre o Congresso e a administração Carter. No entanto, a crise no Irã teria um papel crucial na divulgação das sanções para o Chile.

Com a aprovação dos sete itens discutidos anteriormente, em outubro de 1979, o anúncio público das sanções foi transferido para a segunda semana de novembro, dias depois da votação do Congresso para o pacote de ajuda humanitária para os países da América do Sul. Após o sequestro dos americanos no Irã, no dia 4 de novembro, a administração Carter chegou a cogitar até mesmo o cancelamento das sanções para os chilenos. Kornbluh (2013) considera que tal medida foi ventilada na Casa Branca por conta das exigências do Aiatolá Ruhollah Khomeini – que poderia considerar o exílio e a proteção dos americanos ao Xá Mohammad Reza Pahlavi um ato semelhante ao que Carter condenava no caso Letellier: Segundo Vance: “*The Chilean*

²⁷⁸ Congresso dos Estados Unidos da América. *U.S. Economic Sanctions Against Chile: Hearing Before the Subcommittees on International Economic Policy and Trade and on Inter-American Affairs of the Committee on Foreign Affairs*. 11 de abril de 1981.

*issue will not go away, and the longer the Iranian crisis goes on, the more likely people will begin drawing parallels between the two cases.*²⁷⁹

No dia 30 de novembro de 1979, os Estados Unidos reconheceram que o comportamento do Chile no caso Letellier e nas demais denúncias de violações dos direitos humanos recebidas a partir do golpe de 11 de setembro de 1973 demonstravam um padrão consistente de terrorismo de Estado. O anúncio público das sanções foi feito no mesmo dia pelo porta voz da Casa Branca, que também condenou a postura de Pinochet durante as negociações. Apesar do aiatolá iraniano não mencionar o Chile em nenhuma das negociações com os americanos, a crise deixou o Chile completamente isolado no ano final do governo Carter. O referendo de 11 de setembro de 1980, que reestruturou a organização dos poderes chilenos e nomeou Augusto Pinochet como presidente da república por oito anos, não teve repercussão no Departamento de Estado por conta dos dias finais da campanha de Carter contra Reagan e as negociações – que pareciam chegar no esgotamento – com o Irã.²⁸⁰

O governo de Pinochet acusou o presidente dos EUA de violar leis internacionais ao assinar sanções que deixavam claro o retorno da velha prática do imperialismo norte-americano, com políticas arrogantes, agressivas e que não condiziam com a relação de parceria entre os dois países.²⁸¹ Por este motivo, o Palácio de La Moneda declarou seu apoio para Ronald Reagan na eleição presidencial de 1980, especialmente após o ex-governador da Califórnia tornar pública sua grande admiração pelo general ao mencionar que o modelo econômico empregado no país da América do Sul seria um exemplo para seu mandato.²⁸²

Segundo Kornbluh: *“Reagan admired Pinochet and wanted to go to Chile to personally thank him for 'saving Chile”*.²⁸³

²⁷⁹ A questão chilena não vai sumir, e enquanto a crise no Irã continuar, cada vez mais as pessoas vão fazer um paralelo entre os dois casos. Departamento de Estado dos Estados Unidos da América. Departamento de Estado dos Estados Unidos da América. *Chilean Report*. 10 de novembro de 1979.

²⁸⁰ No dia 28 de abril de 1980, o Secretário de Estado Cyrus Vance, responsável pela situação chilena, foi demitido do cargo após se opor a uma operação militar para retirar os reféns do Irã. Seu substituto, Edmund Muskie jamais pediu um relatório sobre o Chile. Em um despacho de 1 de setembro, a Casa Branca mencionou que sua política para a América Latina ficaria congelada até a decisão final da eleição presidencial daquele ano. Departamento de Estado dos Estados Unidos da América. *Latin America Report*. 1 de setembro de 1980.

²⁸¹ MARES, David. *United States and Chile: Coming in From the Cold*. Nova York: Routledge, 2013, p.41.

²⁸² BRANDS, Hal. *Latin America's Cold War*. Cambridge: Harvard University Press, 2012, p.248.

²⁸³ Reagan admirava Pinochet e queria ir ao Chile para agradecer pessoalmente por ele ter salvado o Chile. FRANKLIN, Jonathan. US considered offering asylum to Chilean dictator Augusto Pinochet. *The Guardian*. Londres: 11 de setembro de 2014. Disponível em <goo.gl/2P883w>

A QUEDA DE UM CASTELO DE AREIA: CONSIDERAÇÕES FINAIS

The failure of the Carter administration's foreign policy is now clear to everyone except its architects. (...) The United States never tried so hard and failed so utterly to make and keep friends in the Third World.

Jeane Kirkpatrick²⁸⁴

Two hundred years from now when people consider my name, I would like them to equate it with peace and human rights.

Jimmy Carter²⁸⁵

Qual foi o resultado da diplomacia dos direitos humanos no Chile? Durante esta pesquisa, realizei a divisão da análise da política externa americana para o país comandado por Pinochet em três fases: a negociação – mantendo o espírito de defesa dos direitos humanos através da negociação, conforme prometido por Carter, o aumento da pressão diplomática – o que considere o cercamento do Chile e a denúncia do ditador, sendo que os dos últimos períodos estão unidos pelo curto espaço de tempo que os separaram.

O problema da política externa de Carter, como apresentei no primeiro capítulo, estava no conceito de direitos humanos. Quando o Departamento de Estado americano havia formulado sua concepção do termo, o período da negociação com o Chile já dava sinais de esgotamento, confirmado com a negativa de Pinochet em investigar o assassinato de Orlando Letellier e de sua assistente, Ronni Moffitt.

O uso das sanções econômicas provou que o diálogo de Carter no Chile falhou: apesar de ter conseguido o fechamento da DINA, o presidente americano não obteve sucesso na mediação para o envio de delegados da ONU no país justamente no período em que o governo chileno abusava da tortura e de outros meios de violência através da DINA, sua agente de terrorismo de Estado. Além das várias afrontas de Pinochet – que havia denunciado até mesmo uma conspiração marxista organizada pela Casa Branca para o derrubar o general - os diplomatas de Santiago não mostravam nenhuma disposição para negociar os termos

²⁸⁴ KIRKPATRICK, Jeane. *Dictatorships and double standards: Rationalism and reason in politics*. Nova York: Simon and Schuster, 1982, p.20.

²⁸⁵ RICHARDSON, Don (org.). *Conversations with Carter*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1998, p.268.

apresentados pelos americanos .Quando as primeiras pesquisas para a eleição presidencial de 1980 apontaram a derrota de Carter, Pinochet fez questão de humilhar o presidente americano ao afirmar que seus garotos de Chicago poderiam ter ajudado os EUA a baixar a inflação e o desemprego se ele tivesse se mostrado mais amigável.

A metáfora que utilizei no título desta conclusão me parece bastante apropriada neste caso. Jimmy Carter não conseguiu convencer seus diplomatas de que a transição da política externa – que deixava de colocar o anticomunismo como principal peça da agenda americana para dar prioridade aos direitos humanos – seria favorável para os Estados Unidos. Após a invasão do Afeganistão e com a crise do petróleo atingindo em cheio as principais metrópoles de seu país, o político democrata viu seus índices de aprovação despencarem e não conseguiu estabelecer bases confiáveis junto ao eleitorado americano.²⁸⁶ Por mais que o discurso de direitos humanos tenha vindo em boa hora para apaziguar os ânimos da Guerra do Vietnã e do escândalo do complexo Watergate, em nenhum momento Carter fixou alicerces. Assim como um castelo de areia, seu trabalho desmoronou logo na primeira ventania.

E quem trazia a proposta de novos ares era um velho conhecido dos democratas: Ronald Reagan. Ex-governador da Califórnia, o político começou sua carreira no partido de Carter até se desfilar e entrar para o Partido Republicano, em 1962. Reagan construiu toda campanha presidencial de 1980 em cima do que considerava a principal fraqueza de Carter - a política externa. Reagan adotou um discurso de “paz pela força”²⁸⁷, criticando a forma com que Carter negociou com a União Soviética durante todo seu mandato e por não apoiar regimes democráticos simpáticos aos Estados Unidos. Nesta última categoria, por sinal, estava englobado todos os ditadores que Carter tentou combater no período final de sua presidência, especialmente Pinochet.

Ao chegar ao poder, em 1981, a administração Reagan fez questão de anunciar ao Chile que a política externa de Carter seria encerrada e os laços de amizade seriam retomados. Em março do mesmo ano, Reagan anunciou três medidas para o Chile: uma ordem executiva restaurou a parceria do Exército americano com a ditadura de Pinochet – também garantindo a participação dos chilenos nos exercícios militares do mesmo ano; os financiamentos americanos foram retomados a pedido de empresários ligados ao governo; e, surpreendentemente, o novo

²⁸⁶ Jimmy Carter tem o segundo pior índice de aprovação (45.5%) de um presidente estadunidense na série elaborada pela Gallup desde a gestão Roosevelt, ficando apenas um décimo à frente de Harry Truman. GALLUP. Presidential Approval Ratings -- Gallup Historical Statistics and Trends. Disponível em: goo.gl/9F5TLB.

²⁸⁷ *Peace through strength*

corpo diplomático dos Estados Unidos na ONU rejeitou o projeto de investigação das violações dos direitos humanos no Chile, que passou a ser coordenado pela França.²⁸⁸

O motivo de rompimento dos Estados Unidos com o Chile no período Carter – o caso Letellier – também foi ignorado por Reagan, que anunciou que não encaminharia a Suprema Corte Chilena um novo pedido para a extradição de Manuel Contreras e dos demais agentes da DINA responsáveis pelo crime.

Ao perguntar para Carter sobre seu legado na questão dos direitos humanos, o ex-presidente me respondeu que tinha plena consciência do capital político envolvido na decisão de cortar relações com os ditadores de Argentina, Chile e Uruguai e que tinha certeza de que organizações de defesa dos Direitos Humanos pressionariam cada vez mais os governos repressivos do Cone Sul.²⁸⁹ Neste sentido, o estabelecimento da Human Rights Watch, criada em 1978, como principal voz contra a repressão e o terrorismo de Estado foi fundamental para denunciar o apoio de Reagan aos regimes ditadorias, além de criticar publicamente as ações do poder executivo americano no primeiro mandato do republicano.

Se a eleição de 1980 marcou o fim da carreira de Jimmy Carter na política americana, o Partido Democrata fez valer a sua grande vantagem de congressistas adquirida desde o período da presidência de Eisenhower e permaneceu com maioria, mesmo com a queda de 34 cadeiras. A Câmara dos Representantes votou pela aprovação de projetos que barravam a parceria de qualquer área do governo americano com o Chile, apesar de tais medidas serem completamente ignoradas pelos republicanos. Para efeito de comparação, o empréstimo realizado pelos Estados Unidos ao governo chileno no primeiro ano da presidência de Reagan superou os 181 milhões de dólares, frente ao crédito zero da gestão Carter. Reagan só se arrependeria de sua atitude de bancar Pinochet em 1984, com a nova onda de terrorismo de Estado organizada pelo ditador chileno.

Ao pesquisar durante dois anos para a confecção deste trabalho, acredito que algumas menções merecem ser feitas quanto as documentações utilizadas. O projeto de liberação dos arquivos dos Estados Unidos é uma grande conquista para os historiadores. Do contrário do que se imaginava no começo dos anos 2000, temos à disposição centenas de arquivos que deixam claro o apoio irrestrito de Nixon e Kissinger às ditaduras do cone sul (e que também comprovam o envolvimento dos EUA na operação Condor). Ainda assim – e por motivos óbvios - não é possível confiar cegamente nos despachos diplomáticos e nas notas da CIA. Durante minha

²⁸⁸ Ver McGilon & Morley (2015)

²⁸⁹ Correspondência do Carter Center. Atlanta, EUA. Enviada para o autor no dia 14 de setembro de 2015.

pesquisa tive o cuidado de fazer uma grande revisão bibliográfica sobre boa parte do que já se escreveu na questão de direitos humanos e política externa dos Estados Unidos e cruzar os dados sempre que possível.²⁹⁰

Acredito que a maior contribuição deste trabalho seja analisar as medidas tomadas pela gestão Carter para enfrentar de fato o Estado terrorista de Pinochet e tirar seu discurso de direitos humanos do papel. Mas isso não é tudo: temos um longo e duro caminho para percorrer em busca de mais detalhes sobre o apoio dos EUA às ditaduras do nosso continente. Se a dificuldade para liberar documentos que envolvem o Brasil parece ligada a uma questão burocrática de difícil solução, o mesmo não se pode dizer da Argentina e do Uruguai. Nestes dois países, o FOIA já colocou uma quantidade considerável de documentações para consulta. De minha parte, encaminhei um pedido para liberação de relatórios da CIA sobre o Uruguai – que deve caminhar para um desfecho positivo ente 2016 e 2017. Outro fato relevante deve ser a iminente liberação dos arquivos referentes a questão que envolve a política externa de Ronald Reagan para a América Latina, que deve nos ajudar a entender o apoio as ditaduras do cone sul.

²⁹⁰ Não posso deixar de destacar o competente trabalho realizado pelo National Security Archive na George Washington University. Através de seu diretor, Thomas S. Blanton, a organização sem fins lucrativos faz um grande trabalho de supervisão da documentação liberada pelo governo dos EUA.

REFERÊNCIAS

Bibliografia

AID, Matthew. *Secrets of Signals Intelligence During the Cold War and Beyond*. Nova York: Psychology Press, 2001.

AHUMADA, Eugenio. *Chile, la memoria prohibida*. Santiago: Pehuén, 1990.

ALLENDE, Pascal. *El MIR chileno: una experiencia revolucionaria*. Santiago: Cucaña Ediciones, 2003.

AMBROSE, Stephen. *Nixon: The triumph of a politician, 1962-1972*. Nova York: Simon and Schuster, 1989.

ANDREW, Christopher. *The World Was Going Our Way: The KGB and the Battle for the Third World*, Basic Books, 2005

APODACA, Clair. *Understanding U.S. Human Rights Policy: A Paradoxical Legacy*. Londres: Routledge, 2013.

ARENDRT, Hannah. *As Origens do Totalitarismo*. Rio de Janeiro: Cia do Bolso, 2012.

ASSSMAN, Hugo. *Carter y la lógica del imperialismo*. San Jose: EDUCA, 1977.

BAUER, Caroline S. Um estudo comparativo da prática do desaparecimento nas ditaduras civil-militares argentina e brasileira e a instituição de políticas de memória na democracia, Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

BECKER, William H. *The Market, the State, and the Export-Import Bank of the United States, 1934–2000*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

BLOODWORTH, Jeffrey. *Losing the Center: The Decline of American Liberalism, 1968-1992*. Lexington: University Press of Kentucky, 2013.

BOBBIO, Norberto. *Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

BICUDO, Hélio. *Direitos Humanos e Ordem Constitucional no Brasil*. São Paulo: Ática, 1987.

BIZZARRO, Salvatore. *Historical dictionary of Chile*. Metuchen: Scarecrow Press, 2005

BRANDS, Hal. *Latin America's Cold War*. Cambridge: Harvard University Press, 2012.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Xadrez Internacional e Social-Democracia*. São Paulo: Leya, 2012.

- CARLSNAES, Walter. *Foreign Policy Analysis*. Nova York: SAGE Publications, 2010.
- CARTER, Jimmy. *A Government as Good as its People*. Nova York: Simon and Schuster, 1977.
- _____. *Keeping Faith: Memoirs of a President*. Nova York: Bantam Books, 1982.
- _____. *White House Diary*. Londres: Macmillan, 2010.
- _____. *Why Not the Best?*. Fayetteville: University of Arkansas Press, 1975.
- CARTER Presidential Library. The Presidential campaign, 1976. 1978.
- _____. Inauguration Speech. 20 de janeiro de 1977.
- CAVALLO, Ascanio. *La historia oculta del régimen militar: Chile 1973-1988*. Santiago: Antartica, 1990.
- CHAVKIN, Samuel. *The murder of Chile*. Nova York Everest House, 1982.
- CHOMSKY, Noam; HERMAN, Edward. *The Washington Connection and Third World Fascism*. Montreal: Black Rose Books, 1979.
- CLAUDE, Richard. *Human Rights in the World Community: Issues and Action*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1992.
- CJA. *The Pinochet Years*. Disponível em < <http://goo.gl/W4wuEx>>.
- COHN, Majorie. *The United States and Torture*. Nova York: NYU Press, 2012.
- COMBS, Jerald. *The History of American Foreign Policy*. North Castle: M.E. Sharpe, 2008.
- CORRADI, Juan et. Al. *Fear at the Edge: State Terror and Resistance in Latin America*. Oakland: University of California Press, 1992.
- DALLEK, Robert. *Nixon and Kissinger*. Nova York: Harper Collins, 2009.
- DARNTON, Christopher. *Rivalry and Alliance Politics in Cold War Latin America*. Nova York: JHU Press, 2014.
- DAVIS, James. *U.S. Presidential Primaries and the Caucus-convention System*. Westport: Greenwood Press, 1997.
- DINGES, John. *The Condor Years: How Pinochet and His Allies Brought Terrorism to Three Continents*. Nova York: The New Press, 2012.
- DOMÍNGUEZ, Jorge. *International Security and Democracy*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1998.

- DONNELLY, Jack. *Realism and International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- DUFFETT, James. *Against the Crime of Silence: Proceedings of the Russell International War Crimes Tribunal*. New York: O'hare Books, 1968.
- DUHALDE, Eduardo. *El Estado Terrorista Argentino*. Buenos Aires: Eudeba, 1999.
- ENSALACO, Mark. *Chile under Pinochet: recovering the truth*. Filadélfia:UPP, 2000.
- FENTON, Debra. *Implementing U.S. Human Rights Policy: Agendas, Policies, and Practices*. Washington: US Institute of Peace Press, 2004.
- FERNANDÉZ, David. *La "Iglesia" que resistió a Pinochet*. Santiago: IEPALA, 1996.
- FORSYTHE, David P. *US Foreign Policy and Human Rights*. Journal of Human Rights, 1.ed, 2002.
- FARBER, David. *Chicago '68*. Chicago: University of Chicago Press, 1994.
- FRANKEL, Benjamin (org.). *Roots of Realism*. Nova York: Psy Press, 1996.
- FRÜHLING, Hugo et. al. *Determinants of Gross Human Rights Violations by State and State Sponsored Actors in Brazil, Uruguay, Chile and Argentina: 1960 – 1990*. Leiden: Martinus Nijhoff Publishers, 1999.
- GOULD, Lewis. *Grand Old Party: A History of the Republicans*. Nova York: Random House, 2012.
- GOVERNO do Chile. *Informe de la Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación*. 8 de fevereiro de 1991.
- GUPTA, Sunjay. *Dynamics of Human Rights in the US Foreign Policy*. Nova York: Northern Book Centre, 1998.
- GUSTAFSON, Kristian. *Hostile Intent: U.S. Covert Operations in Chile, 1964-1974*. Sterling: Potomak, 2007
- HASS, Lawrence. *Sound the Trumpet: The United States and Human Rights Promotion*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2012.
- HAASS, Richard. *Economic Sanctions and American Diplomacy*. Washington: Council on Foreign Relations, 1998
- HANHIMAKI, Jussi. *The Flawed Architect: Henry Kissinger and American Foreign Policy*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

HANCOCK, Jan. *Human Rights and US Foreign Policy*. Londres: Routledge, 2007.

HARGROVE, Erwin. *Jimmy Carter As President: Leadership and the Politics of the Public Good*. Baton Rouge: LSU Press, 1988.

HARMER, Tanya. *Allende's Chile and the Inter-American Cold War*. Chapel Hill: Univ of North Carolina Press, 2011.

HASLAM, Jonatham. *The Nixon administration and the death of Allende's Chile: a case of assisted suicide*. Nova York: Verso, 2005.

HEINZ, Wolfgang. *Determinants of gross human rights violations by state and state-sponsored actors*. Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 1999.

HEVENER, Natalie. *The Dynamics of Human Rights in United States Foreign Policy*. Piscataway: Transaction Publishers, 1981.

HOROWITZ, Irving L. *The Rise and Fall of Project Camelot*. Cambridge: MIT Press, 1967.

HUBER, Daniela. *Democracy Promotion and Foreign Policy: Identity and Interests in US, EU and Non-Western Democracies*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2015.

HUNEEUS, Carlos; MARTÍN, Jorgelina. *El Régimen de Pinochet*. Santiago: Sudamericana, 2000

JABINE, Thomas. *Human Rights and Statistics: Getting the Record Straight*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1992.

KEEN, Benjamin. *A History of Latin America*. Stamford: Cengage Learning, 2008

KIRKPATRICK, Jeane. *Dictatorships and double standards: Rationalism and reason in politics*. Nova York: Simon and Schuster, 1982, p.20.

KISSIGER, Henry. *American Foreign Policy: Three Essays*. Nova York: W.W Norton, 1972.

_____. *Crisis: The Anatomy of Two Major Foreign Policy Crises*. Nova York: Simon and Schuster, 2003.

_____. *Diplomacy*. Nova York: Simon and Schuster, 1992.

_____. *Does America Need a Foreign Policy?: Toward a Diplomacy for the 21st Century*. Nova York: Simon and Schuster, 2002

_____. *Years of Upheaval*. Nova York: Simon and Schuster, 2011.

_____. *White House Years*. Nova York: Simon and Schuster, 2011.

KLUBOCK, Thomas. *Contested communities: class, gender, and politics in Chile's El Teniente copper mine, 1904-1951*. Durham: Duke University Press, 1998.

KORNBLUH, Peter. *The Pinochet File: A Declassified Dossier on Atrocity and Accountability*. Nova York: The New Press, 2013.

LAFER, Celso. *Brasil-Estados Unidos na transição democrática*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

LEMER, Mitchell. *A Companion to Lyndon B. Johnson*. Trenton: John Wiley & Sons, 2012.

LIZÓN, Ramiro. *Historia de la negociación de Charaña*. La Paz: Plural Editores, 2011.

LOGEVALL, Frederik. *Nixon in the World: American Foreign Relations, 1969-1977*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

MARES, David. *United States and Chile: Coming in From the Cold*. Nova York: Routledge, 2013.

MARTIN, Lisa. *Coercive Cooperation: Explaining Multilateral Economic Sanctions*. Princeton: Princeton University Press, 1993.

MAYER, Michael. *The Eisenhower Years*. Nova York: Infobase, 2007, p. 65-67.

MCGILON, Chris; MORLEY, Morris. *Reagan and Pinochet*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

MCSHERRY, J. Patrice. *Predatory States: Operation Condor and Covert War in Latin America*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2012.

MENJÍVAR, Cecília. *When States Kill: Latin America, the U.S., and Technologies of Terror*. Austin: University of Texas Press, 2009.

MORGENTHAU, Hans. *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*. Nova York: Alfred A. Knopf, 1948.

_____. *The Purpose of American Politics*. Nova York: Alfred A. Knopf, 1960.

MOURA, Gerson. *Estados Unidos e América Latina*. São Paulo: Contexto, 1990.

- MUÑOZ, Heraldo. *The Dictator's Shadow: Life Under Augusto Pinochet*. Nova York: Basic Books, 2008.
- MURAVCHIK, Joshua. *The Uncertain Crusade*. Lanham: Hamilton Press, 1986.
- NEEDLER, Marin. *The United States and the Latin American revolution*. Los Angeles: UCLA, 1977.
- NIXON, Richard. *Six Crises*. Nova York: Doubleday, 1962.
- ORELLANA, Patricio. *Violaciones a los derechos humanos e información*. Santiago: Fundación de Ayuda Social de las Iglesias Cristianas, 1988.
- OSEIEJA, Helen. *Economic Sanctions as an Instrument of U.S. Foreign Policy*. Nova York: Universal-Publishers, 2005.
- QURESHI, Lubna. *Nixon, Kissinger, and Allende: U.S. Involvement in the 1973 Coup in Chile*. Lanham: Lexington Books, 2009
- PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional - Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar*. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005
- QUERESHI, Lubuna. *Nixon, Kissinger, and Allende: U.S. Involvement in the 1973 Coup in Chile* Lanham: Rowman & Littlefield, 2009
- RABE, Stephen. *The most dangerous area in the world: John F. Kennedy confronts Communist revolution in Latin America*. UNC Press Books, 1999.
- RICHARDSON, Don (org.). *Conversations with Carter*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1998
- ROCK, David. *Latin America in the 1940's: war and postwar transitions*. Los Angeles: University of California Press, 1994,
- ROOSEVELT, Eleanor. *The Eleanor Roosevelt Papers: The Human Rights Years, 1945-1948*. Charlottesville: University of Virginia Press, 2010.
- ROSENBAUN, Herbert. *The Presidency and Domestic Policies of Jimmy Carter*. Santa Barbara: Greenwood Press, 1994.

- ROSS, Colin. *The C.I.A. Doctors: Human Rights Violations by American Psychiatrists*. Austin: Greenleaf Book Group, 2006.
- SAFIRE, William. *Safire's Political Dictionary*. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- SAID, Abdul Aziz. *Human Rights and World Order*. Nova York: Transaction Publishers, 1978, p. 58-60.
- SANCHÉS, Gonzalo. *Chile escoge la libertad*. Santiago: Zig-Zag, 1998.
- SATER, William. *Chile and the United States: Empires in Conflict*. Atlanta: University of Georgia Press, 1990.
- SCHMIDLI, William. *Human Rights and U.S Cold War Policy Toward Argentina*. Nova York: Cornell, 2013.
- SCHMITZ, David. *The United States and Right-Wing Dictatorships, 1965-1989*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- SCHELESINGER JR, Arthur. Human Rights and the American Tradition. *Foreign Affairs*, Vol. 57, No. 3, 1977.
- SCHLESINGER, Stephen. *Bitter Fruit: The Story of the American Coup in Guatemala, Revised and Expanded*. Cambridge: David Rockefeller Center for Latin American Studies, 2006.
- SCHELESINGER JR, Arthur. Human Rights and the American Tradition. *Foreign Affairs*, Vol. 57, No. 3, 1977.
- SELDEN, Zachary. *Economic Sanctions as Instruments of American Foreign Policy*. Santa Barbara: Greenwood Publishing Group, 1999.
- SEPÚLVEDA, Magdalena et al. *Human rights : reference handbook*. Londres: University for Peace, 2004.
- SEITENFUS, Ricardo. *Relações internacionais*. São Paulo: Manole, 2004.
- SHESTACK, Jerome. *Human Rights, National Interest and Foreign Policy*. Annals of the American Academy of Political and Social Science, 1989.
- SIGMUND, Paul. *The Overthrow of Allende and the Politics of Chile*. Pittsburgh: UPP, 1977
- _____. *The United States and democracy in Chile*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1993.

- SIKKINK, Kathryn. *Mixed Signals: U.S. Human Rights Policy and Latin America*. Ithaca: Cornell University Press, 2007.
- SKIDMORE, David. *Reversing Course: Carter's Foreign Policy, Domestic Politics, and the Failure of Reform*. Nashville: Vanderbilt University Press, 1996.
- SMITH, Gaddis. *Morality, Reason and Power: American Diplomacy in the Carter Years*. Atlanta: Hill & Wang, 1988.
- SMITH, Gordon. *Latin American Relations with the World*. Londres: London: Canning House, 1976
- SMITH, Joseph. *The United States and Latin America*. Londres: Routledge, 2005.
- SPEKTOR, Matias. *Kissinger e o Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- STRONG, Robert. *Working in the World: Jimmy Carter and the Making of American Foreign Policy*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2000
- STERN, Steve. *Reckoning with Pinochet: The Memory Question in Democratic Chile, 1989–2006*. Durham: Duke University Press, 2010, p. 138.
- STUCKEY, Max. *Jimmy Carter, Human Rights, and the National Agenda*. Austin: Texas A&M University Press, 2008.
- TORO, Gustavo. *Historia viva de Chile*. Santiago: Pehuén Editores Limitada, 1999.
- TRIMBLE, Phillip. *International Law: United States Foreign Relations Law*. New York: Foundation Press, 2002.
- VALDES, Juan. *Pinochet's Economists: The Chicago School of Economics in Chile*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- VANCE, Cyrus. *Hard choices: Critical years in America's foreign policy*. Nova York: Simon and Schuster, 1983.
- VIDAL, Hernán. *Chile--poética de la tortura política*. Santiago: Mosquito Editores, 2003, p. 58.
- VISENTINI, Paulo F. *O Caótico Século XXI*. Rio de Janeiro: Alta Books Editora, 2015.
- VILLA, Rafael Duarte. *Da crise do realismo à segurança global multidimensional*. São Paulo: Annablume, 1999.
- WALKER, Vanessa. At the End of Influence: Rethinking Human Rights and Intervention in U.S.-Latin American Relations. *Journal of Contemporary History*, n. 46, 2011

WITTKOPF, Eugene R. *American Foreign Policy: Pattern and Process*. Boston: Wadsworth Publishing, 2008.

WOODS, Randall B. *Quest for Identity: America since 1945*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

WRIGHT, Thomas. *State Terrorism in Latin America: Chile, Argentina, and International Human Rights*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2007

Carta

Correspondência do Carter Center. Atlanta, EUA. Enviada para o autor no dia 14 de setembro de 2015.

Documentos:

Casa Branca

Apology letter from Minister Caravajal. 14 de junho de 1977

Letter from President Gerald Ford. 1 de fevereiro de 1977.

Letter to President Frei. 26 de outubro de 1970.

Letter to President Pinochet. 31 de outubro de 1977.

CIA

Ambassador's response to the request for analysis of military option in present Chilean situation. 12 de setembro de 1970.

Augusto Pinochet. 3 de dezembro de 1977.

Cable to Embassy. 24 de setembro de 1973.

Cable to Embassy. 24 de setembro de 1973.

Charles Horman Case. 26 de agosto de 1976.

Charles Norman Missing. 22 de setembro de 1970.

Chile: Implications of the Letellier Case. 1 de maio de 1978.

Chile: likelihood and possible consequences of a military coup. 13 de setembro de 1972.

Chile – Waldheim negotiations. 9 de novembro de 1977.

Chilean Executions. 1 de outubro de 1973.

- Chilean mild letter to Waldheim.* 6 de janeiro de 1978.
- Chilean Report.* 10 de novembro de 1979.
- Comments on Operation Condor.* 18 de abril de 1977.
- Contreras/Dina Files (Contreras Tentacles).* 29 de abril de 1978.
- Contreras/Pinochet.* 23 de agosto de 1978.
- Conversation with Pinochet.* 12 de outubro de 1973.
- Criticism of Pinochet.* 23 de março de 1978.
- Cuba, URSS on Chilean Security Agency.* 17 de agosto de 1977.
- First Inter American Intelligence Reunion.* 28 de novembro de 1975.
- GOC/Bishops fire.* 11 de novembro de 1978.
- Human Rights in Chile.* 18 de maio de 1977.
- Latin America Brief.* 1 de agosto de 1977.
- _____. 12 de outubro de 1977.
- _____. 29 de maio de 1978.
- _____. 2 de outubro de 1979.
- _____. 5 de maio de 1980.
- Leftist Revolutionary Movement (MIR).* 10 de março de 1970.
- Letellier and Operation Condor.* 25 de setembro de 1976.
- Memorandum for the record. Minutes of the meeting of the 40 committee.* 8 de setembro de 1970.
- Minutes of the Meeting of the 40 Comitee.* 8 de setembro de 1970.
- _____. 14 de setembro de 1970.
- Pinochet meeting with President Carter.* 14 de setembro de 1977.
- Pinochet – UN resolution.* 30 de novembro de 1977.
- Prospects in Chile.* 8 de setembro de 1970.
- Report of the Chicago Comission of Inquiry intro the status of Human Rights in Chile.* 16 de fevereiro de 1974.
- Report on Plan to Kidnap Gen.. René Schneider and Initiate a Military Coup.* 19 de outubro de 1970.
- Santiago Station Cable.* 10 de outubro de 1970.
- Strategy of the Chilean government in the Letellier Case.* 23 de junho de 1978.
- Suggestions by Embassador Korry.* 24 de setembro de 1970.

The Chilean Report. 1 de julho de 1975

The Chilean Situation and prospects. 3 de outubro de 1963.

The DINA-CNI Transformation. 19 de agosto de 1977.

The Outlook for Chile. 30 de julho de 1970.

_____. 1 de fevereiro de 1971.

_____. 20 de março de 1972.

_____. 3 de abril de 1973.

_____. 23 de agosto de 1973.

[*título censurado*]. 7 de junho de 1974.

Congresso dos Estados Unidos da América.

U.S. Economic Sanctions Against Chile: Hearing Before the Subcommittees on International Economic Policy and Trade and on Inter-American Affairs of the Committee on Foreign Affairs. Reunião da 97ª legislatura. 11 de março de 1981.

_____. Reunião da 97ª legislatura. 15 de março de 1981.

Departamento de Defesa.

Chile Options Paper. Produção conjunta com o Departamento de Estado. 11 de outubro de 1979

Departamento de Estado:

Air Force against Pinochet. 19 de dezembro de 1977.

Brzezinski to Carter. 19 de setembro de 1977.

Caracas Declaration of 1954. Inter-American Relations: A Collection of Documents, Legislation, Descriptions of Inter-American Organizations, and Other Material Pertaining to Inter-American Affairs. U.S. Government Printing Office, 1989.

Chile: let's begin again. 10 de abril de 1977.

Chile: tough measures. 15 de março de 1977.

Chile reactions to exclusion. 18 de junho de 1980.

Chile Report. 9 de agosto de 1979.

Clodomiro Almeyda Calls on Deputy Secretary. 28 de maio de 1977.

Conversation with Pinochet. 12 de outubro de 1973.

Covert Action in Chile 1963-1973. 18 de dezembro de 1975.

DOD on Chile's option paper. 11 de outubro de 1979.

FMS Pipeline to Chile. 9 de outubro de 1979.

Human Rights in Chile: Signs of Recidivism. 18 de maio de 1977.

Human Rights. 7 de março de 1977.

Human Rights meeting. 5 de março de 1977.

Landau to President Carter. 11 de janeiro de 1980.

Letellier Case. 12 de abril de 1978.

Meeting with Chilean Minister Montero about the Letellier case. 6 de abril de 1978.

Memorandum for the President. 19 de outubro de 1979.

Memorandum to President Carter. 3 de dezembro de 1977.

Memorandum/NSC-28. 20 de maio de 1977.

Overview of Human Rights Observance in Chile. 31 de março de 1977.

President Carter – President Pinochet Bilateral. 7 de setembro de 1977.

Public Papers of the Presidents of the United States, Richard Nixon, 1971. Washington: Government Printing Office, 1999,

Request for an appointment with Chilean Ambassador Cauas. 9 de maio de 1977.

Round table conversation. 7 de maio de 1977.

Sakharov case. 21 de fevereiro de 1977.

The Chilean Situation. 1 de março de 1977.

_____. 1 de junho de 1977.

_____. 1 de fevereiro de 1978.

_____. 1 de julho de 1978.

The Human Right Issue. 30 de março de 1977.

U.S Policy towards Chile. 1 de outubro de 1973.

_____. 15 de setembro de 1975.

_____. 27 de outubro de 1977.

_____. 11 de novembro de 1980.

USG Policy Regarding Disappearances in Chile. 3 de junho de 1977.

Valparaiso letter. 1 de outubro de 1973.

Vance and human rights. 21 de agosto de 1977.

Vance to Carter. 11 de dezembro de 1979.

Your meeting with Patricio Carvajal. 3 de junho de 1977.

Embaixada dos Estados Unidos em Santiago

Amnesty International VS. Colonia Dignidad. 18 de outubro de 1978.

Chilean President Pinochet announces the abolition of DINA. 12 de agosto de 1977.

DINA feels the Heat. 6 de julho de 1977.

Foreign Minister criticizes U.S Human Rights Policy. 10 de junho de 1977.

Further Assassinations in Chile. 30 de novembro de 1978.

GOC Officials comment on changes in DINA creation of CNI. 13 de agosto de 1977.

Hunger Strike ends. 23 de junho de 1977.

Landau meeting with Pinochet. 23 de junho de 1978.

Position paper. 1 de junho de 1977.

Pressure against DINA mounts. 12 de julho de 1977.

Toadman visits Santiago. 13 de agosto de 1977.

Why Chile voted as it did. 20 de janeiro de 1978.

ONU

Resolutions adopted by the General Assembly during its Thirty-Third Session. 33/175. 20 de dezembro de 1978.

Beagle Channel Arbitration between the Republic of Argentina and the Republic of Chile, Report and Decision of the Court of Arbitration. 1977. Disponível em <<http://goo.gl/Se89Ct>>

Jornais

FRANKLIN, Jonathan. US considered offering asylum to Chilean dictator Augusto Pinochet. *The Guardian*.

Londres: 11 de setembro de 2014

Senado dos Estados Unidos da América.

Report to Accompany the Foreign Assistance Bill of 1974. 3 de setembro de 1974

Foreign Assistance Act. Section 116. 28 de julho de 1975.

Áudios:

Richard Nixon Presidential Library.

Conversa número 262-005. 19 de julho de 1971.

Internet

ASSOCIATED Press. Chile: U.S. Had Role In 'Missing' Killings of Two Americans. *NBC News*.

Disponível em: <<http://goo.gl/zW43HQ>>.

BIBLIOTECA da Universidade Federal de São Paulo. Declaração Universal dos Direitos Humanos 1948.

Disponível em: <goo.gl/Lclx3j>

FRANKLIN, Jonathan. US considered offering asylum to Chilean dictator Augusto Pinochet. *The*

Guardian. Londres: 11 de setembro de 2014. Disponível em <goo.gl/2P883w>

GALLUP. Presidential Approval Ratings -- Gallup Historical Statistics and Trends. Disponível em:

<goo.gl/9F5TLB>.

Revistas

Time Magazine

The Vietnam War is immoral. 7 de maio de 1971

Propagandas de televisão

WHY not the Best? Propaganda de Televisão. Partido Democrata dos Estados Unidos da América. 2 minutos e 20 segundos, 1976.